



Bloco de Esquerda

JUSTO

SOLIDÁRIO

INSUBMISSO

**I BOLETIM
CONFERÊNCIA NACIONAL**

30 abril | Lisboa

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

REGIMENTO

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

LISBOA, 30 DE ABRIL DE 2022

CONVOCAÇÃO E OBJETIVOS

1. A IV Conferência Nacional do Bloco de Esquerda (Conferência) convocada pela Mesa Nacional na sua reunião de 5 de fevereiro de 2022, nos termos previstos no art.º 18.º dos Estatutos, tem lugar no dia 30 de abril, no distrito de Lisboa, sob responsabilidade organizativa da Comissão Política e sob o lema “Bloco de Esquerda: Justo, Solidário, Insubmisso”
2. A Conferência reúne-se com o objetivo de debater e aprovar recomendações à Mesa Nacional sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda.

FASE PREPARATÓRIA

3. Para debate dos temas da Conferência, os órgãos do Bloco e as/os aderentes podem apresentar propostas globais alternativas aos textos aprovados na Comissão Política, propostas de alteração ou contributos escritos.
4. Todas as propostas e contributos serão publicados nos Boletins da Conferência de 22 de março e 21 de abril e distribuídos aos aderentes do Bloco de Esquerda por via eletrónica, em formato pdf.
5. As propostas de alteração ao documento da Comissão Política e as propostas globais alternativas serão publicadas no último Boletim da Conferência.
6. Cada aderente poderá enviar um contributo escrito para publicação no Boletim da Conferência, até ao limite de 4 mil caracteres. Os textos devem ser enviados em formato editável até ao dia 21 de março para o email conferencia@bloco.org. As propostas de alteração ou globais alternativas devem ser remetidas para o mesmo endereço de correio eletrónico até ao dia 19 de abril.

COMPOSIÇÃO

7. A Conferência é constituída pelo universo de aderentes no pleno exercício dos seus direitos estatutários, considerando-se para esse efeito a regularização da quota anual de 2022 e o cumprimento da alínea b) do artigo 4º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, devidamente credenciados como conferencistas na respetiva mesa de registo de presenças no local da Conferência.
8. A credenciação envolve o pagamento de uma jóia de 5 euros. Não há lugar ao pagamento de jóia no caso das/os aderentes estudantes, desempregadas/os, precárias/os, reformadas/os ou isentos do pagamento anual de quota.
9. Para além das/os conferencistas, podem assistir aos trabalhos as cidadãs e os cidadãos convidados pelos órgãos do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.
10. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela Comissão Política.
11. Compete à Mesa da Conferência decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

12. A Conferência inicia-se com a credenciação das/os conferencistas, a partir das 9h00 de sábado, e a eleição da Mesa da Conferência.
13. Os trabalhos da Conferência são dirigidos pela Mesa, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove conferencistas. Compete-lhe, em particular:
 - a) assegurar o cumprimento dos objetivos da Conferência no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento;
 - b) dirigir os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos indicada pela Comissão Política;
 - c) definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e o uso da palavra;
 - d) anunciar as votações e os seus resultados e apreciar eventuais impugnações;
 - e) elaborar a ata da Conferência.

SERVIÇO DE APOIO

17. O Secretariado Nacional assegura os meios necessários ao serviço de apoio e aos contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Conferência.

PROPOSTAS E DEBATES

18. Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas globais alternativas e as propostas de alteração têm de ser subscritas por 30 e por 5 conferencistas, respetivamente, e entregues na Mesa até às 12h00.

19. Cada proposta global alternativa será apresentada por um/a conferencista.

20. As/os conferencistas podem tomar a palavra no debate, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

21. As/os conferencistas dirigem-se à Mesa por escrito para:

- a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que serão votados pela Conferência;
- b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, cuja admissibilidade é decidida pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Conferência;
- c) Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Conferência.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de conferencista.

24. As votações das propostas globais e de alteração decorrem no final do ponto de discussão política sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda.

25. As propostas globais são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração ao texto que obteve maioria de votos na generalidade.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Início dos trabalhos e eleição da Mesa da Conferência (10h30);**
- 2. Sessão abertura da Conferência (10h45);**
- 3. Discussão sobre o Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda (11h15m);**
- 4. Intervalo para almoço (13h00 - 14h00)**
- 5. Recomeço da discussão sobre o Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda (14h00)**
- 6. Votações (17h30).**
- 7. Sessão de encerramento (18h00).**

TEXTOS DE CONTRIBUTO

JOVENS DO BLOCO: QUE CAMINHOS EM MAIORIA ABSOLUTA?

ANA LOUREIRO, ANA RITA DURÃES, ANA TERESA SEBASTIÃO, ANDRÉ FRANCISQUINHO, CAROLINA MONTEIRO, CATARINA FERRAZ, CATARINA RODRIGUES, CATARINA SOFIA RODRIGUES, CONSTANÇA SEBORRO, DAVID FERREIRA, DUARTE IGREJA, GONÇALO FILIPE, GUILHERME GÓIS, IARA SOBRAL, ISIS PINTO, IVO SANTOS, JO RODRIGUES, JOÃO CARVALHO, JOÃO SEBASTIÃO, LEONOR ROSAS, MATILDE PORTO, MARIANA NEVES MARTINS, MARIANA VARELA, MIGUEL MARTINS, PAULA SERRALHA, RAFAEL MEDEIROS, RAQUEL VITORINO, RODRIGO MACHADO, SANDRA GÓIS, SARA SOBREIRA, TOMÁS MARQUES E VASCO RUELA

Face a um Partido Socialista que, com maioria absoluta, pode agora fazer dos representantes dos interesses económicos parceiro único de negociação e uma direita em processo de radicalização, os Jovens do Bloco assumem um papel central na organização em torno da alternativa socialista representada pelo Bloco de Esquerda. Na luta feminista e antirracista, na luta pelo direito à habitação e contra a precariedade laboral ou na luta pelo ensino público, a juventude no geral, e a organização de jovens do Bloco em particular deve mobilizar em torno da construção de um amplo movimento de contestação a um capitalismo predatório cujos representantes ocupam hoje uma grande quantidade de lugares no parlamento.

Por isso, é urgente que a atividade política de contacto com os e as jovens regresse em força. Este ano, após dois anos de paragem, os Jovens do Bloco vão novamente organizar o Acampamento Liberdade. Este é um espaço privilegiado de debate, formação política e de estreitamento de laços entre camaradas de diferentes partes do país. Simultaneamente, representa o primeiro contacto que dezenas de jovens terão com o Bloco. Em fevereiro de 2023, reiniciaremos também a organização do Inconformação, fim de semana indispensável de debate e formação política. Nestes anos que vêm, continuaremos a apostar politicamente nestas duas iniciativas como forma de recrutar novos militantes, de debater temas de fundo e de solidificar a nossa organização nacional.

A comunicação é um dos eixos primordiais da organização dos Jovens do Bloco. Necessitamos de campanhas frequentes tanto a nível digital como de divulgação de materiais impressos junto de jovens sobre as lutas que construímos e os temas que marcam a atualidade, propondo uma reflexão e expondo as propostas do Bloco. A nossa organização deve continuar a desenvolver trabalho político através das redes sociais. Numa

realidade em que o mundo digital assume cada vez mais importância, as redes sociais representam uma ferramenta essencial na nossa ação. O meio digital é um espaço de disputa ideológica, no qual os Jovens do Bloco participam ativamente nas várias plataformas, alcançando assim mais jovens, divulgando iniciativas e propostas, e expondo as nossas ideias.

No plano da vida quotidiana dos jovens, a propaganda é uma forma de ocupar as ruas, devendo a nossa presença ser forte e sentida a nível nacional. O reforço da presença dos Jovens do Bloco nas universidades, escolas e locais de trabalho é indispensável. A recuperação do acesso aos espaços físicos das faculdades, após dois anos de presença dispersa motivada pela pandemia, permitirá o alargamento da intervenção do Bloco nestes espaços. Pretendemos fortalecer a ligação entre os jovens do Bloco e os núcleos e organizações do meio universitário, auxiliando na criação e desenvolvimento destes. Assumindo-se como um meio onde os jovens estão mais disponíveis para o debate e ativismo político, reconhecemos a importância de participar e promover debates e ações de disputa política e cultural nas faculdades. O Ensino Secundário deve ser um dos pólos de intervenção da organização dos Jovens do Bloco. Sendo um local onde os jovens ganham consciência política, é essencial que disputemos este espaço e que acentuemos a nossa presença. Devemos realizar um trabalho político de proximidade junto desta comunidade, de forma a chegar a mais jovens, dando voz às suas reivindicações e contribuindo para as suas lutas.

Os próximos anos de maioria absoluta do PS serão tempos de forte disputa ideológica. Precisamos de combater as ideias neoliberais e de extrema-direita, reforçando a importância do Estado Social e da Democracia e recordando a luta antifascista que os construiu. Esta é uma luta contra o individualismo selvagem, a lei do mercado, a política da exclusão e do ódio e o revisionismo histórico. Celebremos os 50 anos do 25 de Abril promovendo uma memória crítica que lance as sementes da luta que constrói o sonho que ficou incompleto: o da igualdade, justiça e liberdade plenas. Vamos levar essa luta a todas e todos os jovens e construir um Bloco mais forte, por um país digno.

A TRADIÇÃO DA ESQUERDA É ANTIPUNITIVISTA

ANDREA PENICHE, JOSÉ MANUEL PUREZA, E VASCO BARATA

Em 2022, na campanha legislativa, a direita e a extrema-direita trouxeram a debate uma temática anacrónica e absurda: o regresso da pena de prisão perpétua. Sobre isto, à esquerda, não pode haver hesitações. À esquerda, o compromisso tem de ser com uma justiça justa, e ela será tanto mais justa quanto mais preventiva, reparadora e reabilitadora for. Romper com o paradigma que conjuga justiça como vingança e pena como castigo é um combate da esquerda. O punitivismo, pelo contrário, é a resposta da direita e da extrema-direita, a resposta que concebe pena como castigo e privação de liberdade como panaceia. No entanto, justiça não é vingança.

Pensar o sistema prisional é um debate muito exigente, porque não se trata de humanizar um sistema desumano, mas de criar alternativas a ele. Fazê-lo num tempo em que a extrema-direita cresce, a imprensa tabloide floresce e as redes sociais se assumem como fonte de informação (não mediada) é uma responsabilidade acrescida e antecipadamente cheia de dificuldades, mas não podemos deixar de o fazer.

A assunção das penas como castigo está ainda muito presente no modo como a qualidade da justiça é avaliada. Crime e castigo, uma ideia profundamente judaico-cristã, assume no imaginário social uma relação causal tomada como indiscutível e necessária. No entanto, o crime não é o criminoso, da mesma forma que o doente não é a doença. Se facilmente percebemos que se deve combater a doença e não a pessoa doente, deveríamos usar a mesma lógica quando falamos de justiça e, consequentemente, começar a perguntar pelas condições que conduzem ao crime. Do mesmo modo, o castigo só é reconhecido como justo se resultar em pena de prisão efetiva, em privação de liberdade, e, nesse entendimento punitivista, quanto mais longa for a pena mais justa será. Frequentemente, quando as penas para crimes com grande impacto social não são de prisão, mas de outra natureza, a indignação popular manifesta-se e é acompanhada, instigada e manipulada pela imprensa tabloide. No entanto, talvez faça sentido pensar numa outra justiça, uma justiça ancorada na prevenção, reparação e reabilitação e não no entendimento da pena como castigo e retaliação.

A ideia de uma sociedade sem violação da lei é uma utopia, mas precisamos de olhar as penas e os prisioneiros como aquilo que eles são, para evitarmos julgamentos morais e precipitados: são pessoas que cometeram atos ilegais e que não escaparam às malhas do sistema judicial. É preciso perguntar porquê que umas pessoas escapam e outras não. É preciso perceber quem são estas pessoas e em que circunstâncias cometeram atos ilegais. E o que sabemos é que as prisões estão cheias de pessoas pobres, migrantes e de minorias étnicas. Sabemos também que

os sistemas penais mais agressivos não dão origem a sociedades menos violentas (EUA, por exemplo). Podemos “imputar crime à cor”, como dizia Frederick Douglass, ou etnia, ou origem social... e defender a mentira de que há uma qualquer predisposição genética ou cultural que torna determinadas pessoas particularmente propensas à violação da lei, como o faz a extrema-direita, ou então podemos deter-nos nas circunstâncias reais que fazem as pessoas violar a lei.

Se a maior parte dos crimes registados são contra a propriedade (RASI, 2020), precisamos perguntar sobre a distribuição do trabalho disponível, a redistribuição da riqueza e as políticas salariais. Se 13% dos reclusos condenados o são por crimes associados a tráfico e pequeno tráfico de estupefacientes, precisamos perguntar sobre descriminalização das drogas. Se 21 reclusos (19 homens e duas mulheres) se suicidaram, em 2020, precisamos perguntar pelas condições de saúde mental nas prisões. Se o crime de violência doméstica, apesar de ter diminuído num quadro de diminuição da criminalidade geral e da criminalidade violenta e grave, continua a ser a tipologia criminal mais participada, precisamos perguntar sobre os planos de ação de combate à violência machista. Por exemplo, as mortes por violência doméstica dão-se, maioritariamente, num contexto específico: já com queixa ou denúncia e sem que o agressor tenha sido julgado, o que revela que o aumento das molduras penais não responde ao problema. Precisamos, pois, de perguntar sobre o que é necessário mudar para que as queixas sejam levadas a sério e sigam o seu caminho de forma consequente.

A justiça à la carte, a justiça de exceção (sem equilíbrio, proporcionalidade, ponderação e comparação) está vinculada a projetos políticos autoritários, ao lucro de empresas e às representações mediáticas do crime, servindo apenas o populismo. O aumento das molduras penais e a reclamação de penas de prisão efetiva como panaceia não resolvem os problemas da justiça, mas alimentam e legitimam as propostas da direita populista e da extrema-direita. A esquerda não é justiceira nem vingativa, e devemos resgatar essa tradição antipunitivista.

INSUBMISSAS: AVANÇAR NAS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS

JOANA MORTÁGUA, ALEXANDRA VALADAS, ALIYAH BHIKHA, ALMERINDA BENTO, ANA COSTA LOUREIRO, ANA DURÃES, ANA ISABEL SILVA, ANA TERESA SEBASTIÃO, ANDREA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, BEATRIZ REALINHO, BEATRIZ VIEIRA, BRUNO GÓIS, CAROLINA MONTEIRO, CATARINA FERRAZ, CATARINA OLIVEIRA, CATARINA RODRIGUES, CATARINA SOFIA RODRIGUES, CECÍLIA HONÓRIO, CONSTANÇA SOARES SEBORRO, HELENA PINTO, IARA SOBRAL, ISABEL PIRES, JOANA PIRES TEIXEIRA, LEONOR ROSAS, MAFALDA ARAÚJO, MARIANA NEVES GONÇALVES DA SILVA MARTINS, MATILDE PORTO, MÓNICA ROCHA, PAULA SERRALHA, RAQUEL VITORINO, RITA LAGE SARRICO, SANDRA CUNHA, SOFIA ROQUE, TESSA GUIMARÃES NUNES, VANESSA SOUSA

Nos últimos anos, grandes protestos feministas têm aberto o caminho para novos progressos e erguido barreiras contra as forças reacionárias: os protestos Ni Una Menos iniciados na Argentina, em 2015; a Greve das mulheres polacas, em 2016, e a Marcha das angolanas, em 2017, contra os retrocessos no direito ao aborto; as Marchas contra a eleição de Trump, em 2017, e de Bolsonaro, em 2018; a Greve Feminista Internacional iniciada no 8 de março de 2017, com destaque para a Huelga feminista de 2018 no Estado Espanhol; a vitória da Marea Verde iniciada em 2018 que desaguou na legalização do aborto na Argentina em 2020 e na Colômbia em 2022, entre outras.

A amplitude desses movimentos configura o que se pode chamar feminismo de massas, e as suas discussões mais avançadas têm demonstrado vitalidade também em Portugal. As grandes manifestações feministas realizadas no 8 de março de 2022 são disso exemplo. A energia da Greve Feminista do 8 de março de 2020, a última grande mobilização pré-confinamentos da pandemia, voltou a sair em força às ruas depois das concentrações mais simbólicas realizadas durante os últimos dois anos.

As feministas saíram às ruas ampliando as vozes de múltiplas causas. O lugar da mulher é onde ela quiser!, o combate à violência patriarcal, a crise dos cuidados, a desigualdade salarial, a saúde sexual e reprodutiva, a autodeterminação de género, o antirracismo, o direito à vida independente, a crise climática, a denúncia do militarismo e da guerra. Ergueram-se bandeiras e pancartas de múltiplas cores e vozes. A força dessa unidade feminista é estratégica para continuar a transformar a sociedade portuguesa, e ela ganha cada vez mais espaço na afirmação do feminismo como sujeito político próprio.

Para ampliar essa força, precisamos de afirmar uma agenda bloquista de reivindicações feministas. O discurso reacionário que tem hoje protagonistas ruidosos e quer empurrar-nos para discussões de questões

básicas de direitos humanos, quer-nos pôr à defesa. Simultaneamente, o campo liberal e institucional não dá resposta às questões da maioria das mulheres. E nós não aceitamos deixar nenhuma para trás. A nossa linha de fundo só pode ser exigir novas conquistas.

Em todos os seus espaços de atuação, das ruas ao parlamento, o Bloco de Esquerda, em diálogo com os movimentos, deve empenhar-se em causas que são estratégicas para os próximos anos: a violação como crime público, o cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, a criação de um serviço nacional de cuidados, o combate à violência obstétrica, a criação de mecanismos eficazes contra a desigualdade salarial, uma educação sexual efetiva e inclusiva.

Submissas nos querem, rebeldes nos terão!

OS MEIOS DO BLOCO E A CAMPANHA DE DESINFORMAÇÃO.

ADRIANO CAMPOS (PORTO) E FABIAN FIGUEIREDO (LISBOA)

Já sabemos: o novo ciclo político impõe ao Bloco de Esquerda maiores dificuldades, com menos meios à disposição e escolhas difíceis a fazer. No Bloco, já ganhámos e já perdemos, mas nunca esmorecemos na construção de uma força socialista, popular e combativa. É, portanto, lamentável que um grupo interno - a “Convergência” - tenha enveredado por uma campanha pública de desinformação sobre as alterações na estrutura do partido impostas pelos baixos resultados nas legislativas. Nesta Conferência Nacional devemos rejeitar esta cultura da política de rapina.

Os membros da Convergência têm uma desvantagem no debate sobre os meios do Bloco. Ao afastarem-se dos órgãos e da militância de base, perderam o contacto com a sua agenda quotidiana e com as dificuldades da organização. Alhearam-se do esforço de centenas de militantes que todos os dias asseguram a ação do Bloco nas campanhas, nas distritais e concelhias, na representação autárquica, no trabalho sindical, feminista e estudantil. Mas o menosprezo pelo trabalho dos e das bloquistas não serve de desculpa para o fracionamento interno.

Antes de informar os militantes, a Convergência fez chegar à imprensa um comunicado intitulado “Sobre a reestruturação/reorganização do BE pós derrota eleitoral”. No universo Observador/Sábado/Novo/Tal&Qual esfregou-se as mãos. Para desinformar só precisavam de reproduzir o comunicado. Vejamos, então, a que pontos se refere a Convergência.

Reestruturação profunda?

Diz o comunicado que a redução do número de deputados e da subvenção estatal “impõe ao Bloco não só uma reorganização mas uma reestruturação profunda”. Engano e desinformação. É claro que o Bloco tem que adaptar a sua estrutura às novas condições de financiamento. Da mesma forma que o aumento de financiamento permitiu, no passado, uma superior mobilização de meios, a sua diminuição impõe agora uma redução. Mas não há qualquer “reestruturação profunda”, na medida em que o Bloco não alterou os seus estatutos ou as regras do funcionamento interno dos seus órgãos, não pôs em causa o trabalho das coordenadoras distritais, que continuam a ter recursos e espaços próprios, não extinguiu equipas ou tarefas coletivas, continuando a contar com o trabalho profissional de muitas camaradas nas tarefas de acompanhamento distrital, nos canais de comunicação do Bloco, no grupo parlamentar e nos serviços centrais. O desafio será antes manter patamares de resposta com menos verbas e mais mobilização militante.

Sedes e funcionários - a regra e esquadro?

Segundo a Convergência, a direção do Bloco teria imposto desde “o fechamento de sedes à dispensa de dezenas de funcionários” sem ponderação ou consideração pelos órgãos e aderentes. Engano e desinformação. Ao longo do mês de fevereiro e março, a direção do Bloco promoveu reuniões com as coordenadoras e secretariados distritais, dando conta das escolhas difíceis a fazer. A redução do número de sedes e das despesas do partido em cada distrito e região será gerida segundo opções tomadas pelas coordenadoras distritais, em articulação com a direção nacional. Mais chocante é o jogo que a Convergência faz com a situação dos funcionários do Bloco. Falam num “grande melindre” e falta de respeito no processo de redução. Engano e desinformação. A direção do Bloco de Esquerda assumiu um processo de comunicação claro com todos aqueles aderentes que, tendo desempenhado funções assalariadas, sempre limitadas no tempo, deixarão de ser funcionários do partido. Nenhum funcionário viu o seu direito à informação desrespeitado, os seus direitos laborais violados ou as suas circunstâncias particulares por atender.

Atribuição estatutária indevida?

Todo o comunicado da Convergência assenta numa estranha acusação de violação dos estatutos. Chega mesmo a afirmar que a Conferência Nacional, por “evidente incompatibilidade estatutária, não pode definir o rumo estratégico do Bloco”. Auto engano e desinformação? É que, pasme-se, a Convergência não se opôs à proposta de realização da Conferência Nacional do Bloco na Mesa Nacional (5 de fevereiro) e na reunião da Comissão Política (21 de fevereiro), apenas votou contra a proposta de regimento. E o mesmo acontece com a “Proposta de redução de custos na organização apresentada pelo Secretariado” apresentada na reunião da Comissão Política realizada no dia 24 de fevereiro, que mereceu o voto de abstenção dos membros eleitos pela Moção E (Convergência). A Convergência demitiu-se da sua responsabilidade, omite as posições dos seus representantes na direção e aposta tudo numa campanha de engano e desinformação.

Na política, como na vida, não vale tudo. A campanha de desinformação lançada pela Convergência prejudica a imagem do Bloco mas não abala o compromisso da militância com as lutas a fazer.

REFORÇAR A LUTA LABORAL CONTRA A PRECARIEDADE

ALFREDO MARTINHO, AMARÍLIS FELIZES, ANA FEIJÃO, CAROLINA ALMEIDA, DANIEL CARAPAU, HUGO VELUDO, INÊS SENA, JOANA LEITE, JOÃO PAULO MARTINS, JOSÉ MIGUEL RICARDO, JOSÉ SOEIRO, LUÍS LOURENÇO, MAFALDA BRILHANTE, NELSON SILVA, PAULO GUIMARÃES, RAQUEL AZEVEDO, RICARDO GOUVEIA, RUI MOREIRA, SARA SIMÕES, SOFIA FIGUEIREDO, TAINARA MACHADO, TIAGO GILLOT

A maioria absoluta do PS constitui um desafio reforçado para o movimento do trabalho, bem como para a intervenção do Bloco de Esquerda. Os primeiros sinais saídos das eleições indicam que o governo de António Costa reforçará o seu alinhamento com os interesses patronais, que saudaram já o novo poder absoluto, liberto da pressão da esquerda.

No ciclo da gerigonça (2015-2018), a força da esquerda não só travou a destruição liberal dos direitos no trabalho, revertendo muitas das regressões troikistas (feriados, cortes no subsídio de desemprego e nas pensões), como abriu condições para disputas com o Partido Socialista para avanços em matérias fundamentais. Enfrentando a permanente resistência do PS, esta disputa foi importante para colocar no centro o direito ao salário e à proteção coletiva no trabalho.

O aumento do salário mínimo significou uma importante recuperação de poder de compra, mas o bloqueio da contratação coletiva e normas laborais que incentivam a precariedade não permitiram superar uma longa estagnação dos salários médios. No combate à precariedade, houve alguns avanços concretos: um novo regime de contribuições para os recibos verdes, o reforço da lei de combate à precariedade, o PREVPAP (embora com aplicação desigual dependendo dos sectores, sendo que os vínculos precários no Estado já atingiram novo recorde) ou a introdução de limites à renovação dos contratos de trabalho temporário. No entanto, o PS bloqueou alterações aos elementos estruturais de desigualdade nas relações laborais – nas regras dos despedimentos, do trabalho suplementar ou da contratação coletiva. O resultado foi a manutenção do padrão de salários baixos e de precariedade. Este bloqueio foi um dos eixos centrais para a rejeição do Bloco à política do Governo e seus Orçamentos.

O atual contexto é marcado pelas dificuldades criadas pela maioria absoluta, impermeável a soluções políticas negociadas no parlamento, mas também pela afirmação de novas estratégias de precarização. Num quadro geral de fechamento do movimento sindical, que poderá agravar-se neste período, vastos sectores permanecem sem representação coletiva. A individualização e a ausência de direitos, como no caso do trabalho em plataformas digitais ou de vários sectores de trabalho fundamental mas desvalorizado, como nas áreas dos cuidados, em que se cru-

zam frequentemente desigualdades de género e fragilidade da condição imigrante, requer um trabalho de organização que ainda não está presente. O diálogo com as poucas expressões de auto-organização existentes, bem como a prioridade à intervenção nestas áreas, são pistas para iniciar este trabalho.

No plano da intervenção do Bloco, dos combates políticos com o Governo de maioria absoluta e uma nova direita ultraliberal, este novo ciclo será totalmente distinto. Exigirá que as propostas sejam comunicadas de forma mais política e menos técnica. Se no final do ciclo anterior foi crítico disputar o detalhe das propostas, de modo a denunciar o bloqueio do PS, é agora fundamental recuperar um discurso contra a precariedade menos amarrado ao pormenor e mais liberto para enunciar bandeiras e princípios, sem comprometer o rigor nas propostas. Por outro lado, é preciso dar centralidade ao combate a mecanismos de precarização como o outsourcing e reforçar a importância da redução do horário de trabalho.

Na nossa comunicação, devemos recuperar o tom de denúncia da precariedade no trabalho e na vida, dar voz à rejeição social da precariedade como projeto social, recusar a condição precária e o insulto da exploração. No conformismo da maioria absoluta, Costa procurará um contraponto permanente com a direita ultraliberal, que servirá de biombo ao situacionismo. Nessa batalha com o engodo liberal, que capta importantes sectores, nomeadamente jovens, devemos assumir uma identidade de rejeição da precariedade, alicerçado num conflito social forte e na luta por novos direitos e formas de representação do precariado.

QUE EUROPA PARA VIVER?

BRUNO GÓIS

Qual abutres entusiasma-se com o cheiro mortífero da guerra. Qual papagaios repetem em dezenas de línguas que é preciso morrer pela Europa. Os militaristas europeus não podiam estar mais satisfeitos.

Os povos da Europa estão à mercê das potências que a disputam e repartem. Com a invasão da Ucrânia, a Rússia de Putin ameaça toda a vizinhança. Tem saudades confessadas do império dos czares e insulta a autodeterminação dos povos. O perigo é real.

Do lado poente, Biden e os EUA parece que ganharam a lotaria. A NATO andava de farsa em farsa a reinventar razões para a sua existência. Agora encontrou na sombra da invasão russa o melhor cobrador do fraque dos investimentos militares europeus e da submissão ao Tio Sam.

Pelo meio estamos nós, a classe trabalhadora e os povos que precisam de uma outra Europa para viver. A nossa segurança e a nossa liberdade precisam de um espaço de paz e desenvolvimento, com padrões elevados de direitos do trabalho, com justiça social e climática. Reivindicar essa Europa para viver exige quer a expulsão dos imperialismos externos, quer o desmantelamento dos aparelhos imperialistas internos e semi-externos.

Não nos enganamos. O desenho liberal e imperialista do Mercado Europeu aumenta a desigualdade entre países, sangra os direitos sociais das nossas democracias e é ferramenta de neocolonialismo dentro e fora do continente. Ao mesmo tempo, o arame-farpado da Europa Fortaleza é o outro nome da sobre-exploração de imigrantes clandestinos e da cova de refugiados em que se tornou o Mediterrâneo.

Precisamos de outro horizonte. Um projeto para a transformação social e ecológica dos nossos países beneficiará de um espaço real de alianças internacionais na nossa vizinhança. Partidos de esquerda, sindicatos, movimentos feministas, ecologistas e pelos direitos humanos podem apontar o caminho para essa Europa da Cooperação e da Solidariedade. Essa bandeira política precisa de ganhar forma, de ganhar movimento.

PODE O FINANCIAMENTO DO BLOCO DE ESQUERDA ESTAR DEPENDENTE DAS FLUTUAÇÕES ELEITORAIS?

FABIAN FIGUEIREDO

A lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais (lei n.19/2003, de 20 de junho) determina a atribuição de uma subvenção pública anual a todos os partidos que consigam representação na Assembleia da República, ou que ultrapassem a barreira dos 50 mil votos. O valor da subvenção varia mediante o número absoluto de votos atingido em todos os círculos eleitorais. A esta acresce um apoio financeiro mensal para o pagamento de despesas gerais do Grupo Parlamentar e para a contratação de assessorias para a sua atividade política e partidária. O valor total deste apoio tem em conta o número total de mandatos obtidos.

O Bloco de Esquerda tem-se manifestado favorável à presente lei e, ao longo dos anos, apresentou propostas cirúrgicas para a sua melhoria. O tempo tem vindo a dar-nos razão. A lei portuguesa privilegia o financiamento público dos partidos, com um adequado quadro fiscalizador e obrigações de transparência, em detrimento de um regime liberal em que é fomentado o financiamento empresarial ilimitado e os donativos anónimos. Falam por si os casos de corrupção que vamos conhecendo de países com esse tipo de regime - em que se multiplicam dirigentes políticos e organizações partidárias inteiras capturados por interesses privados.

Apesar desta característica da democracia partidária portuguesa, a lei prevê outras formas de receita, como pagamento de quotas, contribuições ou donativos. Estes pagamentos só podem ser feitos por meio de cheque ou depósito/transferência bancária devidamente identificado (os donativos anónimos são proibidos) e não podem ultrapassar o limite anual de 25 vezes o Indexante de Apoios Sociais (25 x 443,20 € = 11080 €). Para além destas receitas próprias, as possibilidades da lei são esgotadas com as angariações de fundos, rendimentos de património, heranças/legados e empréstimos.

Os partidos que originaram o Bloco de Esquerda em 1999 não tinham, à época, eleitas/os na Assembleia da República. A UDP, o PSR e a Política XXI, sem financiamento público, dependiam das contribuições dos seus filiados e simpatizantes e das angariações de fundos que promoviam. A atividade partidária regular dependia, por isso, exclusivamente do compromisso militante (quotas mensais e donativos regulares) e da sua criatividade para angariar fundos (venda de jornais, almoços/jantares, rifas, leilões, etc.).

A experiência do Bloco de Esquerda não podia ser mais diferente desta. O partido conseguiu, felizmente, eleger deputados desde a sua primeira candidatura às eleições legislativas, tendo registado um cres-

cimento de mandatos em todas as eleições legislativas subsequentes até 2011. Nos primeiros 12 anos de existência, o Bloco de Esquerda só conheceu subidas eleitorais. Um registo notável que criou uma cultura de financiamento associada a essa dinâmica. Se, durante os primeiros meses de existência, o Bloco de Esquerda incorporou a cultura de auto-financiamento para a geração de receitas para a sua atividade política regular, com o crescimento sustentado da sua representação parlamentar e até hoje, as finanças do partido passaram a ter como principal fonte de receita a subvenção pública. Cerca de 90% das receitas do Bloco de Esquerda provêm da subvenção pública. Os restantes 10% são donativos, contribuições e quotas.

É aqui que começa o debate. Pode um partido como o Bloco de Esquerda ter as suas finanças tão expostas ao resultado que obtém em eleições? Não pode. Creio que é esta a resposta que a sensatez radical impõe. A capacidade de iniciativa política de um partido de esquerda socialista tem de gozar de uma relativa autonomia em relação aos ciclos eleitorais. Caso contrário, um recuo eleitoral pode significar um recuo na capacidade de intervenção em todas as suas frentes de trabalho do partido. Dito de outra forma, o que é identificado, pelo conjunto dos militantes, como sendo o essencial da atividade política do Bloco de Esquerda, nas suas diferentes dimensões, geografias e setores, não pode estar dependente de formas de financiamento necessariamente instáveis, sejam elas resultados eleitorais ou eventuais alterações legislativas.

O Bloco de Esquerda deve, por isso, fixar como objetivo coletivo o aumento do autofinanciamento militante em 40% nos próximos quatro anos. Para tanto, terá de rever a sua política de quotas - sem nunca alterar o princípio estatutário basilar que garante que a participação no Bloco de Esquerda não depende de fatores económicos - e fazer uma ambiciosa campanha de angariação de micro e pequenos contributos no conjunto dos seus militantes e simpatizantes.

Ter liberdade é definir a sua própria sorte. Seria um erro, neste domínio, continuarmos a deixar a nossa sorte na mão de terceiros.

DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO NA CULTURA

AMARÍLIS FELIZES, BRUNO CABRAL, HUGO VELUDO, INÊS SENA, JOANA NETO, JOANA LIMA ROCHA, JOÃO MINEIRO, JOSÉ RICARDO, LEONOR FIGUEIREDO, LUÍS PACHECO CUNHA, MARIA ESCAJA, MARIANA GOMES, MÁRIO MOUTINHO, RICARDO GOUVEIA, SARA GOULART, TIAGO IVO CRUZ

Combater a precariedade

Quem trabalha na Cultura em Portugal, fá-lo em condições particularmente precárias: trabalhos intermitentes, proliferação de diversas formas de falso trabalho independente, e generalização dos baixos rendimentos, que resultam em fraca ou inexistente proteção social.

A crise da pandemia expôs a gravidade das fragilidades geradas por estas práticas laborais e originou uma vaga de tomada de consciência e de organização coletiva no setor, de onde emergiram novos intervenientes.

Hoje, depois de conquistas políticas assinaláveis, esta vaga está já em refluxo. Ao Bloco cabe, antes de mais, promover um diálogo que anime a combatividade no seio destas diversas formas de organização que se robusteceram ou multiplicaram nos últimos dois anos.

Uma das conquistas desta organização da revolta no setor foi a criação do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, que está em vigor desde o início do ano, e que resultou de uma longa e intensa disputa das associações representativas com o Governo.

O Estatuto deve ser mantido em disputa, não só no plano de uma possível apreciação parlamentar, mas também no plano da sua revisão no prazo de dois anos, prevista da lei que o institui, e que será feita no âmbito do grupo de trabalho de acompanhamento do Estatuto. Esta disputa deve manter-se centrada em dois pontos essenciais: (1) nos mecanismos de combate ao falso trabalho independente, nomeadamente na exigência de contratação de todo o pessoal precarizado nos organismos públicos e nas grandes instituições culturais que são financiadas publicamente, e (2) num diferente modelo de proteção social, que considere todos os rendimentos de quem trabalha na cultura, independentemente da sua proveniência (trabalho subordinado ou independente) e não seja, como é atualmente, uma forma de promover o uso do recibo verde.

Para esta tarefa, teremos de reforçar a capacidade de organização de militantes que trabalham na cultura, desde logo promovendo o seu encontro e originando espaços de debate reflexivo e estratégico.

Mantendo presença e contacto com diversas experiências de organização e luta - as associações, grupos informais e fóruns de debate de profissionais e de subsectores, os sindicatos, as experiências concretas de lutas laborais em cada lugar, etc -, que constituem importantes formas de intervenção e podem convergir num movimento amplo pelos direitos

laborais na cultura.

Assumir e construir a luta pelo direito à cultura e à arte

Se no período de emergência pandémica a nossa intervenção nesta área esteve focada, e bem, na proteção social e direitos laborais de quem trabalha na cultura, num quadro em que a guerra irá pressionar orçamentos, sendo já 2% reclamados para a defesa, tornar-se-á central defender a existência de meios para as políticas culturais, impedindo que sejam sacrificados, como de costume.

É necessária uma oposição à lógica de estagnação das políticas culturais que prevaleceu nas últimas décadas, bem como aos mecanismos de pressão das grandes empresas do setor e do turismo, a que os governos têm cedido docilmente gerando uma concentração da produção, edição e distribuição (controlo do mercado livreiro pelas grandes editoras, salas de cinema sob monopólio da NOS, perda de garantias de acesso ao património classificado concessionado no âmbito do Programa Revive, etc.).

Para isso, o Bloco tem um programa; é agora necessário que a conjuntura difícil que encaramos não iniba que este programa se verta na concretização e apresentação de propostas.

Sabendo do estatuto subalterno das políticas culturais na disputa social e política nacional, teremos de resistir à corrente e insistir na vocalização das nossas propostas, sem timidez, e em diversos contextos de intervenção.

Um acanhamento perante este compromisso, não só trairia o nosso programa, que assume a Cultura como eixo estratégico da política para os serviços públicos, como nos afastaria de quem neste setor se tem organizado para esta luta comum.

UMA POLÍTICA SOCIAL DE CUIDADO E A (RE)PRODUÇÃO COLETIVA DA VIDA

ADRIANA LOPERA, ADRIANA PINHO, ANDREA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, BEATRIZ PEDROSO, CARMO MARQUES, CAROLINA ALMEIDA, CAROLINA GOMES, CATARINA RAMALHO, CECÍLIA HONÓRIO, DINA NUNES, HELGA CALÇADA, HELENA PINTO, INÊS COLAÇO, JOANA LOUÇÃ, JOANA MORTÁGUA, JOANA TEIXEIRA, JOSÉ SOEIRO, LEONOR FIGUEIREDO, LEONOR ROSAS, MAFALDA ARAÚJO, MAFALDA BRILHANTE, MARIANA FALCATO, MÓNICA ROCHA, PATRÍCIA FELÍCIO, PATRÍCIA MARTINS, SANDRA CUNHA, SOFIA LOPES, SOFIA ROQUE E TAINARA MACHADO

Sabemos que é no trabalho reprodutivo e de cuidado que se sustenta o nosso quotidiano e a nossa existência. Somos seres interdependentes - desde que nascemos até morrermos, todos precisamos de ser cuidados, mais intensamente quando somos crianças, quando estamos doentes, quando envelhecemos ou quando somos pessoas com deficiência - mas todos precisamos.

Este trabalho de reprodução e manutenção da vida tem sido assegurado maioritariamente pelas mulheres. O sistema capitalista depende do nosso trabalho remunerado, mas também desse trabalho de reprodução, muitas vezes não pago, que é o que mantém a nossa sociedade. A entrada das mulheres no mundo do emprego não foi acompanhada por respostas sociais de cuidados, o que culminou na acumulação do trabalho assalariado com o de cuidado não pago, originando duplas e triplas jornadas laborais. Somando a isto, assistimos hoje a profundas mudanças sociodemográficas, do envelhecimento da população ao decréscimo de nascimentos, que põe em causa a sustentabilidade do modelo de cuidados existente nos países capitalistas.

É responsabilidade da esquerda anticapitalista olhar para a crise de cuidados, analisar as suas raízes e apresentar soluções transformadoras. Em Portugal, o Estado desresponsabilizou-se de garantir respostas públicas neste campo, impondo que os cuidados sejam garantidos pelas famílias e pelo setor social, em grande medida financiado com dinheiros públicos. O Bloco deu um passo importantíssimo para a mudança de paradigma com a reorganização dos cuidados, com o acolhimento da reflexão de ativistas e militantes, e consequente proposta da criação de um Serviço Nacional de Cuidados, que será a garantia de que em todo o território existe uma rede de respostas públicas na área da infância, da velhice, da dependência e da promoção da autonomia, de carácter universal e tendencialmente gratuito.

Garantir respostas sociais do Estado é imperativo, mas só resolve uma parte da urgência social que vivemos. Se é certo que precisamos destas respostas, que garantam que toda a gente tem o direito a ser cuidada, também precisamos que os cuidados do dia a dia, como alimentar, limpar, lavar, deixem de ser tarefa apenas das famílias e dentro destas, mais especificamente, das mulheres.

Enquanto esquerda radical que luta por uma vida que valha a pena ser vivida, temos de olhar também para a comunidade e para a capacidade criativa de respostas auto-organizadas. Inventar respostas novas ou reinventar antigas que se perderam, mas que foram a garantia da não individualização destas tarefas, é urgente.

O liberalismo esmaga-nos a vida, impõe-nos o individualismo como única forma de sobrevivência, retira-nos as relações e o coletivo. A agenda da “igualdade de género” parece ficar-se pela defesa da partilha dos cuidados dentro de casa, continuando a empurrar estas tarefas para a esfera da vida privada. Mas uma perspetiva transformadora não se limita a querer manter o mesmo modelo familiarista, mas com repartição. Deve defender que se avance na sua socialização. Precisamos de respostas coletivas: reduzir o tempo de trabalho formal e o tempo de trabalho não pago (que cada pessoa despende na sua casa), rasgar com o individualismo e abrir portas a outras formas de sociabilização, com a criação de espaços comuns, como lavandarias e cantinas comunitárias, creches e apoio mútuo domiciliário, espaços intergeracionais e cidades construídas e reabilitadas a pensar em todos e todas.

A esquerda que não esmorece, que tem a urgência da mudança, tem de bater-se pelo afeto, pela construção de laços e pontes, pela organização e construção do coletivo, pela reconstrução de novos lugares e novas maneiras de organizar a sociedade. Tem de ter uma agenda forte para alargar o Estado Social à área dos cuidados, onde ele ainda não chegou, mas também de bater-se por uma nova sociedade, que ponha a produção e a manutenção coletivas da vida - e não a produção de mercadorias e a acumulação de capital - no centro da economia e da política.

A LUTA FEMINISTA É A LUTA DAS NOSSAS VIDAS

ADRIANA LOPERA, ADRIANA PINHO, ANDREA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, BEATRIZ PEDROSO, CARMO MARQUES, CAROLINA ALMEIDA, CAROLINA GOMES, CATARINA RAMALHO, CECÍLIA HONÓRIO, DINA NUNES, HELGA CALÇADA, INÊS COLAÇO, JOANA LOUÇÃ, JOANA MORTÁGUA, JOANA TEIXEIRA, LEONOR FIGUEIREDO, LEONOR ROSAS, MAFALDA ARAÚJO, MAFALDA BRILHANTE, MARIANA FALCATO, MÓNICA ROCHA, PATRÍCIA FELÍCIO, SANDRA CUNHA, SOFIA LOPES, SOFIA ROQUE E TAINARA MACHADO

Vivemos múltiplas crises, na espiral do velho e do novo: a crise climática, a crise dos cuidados, a crise pandémica e as guerras. Multidimensionais, elas são o resultado deste sistema patriarcal e capitalista, revisitado pelo imperialismo e pela ameaça da recessão.

A um nível global, a pandemia aumentou a pobreza, a desigualdade no acesso ao cuidado e à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, e escavou de forma ainda mais brutal as desigualdades entre homens e mulheres, a todos os níveis, da representação ao salário. O quotidiano afiança-o, os estudos confirmam-no, algumas das vozes do sistema dão o alarme: a pandemia é “uma crise das mulheres”¹; uma “guerra oculta contra as mulheres”². O movimento feminista anticapitalista sabe que as respostas não podem ser de circunstância. Reclamamos por isso a criação de uma rede nacional e pública de cuidados, uma resposta urgente à dimensão das novas e velhas desigualdades, uma proposta que avança na transformação social que desejamos.

Fugindo das guerras, entre ocupações e invasões, da fome e da discriminação, sucessivas vagas de pessoas migrantes e refugiadas têm vindo a chegar à Europa, sobretudo na última década. Tantas, demasiadas vezes, é a morte que as recebe nos seus trajectos de fuga. A assistência humanitária, a solidariedade e a oportunidade do seu acolhimento não podem depender dos interesses políticos e económicos dos Estados, nem estar sujeitas aos critérios do racismo e da xenofobia. A atual invasão russa da Ucrânia gerou uma nova vaga e entre os milhões de refugiados encontram-se maioritariamente mulheres e crianças. Receber estas pessoas é responder ao dever universal de hospitalidade e não procurar a oportunidade de acolher mão-de-obra barata. Perante a iminência da recessão económica, antecipando-se o agravamento da pobreza e o escavar de novas desigualdades, e porque a exclusão e precariedade na vida e no trabalho não podem ser a regra, afirmamos: não deixamos nem uma para trás.

A tudo isto, crescem as alterações no quadro político nacional e internacional, com os avanços eleitorais da extrema-direita, em aliança com as direitas clássicas, em reconfiguração. A sua agenda reacionária de combate aos direitos conquistados pelas lutas feminista, lgbti+, antirracista, alimentada pela mistificação da “ideologia de género”, dá voz ao desejo de uma domesticidade atávica, ao esvaziamento dos direitos conquistados, abrindo um novo espaço masculino, misógino, ressentido, vingativo da democracia, o mesmo que se senta e levanta das cadeiras do Chega. Só a agenda feminista e a atualização de todas as lutas pode parar esta onda reacionária.

Considerando ainda a revitalização do “extremo centro”, por via da guerra, apoiado no reforço dos orçamentos da defesa e na onda securitária, bem como as tentações de revivalismo macartista sobre tudo o que parece não se mexer no seu sentido e a maioria absoluta do PS, como centro da geografia política desta viragem, colocam-se novas dificuldades à esquerda. E se a esquerda enfraquece, os direitos das pessoas trans, das trabalhadoras do sexo, das mais vulneráveis, das precárias, das cuidadoras informais, das vítimas de violência de género, recuarão. Além disso, também o campo dos direitos sexuais e reprodutivos estará ameaçado, tanto de retrocesso como de estagnação. Quinze anos após a aprovação da Lei n.º 16/2007, que descriminalizou o aborto a pedido da mulher e estabeleceu novos prazos para a exclusão de ilicitude da interrupção voluntária da gravidez, é necessário olhar para a sua implementação, para perceber as suas fragilidades e propor as alterações necessárias para que o seu acesso seja alargado e efetivo. Todas estas dificuldades são os desafios e os compromissos do Bloco de Esquerda.

Feministas, anticapitalistas e insubmissas, Não aceitamos nem um passo atrás, nem deixaremos nenhuma luta por fazer.

MAIS-VALIA REDUZIR A JORNADA LABORAL

NELSON PERALTA

Ao longo dos últimos tempos, as traves mestras do capitalismo real têm ruído. O “fim da História” já vai longe com vários governos a reivindicarem-se do espaço da “democracia iliberal”. No campo liberal, Macron propõe agora a nacionalização de várias empresas energéticas em França. E, de um modo geral, a ideia hegemónica da divisão internacional do trabalho colapsou nos últimos anos com a pandemia, a guerra e até com um barco atravessado no Suez.

Num mundo em mudança, em Portugal, a direita saudosista de um programa ideológico, de classe e de razia social outrora vocalizado e realizado por Passos Coelho vestiu novas roupagens. Um dos novos partidos ensaia uma guerra cultural. O outro promove o egoísmo e a efabulação sobre impostos, não contestando a sua natureza desigual mas querendo acentuá-la com um alívio ao capital e com o fim da progressividade fiscal. Para ambos sobra o correspondente desmantelamento do Estado social. É neste caldo que germina a crise dos partidos da direita tradicional. E é também este o contexto que o PS usa essa crise para se tentar perpetuar no poder apelando ao medo da nova e velha direita, navegando com as suas políticas de sempre e livrando-se dos “empecilhos” à esquerda.

A discussão política ganhadora não estará em pequenas propostas, pequenos ganhos ou pequenas perdas, mas sim em grandes narrativas explicativas. O debate é mais ideológico que nas últimas décadas e é aí que o Bloco deve posicionar a sua intervenção.

Nunca abandonando o arco-íris das muitas lutas, causas e propostas do Bloco, devemos encontrar propostas-âncora explicativas e exemplificativas da sociedade que queremos construir. Uma dessas propostas será certamente a redução do horário de trabalho, sem perda de remuneração.

Há dois séculos, no início da revolução industrial, a luta dos trabalhadores era pela jornada laboral de 40 horas. Em 2022, essa é a norma em Portugal. Em 200 anos, apesar do enorme aumento da produtividade, conhecimento, mecanização e informatização, as 40 horas não foram derrubadas. Para quem serviu esse desenvolvimento? O grande aumento da produção de riqueza contribuiu, acima de tudo, para engrandecer os bolsos do capital, mas não para reduzir a jornada laboral. Aliás, a divisão internacional do trabalho foi desenhada para aumentar ainda mais a exploração da mais-valia, deslocalizando a produção para onde a jornada laboral é mais longa e os salários mais baixos.

A centralidade da redução da jornada laboral, para já para as 35 horas, corresponde a essa sociedade que queremos, com maior repartição da

riqueza produzida, rumo ao pleno emprego, com ciclos curtos de produção-consumo, respeitando o trabalho e os rendimentos, respondendo às alterações climáticas e às crises cíclicas que temos vivido.

Onde os partidos do sistema falam de impostos, devemos responder certamente com justiça fiscal, mas também contrapor com a exploração da mais-valia, popularizando esse conceito e trazendo para o nosso campo a centralidade do debate de ideias por uma nova sociedade. De igual modo, tentando popularizar a desigualdade nas relações de poder na assinatura de um contrato entre partes e a importância da contratação coletiva para o aumento do salário médio. O objetivo deve ser mesmo o de romper a hegemonia ideológica.

O Bloco tem uma proposta alternativa de sociedade. Responde a todas as lutas, reconhece que estão interligadas e quer quebrar as correntes da opressão e da exploração. A saída da derrota eleitoral deve ser pois essa matriz do Bloco, colorida e apresentando no discurso e nas propostas uma maior densidade ideológica e mostrando que são essas ideias que respondem à vida de quem depende da sua força de trabalho, que responde às alterações climáticas e que se constrói em liberdade e com solidariedade.

O FEMINISMO ANTICAPITALISTA É A LUTA TODA

ALDA SOUSA, AMARÍLIS FELIZES, ANA CAMPOS, ANA FEIJÃO, ANA CAROLINA GOMES, ANDREA PENICHE, ANDREIA GALVÃO, ANDREIA QUARTAU, ADRIANA LOPERA, ADRIANA PINHO FERREIRA, BEATRIZ PEDROSO, BEATRIZ REALINHO, CARMO MARQUES, CATARINA RAMALHO, CATARINA SILVA, CATHERINE BOUTAUD, CECÍLIA HONÓRIO, CLÁUDIA BRAGA, CRISTINA ANDRADE CARVALHO, DINA NUNES, GRAÇA MARQUES PINTO, HELGA CALÇADA, INÊS COLAÇO FERNANDES, JOANA LOUÇÃ, JOANA NETO, JOANA PIRES TEIXEIRA, LEONOR FIGUEIREDO, MAFALDA ARAÚJO, MAFALDA BRILHANTE, MARIA MANUEL ROLA, MARIANA CARNEIRO, MARIANA FALCATO SIMÕES, PATRÍCIA FELÍCIO, PATRÍCIA MARTINS, PAULA SANTOS, PAULA SEQUEIROS, RAQUEL AZEVEDO, SOFIA LOPES, SOFIA ROQUE, SUSANA CONSTANTE PEREIRA, TAINARA MACHADO, TATIANA MOUTINHO.

O debate sobre a reconceptualização do conceito trabalho tem atravessado o movimento feminista anticapitalista, nomeadamente através da proposta da Greve Feminista Internacional. O conceito, tal como tem sido definido, é curto para dizer a realidade das mulheres, cuja atividade se desenrola nos espaços produtivo e reprodutivo, nos setores formal e informal da economia, com e sem vínculo laboral, com e sem remuneração, quase sempre na precariedade. Este é um debate com implicações concretas no modo como interpretamos o mundo e, decorrentemente, construímos e disputamos a transformação social.

Em 1886, o movimento operário, desde as ruas de Chicago, reclamou 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas de lazer. Somos herdeiras dessa proposta, mas precisamos de redefinir trabalho, para que ele inclua a realidade das mulheres.

A proposta liberal da igualdade de género deixou-nos numa encruzilhada. Abraçada por governos liberais e social-democratas, foi transformada em horizonte e solução, conduzindo-nos a uma chantagem inaceitável. A nossa autonomia e independência financeiras têm um preço: a exaustão. O Pacto de Conciliação entre Trabalho, Vida Familiar e Pessoal (2019) fala em «implementação de regimes de horários favoráveis à conciliação nas diferentes fases da vida», ou seja, propõe a flexibilidade como solução, mas não a redução do horário de trabalho, como se as tarefas domésticas e dos cuidados fossem sazonais, transitórias ou sempre de curto prazo, como se não percebêssemos a quem se pede flexibilidade e conciliação, como se não soubéssemos que apenas 19% dos homens com mais de 18 anos desempenha tarefas domésticas diariamente.

Sabemos que somos um dos países com mais elevados níveis de participação a tempo inteiro, em todas as fases da vida, das mulheres no setor

formal da economia. Sabemos que as mulheres assalariadas, em média, acumulam mais 4h30 de trabalho doméstico e de cuidados à sua jornada laboral, o que perfaz uma jornada diária de trabalho de aproximadamente 12h30. Sabendo tudo isto, só a ingenuidade nos poderia fazer achar que a sobre-exploração se resolve apenas com a partilha das tarefas no espaço doméstico. Essa é a resposta liberal e nós recusamo-la, porque o que ela pretende é empurrar para as famílias – e, dentro delas, para as mulheres - a responsabilidade pelas tarefas da reprodução. Não confundimos, por isso, a partilha das tarefas com a solução para as questões do trabalho reprodutivo, encaramo-la antes como o engodo liberal para evitar o debate que importa fazer, aquele que identifica o trabalho reprodutivo como uma responsabilidade de toda a sociedade e não como uma responsabilidade das mulheres.

A pandemia escancarou aquilo que já sabíamos: as mulheres carregam o mundo às costas. Apesar disso, nada mudou na organização social, o que nos permite concluir que as coisas são como são por escolha. As mulheres são a galinha dos ovos de ouro do sistema capitalista: somamos trabalho ao trabalho e fazemo-lo a baixo custo ou gratuitamente. E uma das maiores perversidades do sistema consiste precisamente nessa garantia que sabe ter: ninguém deixará de cuidar para provar que sem o seu trabalho o mundo para. Pelo caminho, o sistema capitalista retroalimenta-se: o Estado não investe em serviços públicos e a ausência desses serviços vulnerabiliza ainda mais as relações laborais que estabelecemos.

Partilhar as tarefas não pode significar partilhar a exploração, mas antes superá-la. Trabalhar menos horas, sem perda de salário, é o que defendemos para todas as pessoas, exatamente porque interpretamos o capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social.

O feminismo liberal tem-se empenhado na difusão de uma contrarrealidade, visibilizando e celebrando a ascensão de um grupo próspero e multiétnico de mulheres. No entanto, estas são mulheres da classe dominante. Responder a problemas sociais com soluções individualistas, como se o mérito fosse uma abstração e não fosse atravessado por desigualdades múltiplas, como se a herança não continuasse a determinar o lugar que socialmente ocupamos, é a forma que o liberalismo tem de responsabilizar individualmente as pessoas pela sua situação de aflição e de reduzir as funções do Estado social. Não somos, evidentemente, indiferentes à desigualdade salarial nos quadros superiores nem à sub-representação feminina nos conselhos de administração, mas não nos iludimos com o verniz liberal dos tetos de vidro. Sempre que um teto de vidro se quebra, alguém tem de limpar os cacos. E quem os limpa é a mulher salário-mínimo, a mulher imigrante, a trabalhadora das limpezas sem contrato ou com contrato precário, a mulher a quem a empresa de trabalho temporário rouba uma parte do seu salário. O teto de vidro quebra-se, mas o diferencial entre salários permanece inamovível. Os tetos de vidro são, pois, a válvula de segurança de um sistema que não se quer transformar, que apenas está disponível para partilhar um pouco do seu poder,

porque sabe que assim garante que as suas bases não são modificadas.

Não podemos cair na armadilha liberal e confundir a exceção com a regra, porque a regra é que 26% do total das mulheres empregadas no setor formal da economia recebem o salário-mínimo. Os setores em que as mulheres são a maior parte da força de trabalho são precisamente aqueles em que o peso do salário-mínimo é maior. Quase 20% do emprego em Portugal é precário, e as mulheres representam 52% dessa mão de obra precária. Para trabalho igual ou equivalente, as mulheres continuam a ganhar menos 14% (26% nos quadros superiores), mas, se compararmos os ganhos mensais, e não apenas os salários, o diferencial global sobe de 14% para 17.8%, porque num país em que o salário é atravessado por uma intrincada engenharia, sejam os prémios de assiduidade ou as isenções disto e daquilo, as mulheres faltam mais e fazem menos horas extraordinárias, já que continuam a ser elas a garantir a assistência à família. Devemos, também, recusar a ideia de que os problemas da desigualdade se resolvem com empreendedorismo ou tornando mistos os espaços de poder e o acesso a salários altos. Igualdade na dominação não é igualdade, porque não há igualdade quando quase todas ficam para trás. A igualdade reclama a superação do sistema que gera e se alimenta das desigualdades. Quaisquer ganhos em direitos que alcancemos, tanto na economia formal quanto fora dela, serão sempre ganhos temporários, porque a base material da opressão e da exploração das mulheres se relaciona com o sistema como um todo. Qualquer debate sobre o fim da opressão e da exploração precisa, portanto, de colocar em simultâneo a discussão sobre o fim do sistema que as engendra.

AFIRMAR UMA AGENDA ECOSOCIALISTA

ANDREIA GALVÃO, DANIEL BORGES, DANIEL CARAPAU, JOÃO BERNARDO, JOÃO RODRIGUES, MARIA MANUEL ROLA, MARCO MARQUES, MIGUEL MARTINS, NELSON PERALTA, PATRÍCIA FELÍCIO, RICARDO VICENTE

A crise ecossocial provocada pelo capitalismo fóssil ameaça a vida no planeta. A transgressão de limites ecológicos planetários confirma essa ameaça, revelando a insustentabilidade do modelo capitalista de produção e de consumo.

O caos ecológico e climático tem uma dimensão de classe. São as classes populares – e nelas as mulheres, as pessoas racializadas e os mais pobres – as mais afetadas por fenómenos climáticos extremos como secas, inundações ou incêndios. Mas são as que menos contribuíram para o problema: os 1 por cento mais ricos são responsáveis por mais do dobro das emissões produzidas pela metade mais pobre da população mundial.

Apesar de urgente, estamos longe de uma resposta ecossocialista em Portugal. A privatização da energia por governos do PS e da direita retirou capacidade ao país para acelerar a transição energética. Mas ela serve para justificar despedimentos. O fecho da refinaria de Matosinhos com a complacência do governo levou a Galp a despedir centenas de trabalhadores em nome do clima, no que foi uma decisão selvagem sem qualquer efeito na redução de emissões. É o contrário de uma transição justa.

Na habitação, a pobreza energética afeta mais de 2 milhões de pessoas em Portugal que não conseguem aquecer as suas casas. Deve-se aos rendimentos baixos, ao preço elevado da energia e à má qualidade de construção. Só uma resposta estrutural pode erradicar a pobreza e melhorar a habitação, reduzindo emissões.

Nos transportes, o investimento tímido na ferrovia não recuperou décadas de desmantelamento nem contrariou o incentivo ao uso do automóvel concretizado com a construção de milhares de quilómetros de autoestradas. Precisamos de uma aposta séria nos transportes públicos e na mobilidade suave. Noutras áreas, o PS e a direita agravam a crise ecossocial. É disso exemplo o apoio ao agronegócio que destrói habitats, esgota água e solos e promove o trabalho forçado de pessoas migrantes; ou o incentivo à exploração de lítio em áreas sensíveis, ameaçando a biodiversidade e pessoas que dependem de atividades sustentáveis que mantêm vivas as comunidades locais. Avança o negócio, recua a vida.

Roteiro climático

A maioria absoluta do PS e a radicalização da direita convocam a esquerda para a afirmação de uma agenda ecossocialista capaz de respon-

der à crise climática. O Bloco deve protagonizar essa agenda e dar-lhe centralidade na sua ação política.

O lançamento de um roteiro climático procura dar expressão local à agenda ecossocialista, popularizando respostas à crise ecológica e climática, como o controlo público da energia, a transformação da mobilidade ou o alargamento dos empregos climáticos aos cuidados e ao restauro de ecossistemas.

Juntar forças com movimentos que partilham reivindicações ecossociais comuns, como os movimentos feminista, laboral, antirracista, ecologista, pacifista e por habitação digna, reforça a agenda ecossocialista.

No movimento feminista, destacamos a proposta de criação de um serviço nacional de cuidados e a conceção ecofeminista do trabalho que coloca a vida ao centro.

No trabalho, importa reduzir horários, aumentar salários e concretizar uma transição justa com empregos para o clima, sempre em diálogo com os trabalhadores.

Com o movimento ecologista, reivindicamos a recuperação de ecossistemas e a proteção dos sumidouros naturais de carbono.

Apoiamos quem está na linha da frente da crise climática, reconhecendo a desigualdade imposta por lógicas coloniais, combatendo o racismo e o eurocentrismo e afirmando um programa de igualdade.

Lutamos por habitação digna, combatendo a especulação imobiliária e a pobreza energética.

A guerra na Ucrânia mostra o papel da indústria fóssil no financiamento militar e na agenda imperialista. O movimento ecossocialista é pacifista e quer o fim da indústria militar.

Esta é uma agenda capaz de criar maiorias em torno da justiça climática, contrariando as narrativas do negacionismo, do capitalismo verde e do neocolonialismo. Estamos prontas.

O QUE AINDA NOS FALTA CONCRETIZAR NO ANTIRRACISMO? POR UM COMPROMISSO COM A AGENDA ANTIRRACISTA

ACKSSANA SILVA, ALIYAH BHIKHA, BEATRIZ GOMES DIAS, CÁTIA SEVERINO E MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA SOBRINHO

Um projeto político socialista e progressista para o século XXI deve ter no centro da sua ação o combate ao racismo e à discriminação. A discriminação étnico-racial é produto de uma ideologia colonial e capitalista, atravessa todas as dimensões da nossa vida coletiva, do trabalho à habitação, da saúde à educação, da justiça à mobilidade e cruza-se com outras dimensões de discriminação.

O reconhecimento do racismo estrutural e institucional é uma condição imprescindível para a sociedade portuguesa avançar para a superação das desigualdades. As pessoas racializadas, como nós, são tratadas como cidadãos e cidadãs de segunda categoria, sujeitas a estereótipos que as estigmatizam e subalternizam, obedecendo a políticas identitárias lusotropicalistas, retirando-lhes subjetividade e agência.

As mulheres racializadas e migrantes são padronizadas como trabalhadoras do sexo, trabalhadoras domésticas, de limpeza e feirantes, numa continuidade colonial e escravocrata. O seu saber e as suas qualificações académicas e profissionais não são reconhecidas. Os estereótipos afetam também as representações masculinas. Os homens racializados e migrantes são considerados ameaçadores, criminosos e preguiçosos, limitados ao trabalho físico e na construção civil.

As pessoas racializadas são consideradas como estranhas ao tecido social nacional, são o/a “outro/a”, um/a convidado/a muitas vezes indesejado/a. Esta ideia encontra expressão na frase “volta para a tua terra” e na pergunta “de onde és?”, frequentemente dirigida a pessoas negras associando-as a migrantes negando a identidade de pertença. Embora esta realidade afeta tanto a vida das pessoas migrantes como a de portugueses/as racializados/as a xenofobia não é racismo, são conceitos operacionais diferentes. Uma pessoa não racializada pode ser alvo de xenofobia, mas não tem o constrangimento social de que são alvo os corpos racializados, que podem acumular as duas formas de discriminação.

Apesar das evidências que constam de inúmeros estudos e relatórios, existe uma resistência ativa em reconhecer a natureza sistémica do racismo, negando-o ou reduzindo-o à dimensão interpessoal. Esta negação impede que seja dada ao seu combate a necessária prioridade no discurso e na intervenção política.

Os dados demonstram que a pertença étnico-racial é um dos fatores a ter em conta quando se pretende corrigir as desigualdades. Não há como

negar o impacto do racismo nas condições de vida concreta das pessoas que dela são alvo. Em muitas circunstâncias entrecruza-se com outros fatores, como a classe e o género, agravando as desigualdades.

A afirmação das pessoas racializadas como sujeito político combativo é uma etapa fundamental na luta por direitos e o antirracismo é o instrumento para a sua consecução. A superação do racismo e a remoção dos obstáculos que coloca é uma conquista civilizacional que promove a justiça social e igualdade. Este desiderato deve ser central na intervenção de um partido progressista e de esquerda.

O antirracismo é uma construção e não um dado adquirido. Deve ser uma prática quotidiana e não um pin que se coloca na lapela, ou um item numa lista. Deve ser um programa político que se executa e reajusta a cada combate. Não basta declarar-se antirracistas, é necessário ação e organização constante para alcançar um compromisso efetivo. Isto não se faz sem um entendimento absoluto das reivindicações das pessoas racializadas e dos processos de racialização.

É preciso trabalhar numa agenda combativa e transversal, materializada num programa inequivocamente antirracista, que nos inclua, pessoas racializadas, nos processos de decisão e na ação e comunicação política.

Esta luta não é possível sem as nossas ideias, as nossas vozes e os nossos corpos na linha da frente.

UM MOVIMENTO PELO SNS PARA COMBATER AS PRESSÕES PARA A PRIVATIZAÇÃO

MOISÉS FERREIRA, MÁRIO ANDRÉ MACEDO E BRUNO MAIA

Banqueiros e patrões exultaram com a maioria absoluta do PS e fizeram questão de não esconder o que pretendem do novo ciclo político. Para António Saraiva, patrão dos patrões, há agora condições para reformas (sim, eles continuam a chamar reformas aos seus projetos de acumulação de riqueza) como a redução do peso do Estado. Isto inclui, obviamente, o SNS.

O Conselho Nacional Estratégico para a Saúde da CIP - que tem como presidente Almeida Lopes, da Apifarma, e como vice-presidente Óscar Gaspar, o chefe do lóbi da hospitalização privada em Portugal - alinha pela mesma lengalenga. Num comunicado lançado 4 dias antes das legislativas lá dizem ao que vêm: “o Ministério da Saúde deve recorrer ao potencial do Setor convencionado e alargá-lo a consultas de medicina geral e familiar e de especialidades, com possibilidade de prescrição de MCDT’s para a rede pública”.

O que está em cima da mesa é a privatização do SNS e o desvio do seu orçamento para o setor privado. O sonho que comanda a vida dos privados é este: fazer do SNS uma grande ADSE, onde podem ter 10, 12, 15 mil milhões de euros anuais para se financiarem.

E sabem que podem ter na maioria absoluta do PS um interlocutor para este seu plano. Não foi o PS que quis a todo o custo manter a possibilidade de PPP na Saúde e até fez um decreto-lei para o efeito? Ou que no seu projeto de Estatuto do SNS dizia, e citamos, que “os estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados ou de serviços de saúde do setor privado e social podem integrar o SNS”? Não é o PS que resiste a medidas como a exclusividade ou a melhoria de carreiras e prefere ter concursos desertos ou fuga de profissionais para privados?

É que há formas e formas de privatizar o SNS. Como disse recentemente o Presidente do Conselho de Administração do IPO de Lisboa, “se nos retiram profissionais nós vamos ser obrigados a comprar serviços ao exterior e com isto passa-se a uma privatização”. E esses profissionais têm sido retirados porque não se tem melhorado as carreiras, porque não se autoriza que um profissional ganhe mais 50 ou 100 euros, porque se tenta impedir as progressões de carreira, etc. Com isto os profissionais saem do SNS e o IPO de Lisboa como tantas outras unidades estão hoje obrigados a comprar fora o que já não conseguem fazer dentro.

Entre a pandemia e suas consequências na atividade programada, a forma como não se melhoraram as condições de trabalho e não se investiu nada na captação e fixação de profissionais para o SNS, a maioria

absoluta do PS e a pressão dos privados para aumentar a sua quota parte no negócio da saúde, estamos perante uma tempestade perfeita para a degradação e privatização do nosso serviço público de saúde. Não podemos permitir que tal aconteça.

É por isso que neste novo ciclo político precisamos de pôr pés a caminho e mãos à obra. Temos de construir um movimento social alargado e um manifesto pelo SNS. Queremos juntar profissionais e utentes, ativistas e académicos, fundadores e propugnadores do SNS... Queremos mobilizar o nosso país para defender uma das suas criações mais brilhantes, sabendo que ela tem problemas, mas que esses problemas se resolvem com investimento e não com degradação.

O Bloco deve envolver-se e fazer pontes para uma campanha em todo o país, com iniciativas distrito a distrito, com um manifesto que seja uma base política para a salvação do SNS e com um grande encontro nacional que mostre que o SNS é do povo e para o povo.

Esse movimento deve defender o nosso serviço de saúde e o seu carácter público e universal e, mais do que isso, deve defender o seu reforço e investimento.

À pressão dos negociantes para a privatização da saúde responderemos com um país mobilizado por um SNS de futuro. Este é o caminho e cabe ao Bloco o primeiro passo.

DA CRIAÇÃO DO BLOCO À GERINGONÇA: PERSPETIVAS PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA

ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, JORGE PEREIRA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO NÓBREGA, MARIA JOSÉ VITORINO, NELSON CALHEIROS, PATRÍCIA BARREIRA, PAULINO ASCENSÃO, RUI CURADO SILVA, RUI FERRÃO E SARA GOULART DE MEDEIROS

A política eleitoral do Bloco nunca esteve desligada dos objetivos de mobilização de massas e de transformação da sociedade. A Geringonça, evitando a presença da direita no governo, teve como objetivo repor a confiança e relançar as lutas depois dos anos da Troika. Nunca foi uma pura intervenção institucional e, muitas vezes, não é possível separar, artificialmente, os dois planos. As oscilações dos resultados eleitorais refletem as vicissitudes do combate político e a fragilidade de implantação, que favorecem a exposição à dinâmica do voto útil. Mas não podem ser essas oscilações a pôr em causa a natureza da linha política, subordinada a um objetivo de liderança tática com vista à recomposição de forças e à reorganização da esquerda em Portugal.

Desde o PREC que não se via, em Portugal, uma luta tão intensa pela liderança da esquerda como aquela que acompanhou a experiência dos últimos anos. No 25 de abril o confronto entre PS e PCP era dominante. Foi a separação vertical entre as bases dos dois partidos que assegurou a longevidade eleitoral do PCP, entretanto esboroadada. Esta divisão, que vem dos tempos da ditadura, cristalizou um PS à direita, responsável pela privatização e liberalização dos setores fundamentais da economia, e acantonou a restante esquerda na luta pela sobrevivência. Durante os acontecimentos do 25 de abril, os grupos da esquerda radical disfarçaram a insuficiência tática no turbilhão das mobilizações de massas. Mas, a profundidade do refluxo dos anos 80 deixou-os desarmados para o novo ciclo político.

O surgimento do Bloco, em 1999, foi o primeiro sinal de inconformismo com a irrelevância dos setores assumidamente anticapitalistas. Essa novidade tornou possível a sustentação de um espaço político e uma base social fora da influência dos partidos tradicionais, que acabaria por ganhar expressão eleitoral nas legislativas de 2009, o Bloco alcançou mais de 9% dos votos e elegeu 16 deputados e nas europeias, mais de 10% dos votos e três deputados. Sócrates acabara de perder a maioria absoluta, contestado pela política de direita e por suspeitas de corrupção e o voto flutuante do PS transferiu-se para o Bloco. Esta deslocação acabaria por ser revertida no ato eleitoral seguinte, na ressaca da queda de Sócrates, da ascensão da maioria de Passos e Paulo e das imposições da Troika. Seguiram-se anos de política agressiva contra os trabalhadores e de recomposição da esquerda para sustentar aquele ímpeto destruidor e relançar a esperança.

O desfecho deste debate culminou em 2015 no desafio da Geringonça, tirando partido de a esquerda ser majoritária no parlamento e de o PS não dispor de maioria absoluta. Neste processo o Bloco ganhou relevância, influenciando soluções na governação, na produção legislativa, e foi uma referência para todos os movimentos sociais. A ultrapassagem consistente do PCP pelo Bloco nas legislativas e a emergência destacada de ativistas do Bloco em diferentes movimentos sociais, são sinais de alterações na relação de forças à esquerda. Fora o caso específico do movimento sindical, que exige uma análise à parte, os ativistas do Bloco, hoje, disputam a liderança dos movimentos sociais contra as alterações climáticas, o racismo, a discriminação de género, a discriminação em torno das capacidades (deficiência) e de outros.

Hoje, as bases dos diferentes partidos de esquerda não estão a ser instrumentalizadas para uma postura de fratura, ainda que António Costa tenha feito tudo para o conseguir, numa lógica de conquista do voto útil. A vitória eleitoral do PS com maioria absoluta, à luz daquele histórico e daqueles objetivos, alicerçada no medo do regresso da direita ao poder, não significa uma derrota política duradoura do Bloco, apesar dos constrangimentos do próximo período. O potencial de crescimento mantém-se, dadas as circunstâncias excecionais que envolveram aquela derrota e a possibilidade de esboroamento da maioria do PS. Quando o PS retomar a sequência de políticas à direita, António Costa ajudará a revelar o contraste com os quatro anos de entendimento à esquerda. Ao contrário do PCP, incapaz de se dirigir aos setores mais dinâmicos da sociedade, refém do controlo burocrático sobre o movimento sindical e da visão do mundo dos tempos da Guerra Fria, o Bloco pode apresentar-se como uma força política nova. Isso significa continuar a disputar a liderança da esquerda com o objetivo de a reorganizar, fortalecer a participação nos movimentos sociais e dirigir a mobilização de massas.

REORGANIZAR A ESQUERDA

ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, JORGE PEREIRA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO NÓBREGA, MARIA JOSÉ VITORINO, NELSON CALHEIROS, PATRÍCIA BARREIRA, PAULINO ASCENSÃO, RUI CURADO SILVA, RUI FERRÃO E SARA GOULART DE MEDEIROS

Muitos dos nossos apoiantes encontram no Bloco um bom instrumento de moderação dos excessos neoliberais do PS, mas não nos identificam ainda com uma alternativa global a esse mesmo PS, ou ao PCP, por motivos diferentes. Na perceção popular, o que nos tem diferenciado do PS, no período mais recente, são as propostas de alteração da legislação laboral, igualmente defendidas pelo PCP. A grande diferença, no confronto com o PCP, é a sua incapacidade de ligação aos novos movimentos sociais (no seu entendimento, por não se relacionarem com a luta de classes) e de fazer o balanço do desmoronamento da União Soviética. As hesitações do PCP na condenação incondicional da invasão da Ucrânia são a expressão deste seu bloqueio ideológico, essencial para conservar a ligação com a sua base social tradicional de apoio.

A Geringonça deixou um rasto de minimalismo que precisa de ser compensado com propostas de transformação da sociedade, revelando a natureza anticapitalista do projeto do Bloco de Esquerda. Só assim se poderão criar condições para a reorganização da esquerda que ajude o Bloco a ganhar o espaço de liderança que lhe escapa em domínios essenciais. Uma tática do Bloco que articule as reivindicações de emergência com transformações estruturais, poderá contribuir para que o campo popular identifique a perspetiva de alternativa global que hoje o Bloco ainda não tem. A obediência de António Costa à cartilha neoliberal da União Europeia e o tacticismo do PCP são ingredientes que se repetirão no próximo período. A perspetiva de reorganização da esquerda, apostada na criação de uma referência para os que não se reconhecem na orientação de outras formações políticas à esquerda, poderia atrair ativistas dispersos e grupos de intervenção para um projeto popular de recomposição e de mudança da relação de forças no interior da esquerda. Daqui decorre também uma intensa batalha ideológica que identifique a incorporação da doutrina neoliberal pelo PS e os vestígios da tradição estalinista que o PCP não abandonará.

Isto não significa que o Bloco se deva concentrar numa tática vanguardista dirigida apenas aos setores mais radicalizados e mais exigentes da esquerda. Essa via iria remeter-nos para o campo da irrelevância típica dos pequenos grupos que cultivam o sectarismo. O Bloco é um partido com influência de massas, dá sensação de utilidade a um espectro largo do campo popular e não deve abandonar essa postura. A interlocução

com os trabalhadores mais pressionados pelo impacto da crise e a apresentação de propostas para atenuar a sua privação dão-nos a ligação com o movimento social que não fomos capazes de construir pela via da implantação no terreno. Porém, quando nos limitamos a fazer isso, ficamos condicionados pelo nível de consciência das camadas mais recuadas do movimento social e aprisionados pelo reformismo e pelo economicismo. A dinâmica de resposta do Bloco à emergência, se não for articulada com propostas para a transformação da sociedade, é um caminho aberto para a diluição política.

A principal dificuldade do Bloco é a falta de implantação, essencial para dirigir as lutas mais significativas do movimento laboral. Esta limitação está associada também à ausência de uma tática de construção de uma alternativa no movimento dos trabalhadores, a coluna vertebral do trabalho nos movimentos sociais. Precisamos de uma orientação para os nossos ativistas fomentarem uma corrente alternativa reagrupando sensibilidades mais combativas, dinâmicas e críticas do movimento sindical, abrangendo direções sindicais, membros de Comissões de Trabalhadores e ativistas em geral, filiados ou não na CGTP ou UGT, ou independentes. A vantagem dessa proposta seria a de construir um espaço de referência para a intervenção e a afirmação política de uma área do mundo laboral atualmente dispersa e sem condições para influenciar a prática sindical da CGTP (ou da UGT), facilitando a vida ao sectarismo do PCP ou e ao conformismo dos sindicalistas do PS e outros.

Uma corrente deste tipo teria igualmente impacto em outras esferas da intervenção política e seria uma corrente político-sindical, no sentido em que temas específicos de política mais geral poderiam ajudar a construí-la a cada momento. O agrupamento de forças associado a esta dinâmica poderia contribuir para que o Bloco ganhasse capacidade de atração de grupos e ativistas dispersos, para participarem em plataformas de intervenção com mais capacidade de mobilização do que aquela que o Bloco dispõe neste momento. Seria um bom instrumento também para contagiar a mobilização nos diferentes movimentos sociais e um elemento de pressão sobre o PS e o PCP.

COMO FAZER FRENTE A UMA IDEOLOGIA INDIVIDUAL QUE SERVE O SISTEMA?

BEATRIZ REALINHO, RODRIGO SOUSA, TERESA FONSECA, MARTA ALMEIDA, MARIANA REIS, CAMILA CAMEIRA, SOFIA LOPES, DANIEL BORGES, PEDRO MESQUITA E MARIANA CARNEIRO

O aumento de partidos como a Iniciativa Liberal e de direita fez com que se realçasse a era do capitalismo selvagem que vivemos, onde existe um maior individualismo que vai alimentando o sistema. Sendo que o novo ciclo político que começou este ano em Portugal vem mostrar a importante luta ideológica que a esquerda tem que fazer contra este individualismo liberal, pois enfrentamos uma maioria absoluta expressa do Partido Socialista, uma fragilização dos partidos à esquerda do mesmo, e uma reconfiguração da direita neoliberal e radicalizada.

Por consequência, assistimos a um movimento social cada vez mais despolitizado, passando a luta atual a ser um movimento de causas, acreditando que esta é livre de ideologias, sabendo nós que tal não é possível. A era do populismo e onde tudo é mainstream faz com que não exista uma consciência daquilo que é o coletivo, afetando isto na sua maioria jovens de gerações que se importam apenas com os prazeres imediatos. Esta ausência do real significado de “causas”, que outrora era provida de contornos ideológicos, faz com que se encontrem efeitos e consequências políticas.

A verdade é que vemos jovens ativos naquilo que é o ativismo, mas este mesmo ativismo encontra-se afastado de uma luta ideológica no campo político, visto que constatamos uma iniciativa individual, de uma ótica do “eu”, sem haver a noção de pertença a uma classe/grupo social. Existe aqui uma mercantilização dos jovens, defendendo-se a ideia do self made man e self made woman, afastando-se uma ideia de associativismo coletivo que luta por todas e todos, vendo-o apenas como algo individual e de proveito próprio. O confronto contra esta ótica de um individualismo liberal tem que começar na juventude, mas para isso é necessário repensar a educação e o próprio movimento estudantil em si, já que ao longo da vida vamos crescendo a ser ensinadas a lutar por nós mesmas, numa ótica egoísta e individual. Ao ingressarmos no ensino superior somos confrontadas com a ideia de empreendedorismo, e aquilo que este representa: o mundo empresarial (e que se desengane quem acha que esta é a realidade para muitas de nós no futuro). Aqui valorizam-se apenas duas coisas: o protagonismo, de se ser o melhor; e a rede de contactos (networking) pessoal que se cria. Existe, sendo assim, uma ideologia vigente, mas é aquela que o sistema capitalista neoliberal nos quer impor, porque é aquela que lhe serve, o ser-se empreendedor e criar

o próprio emprego, generalizando o individualismo.

Em Portugal o partido que tem vindo a representar e defender esta mesma ideologia é a Iniciativa Liberal, sendo este bastante popular entre as camadas mais jovens, contudo este não passa de mais um partido das elites, não representando o verdadeiro português comum, o trabalhador e o jovem precário. Nós enquanto jovens de esquerda temos o trabalho de voltar a trazer a ideologia que nos guia para as ruas e para os movimentos e coletivos dos quais fazemos parte, para junto do povo e causas (no seu real e amplo sentido), retomando a militância e o espírito associativo de base, que crie um sentimento de união em cada uma das lutas que fazemos, e não apenas para o proveito próprio.

Este confronto com o individualismo liberal e o recuperar do sentimento ideológico e da consciência de classe dentro dos movimentos tem que passar em primeiro lugar pela educação dos jovens, tanto no ensino secundário como superior, encontrarmo-nos de novo nestes espaços, tanto nas Associações de Estudantes como, e principalmente, nas ruas, não elitizando a luta política, mas dando-lhe um sentido coletivo. Desta forma, as perguntas que deixamos aqui são aquelas que tentamos trabalhar enquanto militantes de esquerda: como é que se recupera a ideologia como algo essencial para a luta e não como algo a evitar? E como é que enquanto jovens combatemos este individualismo desenfreado para o qual somos formatadas desde novas?

ADAPTAR O PARTIDO PARA TODAS AS LUTAS

LUÍS SANTOS, MIGUEL MARTINS E SÓNIA RIBEIRO

Um partido político como o Bloco de Esquerda não é, nem pode ser, uma organização estática. Pelo contrário, está no seu cerne a capacidade de se adaptar aos mais variados contextos políticos, sustentados por condições concretas. Face a uma nova realidade política e organizativa, potenciada pelos resultados eleitorais das últimas legislativas, é necessário proceder a uma reorganização da estrutura partidária, em que as bases militantes estejam no centro da atividade política, contribuindo, de forma fundamental e permanente, para a orientação política do partido.

Urge proceder a uma profunda reflexão sobre o próprio Bloco de Esquerda, assumindo, desde logo, duas questões de partida: “Que partido queremos?” e “Como queremos que o partido atue?”. Não temos todas as respostas para estas questões, pois consideramos que apenas em coletivo poderemos desenvolver este debate, tendo por mote a afirmação da nossa esquerda na sociedade e no nosso país. Para tal, entendemos o conceito de “adaptação” enquanto principal tarefa, no imediato, para o Bloco de Esquerda e as/os seus aderentes.

Desde a sua fundação que o Bloco, fruto de uma política de esquerda justa, coerente e assertiva, viu o povo português dar-lhe a sua confiança, permitindo um crescimento eleitoral que levou a que a esquerda socialista e transformadora se tornasse a terceira força política. No entanto, este crescimento eleitoral não foi acompanhado por um crescimento proporcional da base militante. A forma com que se enfrentou esta questão foi incorreta: progressivamente, “funcionizou-se” o partido, substituindo, a nível local e nacional, o papel do coletivo dirigente e da base militante.

Sabemos que o papel de funcionário é de relevo para o bom funcionamento do partido e para a sua afirmação política no dia-a-dia. O funcionário político é uma mais-valia para o Bloco, mas não pode, nem deve, ocupar uma posição que substitua a própria estrutura que integra. A construção de partido cabe, primordialmente, a toda a organização que o compõe, sendo que, no futuro, não podem recair sobre o funcionário responsabilidades e decisões que não apenas as suas.

Entendemos que é também necessária uma posição de maior clareza e coragem política. Em 2015, o Bloco de Esquerda deu um passo nesse sentido. Sabendo dos perigos que incorreriam de um apoio parlamentar ao Partido Socialista (PS), o Bloco soube reconhecer que valores mais altos estavam em discussão – correr com a troika, com os seus representantes (Passos Coelho e Portas) e com as políticas de austeridade –, firmando um acordo que levou a um novo ciclo político, de recuperação de rendimentos e direitos para os portugueses.

Em 2019, o PS rompeu com a esquerda, pondo fim ao acordo de go-

vernação. Deveríamos, nesse momento, ter assumido uma posição mais clara face à posição do PS, demarcando-nos do mesmo e ocupando a oposição à esquerda. Sabemos que no momento imediato após as eleições, tivemos essa coragem. No entanto, criámos uma (falsa) esperança de que o tempo voltaria para trás e que um novo acordo à esquerda seria possível. Tal levou a que o PS, demagógicamente, tirasse partido desta ambiguidade involuntária, capitalizando o medo do povo português e instrumentalizando o receio de um governo de direita, com participação da extrema-direita.

Os próximos quatro anos serão decisivos para o futuro do Bloco. Temos que assumir o nosso papel enquanto partido de esquerda, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas e nas universidades, em todos os espaços. A nossa presença, visão e propostas são essenciais para a construção de mudanças da sociedade, que permitam continuarmos o caminho para um novo mundo. Na Assembleia da República, vamos continuar a assumir o papel de oposição da esquerda transformadora, firme e corajosa, que rejeite políticas de direita e de austeridade, não permitindo que o PS iluda a população com políticas enganosas. Já muito foi alcançado através da força do Bloco de Esquerda, com apoio das e dos portugueses. Sabemos que muitas lutas se aproximam – cá estamos, como sempre estivemos e estaremos, para as travar.

CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DA MILITÂNCIA POLÍTICA

JOÃO CARVALHO, ANA DURÃES E SARA ROSADO

Quando falamos de militância, recordamos a campanha nas ruas cheias, sentindo-se a força da esquerda unida num objetivo comum. Somos transportados para as memórias das noites de trabalho, de cooperação e de debate, distribuições, comícios.

O Bloco enfrenta um problema de ausência de militância de base, refletido nas campanhas e capacidade de mobilização, mas a mudança de paradigma é possível e já se começa a fazer sentir.

No distrito de Setúbal, os camaradas jovens mobilizaram-se, cooperando entre concelhias. Tal revelou-se vital para duas campanhas, marcadas por um espírito de partilha, potencializando a alta taxa de aderência. Esta estratégia pode ser uma proposta de auxílio aos distritos com menor número de aderentes ou de recursos de mobilização.

A política contemporânea exige agilidade, uma estrutura composta por dirigentes e quadros de exercício que projetem as causas que movem o corpo partidário.

Assim, analisemos o que se sucede com os militantes de base. Os projetos institucionais dos partidos-movimento europeus (apoios governativos por reformas progressistas) levaram ao afastamento da sua índole alternativa, burocratizando. Agora, é imperativo valorizar o conhecimento dos aderentes, com contactos personalizados e integração no debate político interno.

Os grupos de trabalho compostos pelos militantes ativistas promovem o trabalho de cooperação interseccional, dinamizando ações profundas, ligando a comunidade e a estrutura partidária.

A relevância da militância política para alcançar a transformação socialista, dignando o povo que vive do seu trabalho e opondo o sistema opressivo, urge dinamizarmos mecanismos de incentivo à participação. Por uma militância de causas, pela liberdade, por um plano social que fortaleça o projeto público, pela abolição das oligarquias e fim dos grandes interesses económicos. Por uma militância revolucionária, para além da ação burguesa eleitoral e esporádica. Por uma militância na sociedade civil, não nas instituições cúmplices do poder.

O Bloco, como partido de gênese subversiva, nascido das lutas sociais revolucionárias, enfrenta a tendência de dimensão europeia de estagnação de filiação partidária, onde as massas se movem por eventos do

momento e figuras populistas. Esta perda de identidade e desvalorização da questão ideológica conduz à volatilidade eleitoral.

Um partido que sempre se marcou pelo pensamento vanguardista, pela inclusão social, pela rotura com o conservadorismo e políticas do medo, enfrentando a violência do status quo, depende da estreita comunicação entre a decisão estratégica dos dirigentes e a natureza das bases, equacionando uma solução coletiva para a implementação de mudanças sociais. A militância alimenta a identidade de um partido pois esta é uma missão pessoal movida pela história de cada ativista nela envolvida.

Na campanha autárquica e legislativa, o distrito de Setúbal contou com uma mobilização acesa; camaradas organizaram-se, dinamizando iniciativas que ultrapassaram as barreiras geográficas e atividades habituais, originando uma campanha dinâmica que se reproduziu num ambiente intimidade e ânimo, contando até com o apoio pontual de camaradas fora do distrito. Esta força permitiu-nos eleger um dos nossos cinco deputados a 30 de janeiro, amortizando a tendência de perdas.

Para tal, não houve uma mobilização massiva; contou com uma média de 7 jovens, na sua maioria dos concelhos de Almada e do Barreiro. Tal só foi possível através da convivência em contextos informais, externa às ações de campanha, onde a pluralidade, o debate e o respeito eram cultivados. Originou-se uma união de base e uma identidade política coletiva apelativa à mobilização. Reconhece-se que as atividades contarem ativamente com 12% dos 60+ jovens aderentes no distrito é alarmante, é sinal que urge um momento de viragem e de inovação.

Reforcemos a nossa marca nas ruas, contra a ascensão dos movimentos fascistas. O Bloco nunca temeu a mudança de paradigma, e por isso, camaradas, vamos à luta!

MOMENTO DE VIRAGEM

CARLA TRAVESSA E ANDRÉ JULIÃO

É incontestável e relativamente consensual, até para quem não acompanha ideias de esquerda, o papel que o Bloco tem tido desde a sua fundação até aos dias que correm. A Geringonça foi um marco na política do país e permitiu melhorar algumas vertentes da vida das pessoas. Ficou aquém do desejado, é certo, mas ainda assim foi um dos melhores períodos políticos que o país já conheceu.

Quase três anos depois do seu funeral político, eis-nos perante um cenário que dificilmente podia ser mais adverso: uma pandemia, uma guerra, uma maioria absoluta do PS e uma representação parlamentar reduzida. Já muita tinta correu sobre os motivos da atual situação política. Mais do que encontrar as razões e eventuais culpados, importa agora debruçar-nos sobre o que fazer a seguir.

O contexto económico e social do país alterou-se radicalmente com a guerra na Ucrânia e as dificuldades começam a acentuar-se a um nível verdadeiramente dramático. E é neste sentido que o Bloco tem de apontar baterias. É para as famílias que não conseguem suportar as inflacionadas contas da energia, já de si elevadas, e agora agravadas sobremaneira pela crise no Leste europeu.

Nas farmácias de Moscavide já se vende fiado e são vários os casos de quem tem de optar entre um e outro medicamento. É para aí que temos de ir também, não apenas em Moscavide, mas no país todo. Mas, não só.

Temos hoje uma classe média asfíxiada, que sem direito aos legítimos subsídios e apoios dos mais pobres, sobrevive moribunda entre os custos do supermercado que sobem na mesma razão do preço dos combustíveis e as contas mensais que disparam em flecha. Basta irmos ao terreno para verificar que uma botija de gás propano que, há apenas um ano, custava 94 euros, hoje já ultrapassa os 115.

Este eleitorado, muito dele votante do Bloco, sente-se hoje esquecido, abandonado à sua sorte, está descrente e desiludido. Urge apresentar propostas que aliviem o fardo que estas pessoas sentem por viver no nosso país, onde uma creche ainda custa mais do que uma universidade.

A maioria dos portugueses vive mal, numa economia cuja competitividade está assente em baixos salários, até para quem tem qualificações. É preciso insistir na justiça e na equidade fiscal, multiplicando os escalões do IRS para ir buscar receita onde ela realmente existe. E pugnar por medidas que, nestes tempos incertos e que ninguém sabe até quando irão prolongar-se, possam auxiliar as famílias em vez de subsidiar multinacionais.

Simultaneamente, é preciso reforçar os serviços públicos, melhorar as condições de trabalho dos professores, incluindo um subsídio de deslocação e a mudança do modelo de contratação. E não só. Importa rever as tabelas da função pública, estagnadas no tempo e que congelam o poder de conta de quem trabalha no Estado, empobrecendo boa parte das nossas famílias.

São muitas as áreas onde é preciso intervir. Desde a área social, onde há uma gritante falta de técnicos especializados, à saúde, onde milhares continuam sem médico de família, passando pela Justiça e até pelas condições dos profissionais de polícia, está quase tudo por fazer.

Importa ainda rever a lei laboral, para que os nossos jovens – os tais mais qualificados de sempre - não andem de estágio em estágio até aos 35 anos, sem condições para sair de casa dos pais, constituir família, comprar habitação ou pagar as rendas que a agora esquecida especulação imobiliária teima em continuar a aumentar.

Portugal é hoje um país de gente empobrecida, descrente, desiludida e cansada da política. É preciso por a nossa gente a acreditar de novo que é possível uma vida melhor, um futuro melhor e um presente diferente. É por aqui que temos de ir. E em força!

RESPONDER À MILITARIZAÇÃO

MÁRIO ANDRÉ MACEDO

Ainda estão por avaliar os vários efeitos multissistémicos da criminosa e injusta invasão russa da Ucrânia. No entanto, há um preocupante que cresce dia após dia: a pressão para a militarização da sociedade.

Sendo certo que não é um fenómeno exclusivamente nacional, é importante estar preparado para fornecer respostas, de esquerda e progressistas, adequadas a este fenómeno.

A militarização engloba mais do que a dimensão militar propriamente dita. Desde o maniqueísmo do pensamento, provocando tanto fenómenos de autocensura como de forte censura social a quem se atreve a enfrentar o pensamento único, à visão única sobre política externa, sem esquecer, a pressão para o aumento de gastos em defesa, que será feito à custa de investimento na educação, economia ou saúde.

Fruto do pensamento dicotómico que abunda na sociedade atual, pode haver quem julgue que a esquerda em geral e o Bloco em particular, é forçado ou a ser contra ou aceitar este movimento. A seguinte proposta pretende fornecer outro caminho e proposta de ação.

Os pedidos para o regresso do serviço militar obrigatório e aumento de gastos em defesa devem ser contrapostos com a proposta de um serviço cívico obrigatório e investimento em diplomacia suave.

Portugal tem vários problemas a nível de proteção civil, que as alterações climáticas tendem a agravar. Nomeadamente, os incêndios, inundações ou fenómenos climáticos extremos. Também ficou claro que a resposta a pandemias e surtos de doenças reemergentes deve ser melhorada, assim como, o nosso contributo internacional na resolução destes problemas globais.

Uma força profissional, que fosse anualmente reforçada com uma coorte de “conscritos” ou profissionais de áreas chave, poderia atuar de forma rápida e eficaz em cenários de catástrofe ambiental, geológica ou de saúde, tanto internamente, como externamente.

Serviria a consecução de dois objetivos, a socialização dos cidadãos e cidadãs de diferentes origens sociais e geográficas, e aumentar a capacidade de resposta perante as ameaças à segurança causadas por desastres ambientais, geológicos e ambientais.

Na vertente externa, serviria para criar um corpo profissional e bem financiado, que poderia fornecer ajuda internacional a regiões afetadas, aumentando desta forma não apenas o soft power nacional, como melhorando a preparação e capacidade de resposta da equipa.

Especificamente na área da saúde, poderíamos ter equipas em regiões assoladas com surtos de sarampo, malária ou ébola. Não só Portugal estaria a contribuir para a saúde global, liderando pelo exemplo e guiado por princípios humanistas e de solidariedade internacional, como os próprios profissionais estariam a aumentar as suas competências, que poderão a curto prazo, ser necessárias em casa.

Portugal não está imune a nenhum dos três exemplos citados. O perigo de doenças que hoje são raras ou não existentes em território nacional, é que a sua identificação se torna mais lenta, colocando os cidadãos e os profissionais de saúde em risco acrescido. Possuir profissionais de saúde treinados e com competências acrescidas na identificação, diagnóstico e tratamento precoce destas doenças, seria de uma enorme mais-valia para todos e todas nós.

Em termos de estratégia política, é um perigo não ter uma proposta alternativa. Ser apenas contra, passa a mensagem que não há ideias de esquerda para este problema, concedendo desta forma à direita conservadora, o monopólio do futuro e a definição do caminho e discurso a seguir. Esta proposta reforça o pacifismo, a solidariedade internacional e melhora a resposta que o país oferece aos seus cidadãos em caso de inevitáveis catástrofes.

NÃO HAVERÁ FRENTE REVOLUCIONÁRIA SEM O PARENTE POBRE: CULTURA NA MEMÓRIA E AGENDA POLÍTICA

JOÃO CARVALHO

Com o 25 de abril conquistámos também Cultura. Pilar da liberdade, expressão e do pensamento vanguardista. Sem esta, morre o país, morremos coletivamente. Como pode, então, esta continuar a ser o parente pobre na mesa da sociedade contemporânea?

Austeridade. Falta de legislação dedicada. Períodos sem tutela ministerial. Queda do investimento público central em 75% na última década. Grandes eventos como única política cultural local. Equipamentos ao abandono. Turismo e desporto mascarados de Cultura. Ensino artístico fragilizado. Precariedade! O elefante do Orçamento de Estado, que de elefante só a desilusão, sobrando exercícios de algarismo microscópico. Assim se condenou a prática e o acesso cultural à crise permanente.

A pandemia foi um último golpe para demasiados profissionais, perdendo-se produções, metodologias, diversidade, e experiências inestimáveis.

A maioria dos programas legislativos partidários provaram a insignificância do setor: inaugurar museus que já existem, promessas de 2,5% no OE, Ministérios da Educação Cultura e Tauromaquia, cheques para mecenadas, revogar o acordo ortográfico - isto quando haviam propostas sequer.

Em março, 93% da população portuguesa revelou ter um consumo cultural profundamente baixo.

Estamos a assistir em tempo real a máquinas propagandistas da guerra, com os blocos imperialistas a apoderarem-se dos meios de comunicação, artísticos e culturais para censurar e definir o pensamento crítico das massas.

A primeira a sofrer cortes. Nem a última a merecer debate. Esquecida, mas apropriada quando conveniente. À Cultura só tem sobrado lamentações.

Para a direita o artista é pedinte. Simplesmente não cria aquilo que as pessoas querem ver, não são Netflix. Técnicos de luz, figurinistas e outros nem conhecem. À esquerda: apesar de recheada de programas com capacidade de resposta, a Cultura não têm sido prioridade contínua, não é estrategicamente mediática.

Não nos falta conhecimento e posicionamento sobre o inviável Estatuto dos Profissionais da Cultura, os outsourcings vergonhosos, a exploração no Serralves e na Casa da Música, o Garantir Cultura que alienou milhares, os falsos recibos verdes, a burocratização inteligível, o pagamento em "exposição" voluntária, as leis sem ação, os despedimentos sem proteção. Com o nosso conhecimento e habilidade comunicativa, marquemos a urgência da defesa da Cultura na agenda do Bloco de Esquerda.

Somos um setor vital, que historicamente alimenta a investigação científica - nomeadamente na saúde - responsável pelo design e interação com todos os (i)materiais dos nossos quotidianos, e ímpar na fomentação da Educação e da construção pessoal e social.

Atualmente, o acesso à Cultura é um emblema da estrutura socioeconómica. As classes do poder propagam o mito de que a Cultura é algo exclusivo às elites intelectuais e avantajadas, capazes de elaborar críticas pavorosas, não tendo a pessoa comum gosto para apreciar algo tão desinteressante e complexo como um produto cultural. É estratégia primária do sistema capitalista debilitar a Cultura. Afinal, esta é por natureza líder da revolução.

O BLOCO, AS ELEIÇÕES DE 2022 E O FUTURO – PARTE I

ANTÓNIO GIL CAMPOS, HEITOR CASTRO E ANTÓNIO PEIXOTO

1. A Resolução Política da MN aponta duas razões essenciais para o fracasso eleitoral:

a) a política de chantagem do governo PS com os partidos à sua esquerda desde o início da legislatura, em especial com o Bloco, que culminou na convocação de eleições antecipadas logo a seguir ao chumbo do OE22;

b) a bi-polarização PS/PSD que sucessivas sondagens alimentaram anunciando “um empate técnico entre o PS e o PSD” na última semana, o que “desencadeou uma potente dinâmica de concentração do voto no PS”.

Para a MN a derrota explica-se apenas por fatores externos. Os subscritores deste texto, acham que não: o que resultou de errado nas eleições também teve origem numa estratégia eleitoral que facilitou a vida aos adversários do Bloco.

2. Sabia-se que, pela parte do governo e do Presidente, se o “Orçamento não fosse aprovado” haveria lugar a eleições antecipadas. A estratégia de chantagem sobre os partidos da esquerda parlamentar (Bloco e PCP) era feita a duas vozes, pelo Governo e pelo Presidente.

Bloco e PCP responderam cada um por si, mas, em geral, com protestos muito brandos, conformando-se com o “inevitável”. Talvez se tivéssemos tentado uma posição comum com o PCP contra tal “inevitabilidade” o resultado não teria sido tão pacífico. A hipótese constitucional de fazer o Governo regressar à AR para apresentar outro Orçamento tornou-se teórica. À saída da audiência com MRS onde foi comunicada a convocação de eleições apenas o PCP se exprimiu em favor dessa hipótese, embora sem qualquer crítica a MRS. O Bloco conformou-se com a “inevitabilidade”.

O conformismo teve outro efeito colateral: permitiu a Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) escapar pelos pingos da chuva à crítica do Bloco (ou à do PCP). Presentemente, já ninguém duvida do conluio entre MRS e AC na busca de uma solução de “estabilidade” maioritária que tanto podia ser um governo de bloco central (porventura a preferida de MRS), como a solução de maioria absoluta (desejada explicitamente por AC).

3. Em termos de balanço da campanha eleitoral, a RP assinala que foi “uma campanha de grande mobilização militante, que se distinguiu pela clareza nos debates, pelo contacto de rua e pela ampla participação de militantes”. Aguardamos pelos debates preparatórios da CN a realizar em

todos os distritos para perceber se a campanha foi tão “grande” assim.

Mas no que se refere ao distrito de Leiria, durante todo o período de pré-campanha e de campanha, CM passou pelo distrito apenas numa única ocasião: em dezembro, para uma sessão de apresentação da lista. No restante período eleitoral, onde disputávamos a eleição de um deputado, CM passou pelo distrito mas não parou, ao contrário do que aconteceu em todas as outras campanhas desde 2009. Esteve, num dia de manhã na feira de Santana, que se localiza nas extremas de dois distritos: Leiria e Santarém.

4. A pauta política da campanha eleitoral foi decalcada da utilizada nos debates parlamentares sobre o OE. Sempre que o Bloco argumentou em defesa das nossas propostas foram usadas, em regra, posições expressas por antigos dirigentes do PS: António Arnaut na Lei de Bases da Saúde (em conjunto com João Semedo); legislação laboral recuperaram-se algumas posições do PS contra as leis da troika; sobre a SS, resgataram-se declarações de Vieira da Silva que defendia a supressão do fator de sustentabilidade por não ser necessário ao equilíbrio da SS.

Este tipo de disputa tem evidentemente um risco: sendo as justificações inspiradas em posições do PS assumidas no passado, parecia que a disputa com o PS se podia resumir a uma questão de graduação mais à esquerda ou mais ao centro.

Por outro lado, tendo-se optado por afunilar o debate político, quer no parlamento, quer na campanha, a três/quatro temas, foi sempre mais fácil a AC contrapor com “números” e mistificações as nossas denúncias visando desvalorizá-las e confundir os eleitores.

O resultado foi que no confronto sobre temas onde seriam mais evidentes as alternativas, aqueles acabaram por se tornar marginais: ambiente, transportes, energia, agricultura, cultura, novos apoios sociais (rede de cuidados), combate às desigualdades sociais e serviços públicos, política de rendimentos, preços e salários, corrupção e crime económico, privatizações, foram assuntos que faziam parte do nosso Programa Eleitoral (PE) mas que estiveram fora do debate.

5. Nos seis anos de governação, o governo PS também se distinguiu pela gestão do défice. Todos os anos, chegaram “surpresas” com a execução do OE: uma parte das despesas ficaram por gastar e o défice orçamental ficou sempre abaixo do estimado. Em 2019, chegou a coroa de glória para Mário Centeno: o excedente orçamental. Já depois de 30 de janeiro, ficou a saber-se que o défice orçamental em 2021 não só foi inferior ao estimado (-3,4%) como terá ficado abaixo de -3%, o limite que o Tratado Orçamental (TO) estipula para as “contas certas”.

Um Governo que, em plena crise pandémica e recessão económica, adota como política económica “poupar” nos apoios à economia e às pessoas para cumprir o TO é um governo que não merece a confiança do povo e o voto da esquerda. Devíamos ter repetido isto até à exaustão.

Em vez disso, repetiu-se o discurso das “contas certas” que só servia para confundir.

6. Desde o início da última legislatura que se percebeu que o Bloco era o inimigo a abater por AC e o PS. A estratégia de isolamento do Bloco ficou bem expressa quando o PS rejeitou liminarmente a proposta de um “acordo político para a legislatura” e se voltou para o PCP para o valorizar como “partido sério”, para quem “basta a palavra” para chegar a possíveis acordos.

O “empecilho” passou a ser o Bloco. Logo no orçamento de 2020, o caldo esteve para entornar com a suspensão de mais dinheiro para o Novo Banco. Nessa altura, AC chegou a esboçar a vontade de recorrer à “bomba atómica” - a dissolução do parlamento - mas recuou por ser evidente que o parecer ao Tribunal de Contas para avaliar as “exigências da Lone Star/NB para aceder ao pote” era mais que justificado.

AC tinha razões para temer a ação do “empecilho”. A deputada Mariana Mortágua e o GP/BE venceram AC e o governo, vitória essa tanto mais estrondosa quanto se confirmou a falcatrua de LS/NB em querer sacar €150 Milhões ao Fundo de Resolução (FR). Mesmo depois de o TC ter confirmado tais suspeitas, João Leão, arranjou maneira de fazer chegar essa verba ao NB: pôs o FR a pedir um empréstimo à banca, com o aval do Estado, para pagar ao NB! Claramente, faltou contundência às respostas do Bloco.

7. Após a convocação das eleições antecipadas, à denuncia da manobra de AC para uma maioria absoluta, o Bloco adicionou o objetivo de ser terceira força parlamentar.

Para tal, teria sido preciso que o Bloco surgisse como um partido de alternativa. Porém, Bloco e CM surgiram quase sempre com um discurso monocórdico e repetitivo, centrado apenas nas 3 ou 4 razões que levaram ao chumbo do OE2022.

Enquanto AC afirmava ter perdido a confiança no Bloco e no PC, CM insistia que quanto mais força tivesse o Bloco mais fácil seria trazer AC para a mesa das negociações. Ser terceira força política seria o patamar eleitoral para essa pressão. Olhando para as sondagens e o crescimento do Chega, colocar essa fasquia foi uma jogada de enorme risco.

Na última semana de campanha, a Direção Nacional cometeu dois erros de palmatória:

1) CM anunciava que tinha conseguido que AC deixasse de falar na maioria absoluta e que isso equivalia ao reconhecimento da necessidade de negociar à esquerda, nomeadamente com BE;

2) subavaliou o impacto das sondagens que davam um empate técnico entre PS e PSD e que tal empate poria em risco uma maioria de esquerda.

Após as eleições, o responsável das sondagens no PS (LPM) veio expli-

car que AC deixou de falar em maioria absoluta para não criar anticorpos a todos os que podiam votar útil no PS face ao perigo de uma maioria do PSD conluiado com o Chega, tal como aconteceu nas Açores.

A RP da MN ao reconhecer que “as sondagens provocaram uma falsa polarização”, confessa o seu equívoco. Fomos vítimas de manipulação? Sem dúvida. Mas uma estratégia de campanha tem de saber lidar com tais circunstâncias e responder sempre à tecla do voto útil.

O BLOCO, AS ELEIÇÕES DE 2022 E O FUTURO – PARTE II

ANTÓNIO GIL CAMPOS, HEITOR CASTRO E ANTÓNIO PEIXOTO

1. O Bloco realizou a 27/11 um Encontro Nacional (EN) para discutir o Programa para as eleições de 2022. Assinale-se que a figura de Encontro Nacional, para discutir um programa nacional, não existe nos Estatutos.

Na realidade, tratou-se de uma assembleia ad-hoc, convocada em cima do joelho, em que veio quem pôde e onde se trocaram umas ideias sobre o Programa Eleitoral (PE). Quem teve oportunidade de ler a versão preliminar (disponível 2 ou 3 dias antes) rapidamente percebeu que se tratava de um texto bastante longo e que apontava para um programa de alternativa ao governo PS. O problema é que fazer essa discussão à pressa nunca deu bom resultado.

De facto, só após a sua edição, foram visíveis vários erros de conteúdo que deviam ter sido evitados e que poderão ser considerados autênticas revisões da linha política do Bloco. Adiante, discutimos alguns desses erros.

O Bloco foi o primeiro partido a anunciar a apresentação de um programa eleitoral, ainda em dezembro. Todos os outros só o fizeram em janeiro. Mas o uso que a Direção Nacional (DN) fez do PE, para além da produção de umas centenas de exemplares (com excelente linguagem gráfica), foi quase residual: estes, não passaram das sedes, tem-se fortes dúvidas que @s militantes o tenham lido e serviram de muito pouco para a elaboração dos manifestos eleitorais locais, pois os mesmos já vinham pré-feitos da DN.

Supõe-se que, para “facilitar”, a Comissão Política (CP) “reinterpretou o PE” e decidiu reduzir as 175 páginas a 2 páginas de um comunicado que enunciava 4 tópicos para a campanha:

- impedir a desagregação do SNS;
- aumentar os salários, acabando com a longa estagnação do salário médio;

- modernizar o sistema de proteção social e respeito pelas gerações mais velhas;

concretizar a Lei do Clima e responder à emergência climática.

Em nenhum destes tópicos, havia diferenças substantivas com o PS, incluindo a nova Lei do Clima (Lei nº 98/2021 de 31/12). A Lei foi aprovada com os votos conjuntos do PS, Bloco, PAN e os dois votos do PEV. PCP, Chega, IL, 9 deputados do PS e 56 votos do PSD, votaram contra. O Bloco foi o único partido à esquerda para defender a Lei de Bases do Clima. Mas nem assim reclamámos essa circunstância para responder a AC que, mesmo em matéria de política ambiental, nem PSD (do bloco central) nem PCP (o tal partido “responsável”) seriam partidos confiáveis.

2. Quanto aos erros do Programa Eleitoral (PE), elencamos os seguintes:

a) Começamos pela Lei do Clima. Eleger como proposta central em matéria de ambiente “concretizar a Lei do Clima” é escamotear aquilo que de errado o Governo tem feito nesta área, por ação ou omissão. Mas sobretudo é revelar uma grande falta de sensibilidade política acerca da cimeira COP26.

Como se dizia nas manifestações de rua e na contra cimeira de Glasgow, a ação climática não pode continuar a ser o blá, blá, das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O facto de o Bloco não ter sido capaz de colocar na agenda da campanha a luta contra o aquecimento global e pela justiça climática constituiu um sério revés na luta contra o capitalismo de todas as cores. Bastaria estar atento à cimeira alternativa de Glasgow da COP26 para centrar a nossa resposta programática à emergência climática na luta contra as operações de lavagem “verde” do capitalismo (“green washing”) e pela justiça climática.

O comportamento do governo português na COP26 deveria ter sido objeto de interpelação por parte do Bloco. O PE também deveria ter refletido sobre estas matérias. Mas como palavras como “responsabilidade” e “negociação” invadiram o nosso discurso político, houve até alguém que se lembrou de incluir no PE a proposta de um Ministério da Ação Climática!

b) O segundo tópico que passou despercebido foi a avaliação “globalmente positiva” do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR): “um instrumento importante, mas limitado”. Aparentemente, para o autor(a) desta avaliação das duas uma: ou não leu o PRR, ou então limitou-se a subscrever as loas feitas por AC, o governo e o presidente à dita “bazuca”. Os milhões que vão cair do céu foi o “grande” argumento de AC para justificar a “indispensabilidade da estabilidade governativa”. Nunca poderia ser o nosso.

A coberto do PRR, o governo tomou decisões de última hora (à ima-

gem do que acontecera com o governo da troika em 2015) concedendo por decreto 8 autorizações de exploração mineira de lítio antes mesmo das avaliações de impacte ambiental da APA. Para o Governo e para o autor do PRR (Eng. Minas, António Costa), o lítio “verde” justifica tudo, mesmo que se saiba que o impacte ambiental da exploração mineira pode ser fortemente negativo. Para esta decisão, completamente alinhada com os interesses privados, de nada valerem as mobilizações populares contra.

Refletindo a mesma conceção produtivista e extrativista, o governo incluiu igualmente no PRR a produção de energia “verde” a partir do hidrogénio em Sines, acenando à cabeça com um bónus de centenas de milhões à GALP e à EDP para a reconversão da petroquímica de Sines. Assim, os capitalistas em Portugal e na China poderão estar descansados que os governos do PS têm sempre uma via verde para os negócios acompanhado de generosos subsídios públicos.

Considerando a escassez de água existente na região, agora e no futuro, o acesso aos recursos hídricos terão de vir da sua extração a partir dos lençóis freáticos alentejanos pois a isso “obriga” os critérios de “rentabilidade do projeto”. De novo, um tal projeto inscrito no PRR sem qualquer avaliação ambiental estratégica é, no mínimo, uma completa irresponsabilidade e a prazo, mais um elefante branco dos muitos que PS/PSD vão plantando pelo país afora.

c) Quanto ao investimento em infraestruturas de transporte uma simples leitura do PRR teria permitido perceber que o investimento público será integralmente afetado à realização dos chamados “missing links” rodoviários (=fechos de malha). Não há um único euro para investimento na rede ferroviária nacional.

É um programa de investimento que já existia desde 2015, mas que estava “bloqueado” por razões “orçamentais”. Porquê? Porque os investimentos rodoviários na UE passaram a ser considerados como “investimentos negativos”, não podendo aceder a financiamento comunitário. Por isso, o que estava no “Programa de Investimentos de Proximidade da IP” para 2016-19 e que ainda não fora executado, foi transferido para o PRR por proposta do guru Prof/Eng^o António Costa pela simples razão de se tratar de verbas a fundo perdido. Cabecinha pensadora...!

d) Um último aspeto diz respeito a alguns conceitos introduzidos no PE que suscitam perplexidade e trazem nuvens às “escolhas claras”.

Em primeiro lugar, o salário médio. O salário médio é um conceito estatístico, calculado anualmente pelo INE com base no rendimento nacional. A sua evolução desde 2015 mostra que, com o aumento do salário mínimo e o bloqueio de todos os outros salários (fruto do congelamento da contratação coletiva), houve uma aproximação do salário mínimo ao salário médio. Isto é um facto estatístico, mas é uma falácia. Porquê? Porque o salário médio esconde um leque salarial crescente nos escalões de remuneração das empresas. Somos o país da UE é maior a diferença entre

os 10% dos salários mais elevados face aos 10% dos mais baixos: 10x.

Por isso, falar em aumentar o salário médio é ignorar que tal pode ser feito alargando o leque salarial em vez de o estreitar. A alternativa é garantir um aumento geral dos salários, acompanhando a crescente qualificação do trabalho e o seu valor acrescentado.

Outra “inovação” do nosso PE, completamente inútil, foi a exigência de “desprivatização” de empresas estratégicas que PSD/CDS/Troika privatizaram: ANA, CTT, REN, EDP e GALP. Não se percebe se o Bloco defende uma renacionalização das empresas ou se defende a criação de empresas mistas público-privado, à imagem do que o Governo quer para a TAP.

Todos sabemos no que dá a criação de empresas mistas público/privadas: mais cedo do que tarde passam a ser empresas iguais às privadas, geridas pelos mesmos critérios de “rendibilidade” que as suas congéneres, e no fim, acabam 100% privadas. Se o Bloco reclama o controlo público das empresas estratégicas, então é forçoso defender a sua renacionalização total. Poderá chegar-se lá por fases, mas no fim, terão de voltar a ser empresas públicas.

e) Por fim, sobre ideias-tipo “sociedade justa, progressista e inclusiva”. Houve aqui alguém que se enganou: isto é o Bloco e não o PS. Quando muito, pôr as coisas ao contrário: para uma sociedade justa, progressista e inclusiva só o ecosocialismo é a resposta global.

Por isso, a ideia de superação do sistema capitalista à escala global como forma de ultrapassar a ameaça ao planeta, não existe. A ideia de um futuro eco-socialista, como horizonte para a construção de uma terra sem amos, ambientalmente equilibrado em todas as suas dimensões, também não. Exige-se uma política externas de paz e de direitos humanos, mas ignoram-se as guerras, infinitas ou não, feitas em nome da liberdade dos mercados e do capitaloceno, contra o direito à independência dos povos (Palestina, Sahara Ocidental, Irlanda e outros fora da UE).

Reconhecendo o esforço de dotar o partido de um argumentário sobre as principais questões que se colocam à construção de uma alternativa à esquerda do PS, registam-se um conjunto de posições erradas que, quanto a nós, revelam a progressão do eleitoralismo e conduzem a uma revisão do programa eco-socialista.

Para reduzir tais riscos sugere-se a criação de um Gabinete de Estudos que funcione como uma assessoria política da Mesa Nacional e da Direção Nacional para apoio à reflexão de textos programáticos para uma esquerda mais forte na razão e na ação anticapitalista.

A reflexão sobre estes temas não deve ser confundida com a questão de uma nova direção ou coordenação política: trata-se tão só de refletir sobre o balanço das eleições e rumo a seguir. As questões de direção resolvem-se em Convenção Nacional, o que não é o caso.

TRÊS QUESTÕES INCÓMODAS OU TALVEZ NÃO ...

JOSÉ CASTRO

1 - Qual o nome da coisa ?

Com os resultados eleitorais de 2015 e a nova relação de forças no parlamento, a tática usada pelo BE e PCP (sim, porque os partidos de esquerda não podem ter só estratégia) forçou os dirigentes do PS a abrirem-se para uma outra fórmula de governação. É certo que com objetivos limitados, reverter as políticas de austeridade, as suas brutais consequências sociais, económicas e financeiras. O “povo de esquerda” gostou. A direita não gostou mesmo nada. Um dos seus chefes proclamou que “vinha aí o diabo”, o outro chefe da direita chamou “geringonça” ao novo arranjo governamental. A esquerda, há muitos anos enleada numa espécie de preguiça intelectual (como tantas vezes alertou Chomsky) na criação de novas palavras, não soube como chamar a essa etapa política que queria reverter as políticas de “ir além da troika” aplicadas pelo governo PSD/CDS-PP. Mas essa experiência, tão contra-a-corrente do que então se passava na Europa e no mundo não foi, não é, suficientemente importante para merecer um nome, atribuído pelos que a viveram ?

2 - O que é o Orçamento do Estado ?

Nos últimos anos, o OE passou a ser visto quase como o princípio e o fim das políticas da esquerda. Justifica-se tão grande centralidade? Foi só após séculos de luta com a realeza que os povos conquistaram o direito de autorizar, através dos seus representantes nos parlamentos, as receitas e as despesas do Estado. Na Inglaterra, em 1689, o “Bill of Rights” declarou que “os impostos têm de ser autorizados pelos representantes dos que os hão-de pagar ...”. Cem anos depois na França a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” proclamou que “os cidadãos têm o direito de verificar por eles próprios ou pelos seus representantes a necessidade da contribuição pública, de a aprovar livremente, de acompanhar a sua utilização e de lhe determinar a prestação, o fundamento, a cobrança e a duração”. Em Portugal só com a primeira Constituição (de 23 de Setembro de 1822) foi atribuída competência às Cortes para, sem dependência da sanção Real, “fixar anualmente os impostos e as despesas públicas; fiscalizar o emprego das rendas públicas e as contas da sua receita e despesa”. Com a ditadura salazarista, a Assembleia Nacional não discutia nem votava o orçamento do Estado, apenas autorizava o governo a cobrar as receitas e a pagar as despesas (Lei de Meios). É com a Constituição de 1976 que a Assembleia da República (artº 108º) passa a votar a lei do Orçamento que conterà “a discriminação das receitas e despesas ...e as linhas fundamentais do orçamento da segurança social”. Mas

sempre houve limitações às respostas políticas, via orçamento do Estado. Desde a primeira LEO -Lei do Enquadramento Orçamental (Lei nº 64/77 de 26/8), passando pelas imposições da UE aos Estados-membros quanto a impostos aduaneiros, à fiscalidade e a auxílios do Estado, até à LEO nº 151/2015 do último governo PSD/CDS-PP.

Então se há mais vida (e luta) política para além do Orçamento, como explicar que o programa do BE apresentado nas últimas eleições legislativas (supostamente para uma legislatura de 4 anos) tivesse sido, na prática, circunscrito às mesmíssimas propostas discutidas no processo de votação do OE para 2022 ?

3 - Como chegamos aqui e como vamos reafirmar o BE?

Pelos seus compromissos internacionais e pelas ligações ao mundo empresarial (em 2009 o Código do Trabalho de Vieira da Silva já tinha procedido a mudanças de palavras, conceitos e princípios, de “entidades patronais” para “entidades empregadoras” por exemplo), a direção do PS não se quis envolver na concretização das propostas políticas do BE (e do PCP). Tal como o presidente da República, a direção do PS sentia desconforto, no país e na Europa, com as “ligações perigosas” à esquerda. E fez todos os possíveis para esvaziar (por ex, através da cativação de verbas) as propostas sociais e de reforço dos serviços públicos de saúde e educação que a esquerda conseguiu incluir nos orçamentos do Estado. Noutro quadrante, a direita desde que fora afastada da governação em 2016 exercia uma enorme pressão política e ideológica. Os meios de comunicação sob seu controlo e as suas organizações profissionais insistiam, insistiam sobre a “asfixia democrática”, que no país quase que já estava instalado o “socialismo”, o BE (e o PCP) é que mandavam no governo PS, a carga fiscal era a maior da Europa, o diabo tinha enfim chegado

Nesta espécie de tenaz político-ideológica cresceram dentro do BE análises simplistas, desligadas da realidade. Há até quem proponha uma Convergência (na verdade, com os pontos de vista do MAS, partido que obteve 6.000 votos nas eleições legislativas de Janeiro). O BE deixou-se contaminar pelo vírus da superficialidade na análise da conjuntura política. Que havia um enorme descontentamento popular com as políticas do governo, diziam alguns. Tais ilusões não permitiram ao BE responder à armadilha lançada pelo presidente da República e por António Costa (dois experimentados especialistas na construção de cenários políticos) de marcar eleições antecipadas. Em vez do debate e aprofundamento de propostas políticas para atrair para o BE uma parte, mesmo que pequena, da base eleitoral do PS, passou-se ao estreitamento das respostas políticas. E fica a questão: nas áreas fundamentais do trabalho, saúde, pensões ou habitação devem privilegiar-se propostas políticas para resolver problemas e situações (algumas bem dramáticas) vividas por alguns milhares de pessoas ou as propostas/respostas do BE devem ser também para os milhões de pessoas que constituem o povo de esquerda ?

COMEÇAR NO CHÃO

PEDRO JORDÃO

O passado de que tanto temos falado não precisa hoje de mais do que um parágrafo. Chegámos a um momento difícil da maneira certa: seguindo os nossos princípios. Qualquer outro rumo teria sido uma declaração de inutilidade do Bloco e as consequências a médio prazo não seriam apenas desastrosas - seriam irremediáveis. É por isso importante que permaneça na memória a evidência de que convergência não é vassalagem e não pode basear-se no medo. Mas agora o futuro.

Se outros escolhem a cegueira como arma, cabe-nos esta luta de dar a ver. Para o próximo ciclo eleitoral mantemos o essencial, mas podemos ir mais longe na afirmação desse projeto e na mobilização de um eleitorado cuja volatilidade é a da insegurança. Cabe-nos demonstrar que temos as respostas que outros lhes negam. Este longo caminho é uma longa oportunidade.

Apoiando sem reservas as propostas e a coordenação da Comissão Política, é ainda assim possível fazer algumas observações, não quanto ao ideário político, mas quanto à estratégia:

1. Precisamos de uma comunicação mais concreta. Não bastam slogans justos, palavras de ordem agregadoras. Precisamos explicitar os factos e não apenas os princípios - dirigimo-nos também a quem conhece as necessidades mas não concluiu ainda a solução. Se acreditamos tê-la, temos de ser capazes de demonstrar em detalhe as propostas e os métodos. Essa opção tem de estar inscrita em cada ação de comunicação. Não falta trabalho, mas falta clareza.
2. Sermos concisos não implica sermos restritos. O Bloco teve a inteligência de se concentrar em alguns temas para estruturar a sua intervenção pública, mas temos um longo ciclo pela frente e parece haver espaço para mais. Num momento em que a direita consegue, com relativo sucesso junto da opinião pública, colocar em causa políticas laborais e fiscais fundamentais, o combate à precarização deve envolver, com igual destaque, a defesa de um salário mínimo nacional digno e de um sistema fiscal justo. Onde outros confundem, devemos esclarecer. Temos perdido essa luta.
3. Podemos relegar para segundo plano as questões da habitação? Nenhuma área tem sido alvo mais evidente de modelos especulativos e nenhuma foi tão responsável pela perda coletiva de poder de compra. Para demasiadas pessoas, é hoje um drama central, e as medidas implementadas mostram-se insuficientes. O Bloco deve estar na frente da luta por políticas públicas para a habitação justas e eficazes. Temos de debater, propor, fiscalizar, explicar.

4. O discurso e a prática do Bloco na luta anti-racista e no ativismo LGBTQI+ permanece uma realidade e uma marca identitária que nos orgulha, mas importa estarmos conscientes das críticas que se têm avolumado e partirmos para uma reflexão: se há quem nos diga insuficientes ou contraditórios, que verdade pode aí haver? Se nenhuma, como o demonstrar e trazer até nós esses aliados? Se alguma, como melhorar a nossa ação?

5. Lembremos ainda a Cultura como eixo de intervenção em que o Bloco se notabilizava, com consequências na adesão de inúmeros trabalhadores desta área, e que hoje vê diminuída essa ligação (ou essa percepção) no debate público.

6. Por último, um alerta. A nossa oposição à maioria absoluta do PS, que assim se afastará ainda mais da esquerda, não deve impedir-nos do combate determinado às políticas extremistas da direita - e importa ter consciência de que é nesse espectro que se inclui a IL, uma ameaça direta, não apenas aos nossos valores, mas à nossa ação. Devemos recusar o equívoco de tomar por direita todo o eleitorado que nesta vote. Parte importante viu as suas ansiedades interpeladas por propostas assentes na desinformação e numa perspetiva puramente individualista da sociedade. Essa não é uma causa perdida, é uma causa urgente.

De resto, olhemos às ameaças como quem aceita um convite. Se nos prometem a fome como uma oportunidade, que esta seja a da recusa de uma mesa demasiado alta à qual só alguns se sentam e onde só alguns se servem. Derrubemos essa mesa, a nossa luta começa no chão.

CONTRIBUTO

LUÍS FERNANDES

Onde ainda não foi iniciado (deveria sê-lo pelo menos dois anos antes das eleições) o BE deve iniciar desde já a sua dinâmica para o combate autárquico. Este trabalho deve começar pela identificação das necessidades concelhias e a clara apatia do poder autárquico na resolução, a tempo, das carências existentes. Deve daí partir para a afirmação do seu projeto, apresentando desde logo as suas propostas. Desta forma poderá impor a agenda política e reforçar o seu poder negocial para qualquer possibilidade de aliança pré-eleitoral. O BE deve ser identificado como o Partido agregador da sociedade civil, podendo desta forma minimizar o aparecimento de listas independentes às eleições autárquicas, as quais na realidade acabam também por prejudicar o voto no BE.

Esta dinamização contribui também para uma maior aceitação do projeto regional e nacional do Bloco, criando em simultâneo uma motivação nas várias regiões.

1 – Guerra na Ucrânia –

A nossa segurança passa não somente pela energia como também pela vertente alimentar e industrial. É também importante a evolução tecnológica de forma a criar um processo de desenvolvimento mais sustentado e dessa forma obter uma segurança económico/financeira.

Importa criar apoio social mas também orientar o cidadão para formação adequada a que leve à sua saída da situação temporária de pobreza, através de uma ferramenta adequada de elevação social. A qualificação dos cidadãos é duplamente positiva para a sociedade, através da promoção e do aumento do conhecimento pessoal e da maior rentabilidade do profissional, com a incremento de competências.

Assim o Bloco deve apresentar propostas para a criação de autonomias energéticas regionais, onde as mesmas sejam possíveis. Apresentar um programa de incentivo ao aumento da capacidade alimentar, com um projeto de obtenção de rentabilidade e viabilidade económica em determinados produtos, de forma a diminuir a dependência alimentar. Apresentar um projeto a médio/longo prazo com o objetivo de qualificar o País e conseguir um maior crescimento económico e o seu consequente desenvolvimento.

2 – Da Geringonça à Oposição

Os acordos de 2015 criaram no Bloco uma capacidade política valiosa, assim como trouxeram ao Bloco a imagem de Partido responsável ao ter cumprido com o acordado nos 4 anos do mandato.

O Bloco é à esquerda a única alternativa clara para o eleitorado que

percebe ou irá perceber o erro que é acreditar no PS. No espaço político onde o Bloco se integra há muita margem de progressão, sendo necessário evitar radicalismos e segmentos de causas, ainda que seja esta vertente a diferenciadora perante os restantes partidos à esquerda.

Importa, respeitando o programa do Bloco apresentado aos portugueses nas eleições legislativas de 2022, apresentar permanentemente propostas de valorização do trabalho e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, assim como a acessibilidade e dignificação à habitação e o maior acesso à saúde e à educação.

3 – Vivendo na Europa Liberal –

Somente uma Europa mais solidária, como se comprova pela crise da Ucrânia, pode trazer um futuro mais promissor à sociedade portuguesa e europeia. Vários foram já os exemplos nos últimos anos que comprovam essa necessidade.

4 – Onde queremos estar em 2026 ?

A manutenção da legislação laboral criará mais instabilidade social devido ao agravamento das condições de vida e da precariedade laboral.

O combate do Bloco, à corrupção e à rotação de interesses dos Partidos de Poder (PS/PSD) com a ocupação de todos os lugares dos organismos públicos e setor empresarial do estado trará um conforto às populações e uma esperança quanto à possibilidade de melhoria sobre a meritocracia e transparência, algo importantíssimo para a democracia e combate à extrema-direita.

Importa trazer justiça para os apoios sociais , com o incentivo à fiscalização da fraude, assim como o apoio à autoridade e às minorias. O Bloco deve ser transversal na sua visão da sociedade, conseguindo desta forma a obtenção de respeito e apoio pela moderação apresentada.

5 – Organização Partidária

Maior e mais assertiva comunicação com as distritais de forma a uma maior produtividade e incentivo político, com uma comunicação fluida e nos dos sentidos.

Plano de comunicação de forma a atrair novos públicos e a obter uma capacidade de interagir com o cidadão nas ações de divulgação da mensagem do Bloco.

Incentivo às concelhias para a ação política permanente, quer na vertente local quer na vertente regional/nacional com uma contínua ação de distribuição de informação à população.

Criação de um jornal regional, com a consequente dinamização da distribuição e contacto com o eleitorado.

Incentivo às formações autárquicas/políticas semestrais nas várias regiões.

PELO LEGADO DE ABRIL, PELA ESCOLA PÚBLICA

ANA DURÃES

A educação, nomeadamente a escola pública, ocupa um espaço vital na nossa sociedade, sociedade essa que atravessa uma fase de polarização política promovida pelos grandes interesses económicos e pela política do ódio.

A continuidade e preservação desta faz parte das lutas sociais que sempre integraram a agenda do Bloco de Esquerda, partido que nunca hesitou em colocar-se do lado dos professores, dos trabalhadores das escolas, e dos alunos, em nome dos seus direitos, desde a remuneração dos docentes, gravemente afetada pelos governos do Partido Socialista e Partido Social Democrata, às condições das infraestruturas dos estabelecimentos de ensino, sem esquecer as e os trabalhadores precários envolvidos no funcionamento das escolas.

Quando olhamos para o nosso panorama político, deparamo-nos com partidos que não querem o legado de abril de uma educação livre e gratuita, que não gostam da ideia de que este seja democrático e para todas e todos. Temos atualmente partidos com assento parlamentar a defender a progressiva privatização do ensino, deixando os alunos entregues à sua sorte, dependentes de “cheques ensino” para garantir um direito básico; temos partidos que acreditam que a remuneração dos professores estar fora da responsabilidade do estado é uma medida promotora da “liberdade”.

Mas liberdade para quê? Para o abandono escolar precoce? Liberdade para uma instabilidade ainda maior nas vidas dos docentes? Para os trabalhadores serem livres de serem ainda mais precários?

A liberdade nunca passará por acentuar as desigualdades sociais e piorar a já atual, e antiga, crise de professores que Nuno Crato, antigo Ministro da Educação do governo de Passos Coelho, negou e desvalorizou.

A escola pública é dos bens mais preciosos que a esquerda nos trouxe, é um legado do qual temos de nos orgulhar e continuar a lutar para que não se perca, para que não seja desvalorizado e não caia nas mãos das elites económicas.

As escolas são locais de partilha de conhecimento e também de ativismo, são sítios onde muitos jovens têm o primeiro contacto com as condições às quais o capitalismo nos sujeita todos os dias, e que por todos os lados nos quer limitar e reduzir.

Abandonar a luta pela educação democrática e universal é entregar a mesma, de bandeja, à direita, que está há anos à espera de a reduzir e humilhar como outrora fez. É deixar que esta vire um jogo de sorte, inacessível a muitos.

Esta luta é transversal pois vai desde os direitos dos trabalhadores aos direitos dos jovens, é uma luta que acredita na emancipação da pessoa através do conhecimento ao qual toda a gente terá livre acesso, sem estar sujeito a fatores como os rendimentos do agregado familiar.

Deixar a escola pública fora dos assuntos da ordem do dia é algo que é comum à nossa direita, mas que para o Bloco de Esquerda é impensável.

Pela escola de abril, cá estamos e estaremos!

A MARCHA LGBTI+ DE AVEIRO

ANDREIA FONSECA E CELME TAVARES

Aveiro, uma região conservadora, onde não é possibilitado o hastear de uma bandeira LGBT, mas onde existe espaço para comentários misóginos em discursos públicos, por parte de quem deve proteger e salvaguardar os direitos de todos os cidadãos.

Em 2019, realizar-se-ia a primeira Marcha LGBTI+ em Aveiro.

Quando nos perguntaram, e bastantes vezes o fizeram, o porquê de realizar uma Marcha em Aveiro quando (felizmente!) já existem várias em Portugal, vários foram os motivos evocados, mesmo sendo necessário apenas um: a luta pelo direito irrevogável de sermos quem somos. Aveiro é uma cidade conservadora, e podemos denotar isso pela inexistência de associações ou movimentos locais que tenham como mote a defesa da diversidade, já nem falamos especificamente das questões LGBTI.

Na própria Universidade, local que frequentemente associamos a um maior clima de aceitação, somos confrontados com a existência de praes homofóbicas, que, infelizmente, acabam por ser algo transversal a nível nacional.

Desde o início que o mote da Primeira Marcha se tornou muito claro: queremos uma cidade de Aveiro inclusiva, que acolha a diversidade. No início tínhamos receio, alguns de nós até estavam céticos: seríamos os únicos a ter esta vontade? Até podia ser, mas isso não nos podia impedir de tentar. Aceitámos o risco e, com o apoio de milhar de pessoas, na primeira marcha de apoio à comunidade LGBTI em Aveiro, percorremos a principal Avenida de Aveiro sem receios, festejando quem somos.

Sabemos que não só de leis se faz um país, aliás, existe um fator muito mais preponderante: a própria sociedade. E aí, independentemente das importantes conquistas no parlamento, sentimos todos os dias na pele os efeitos da homofobia, transfobia, bifobia. Sentimos as amarras de uma sociedade, por vezes, castradora, conservadora, misógina, homofóbica. No fundo, vivenciamos os efeitos de uma sociedade desinformada, preconceituosa e discriminadora.

Aquilo que vemos como medidas de informação e formação para uma sociedade mais tolerante, são julgadas como se de terrorismo se tratasse: um atentado aos supostos bons valores, aos supostos bons costumes, ao modelo tradicional de família. Mas não baixamos os braços, e por isso, marchamos em Aveiro por uma sociedade tolerante, que abraça a diversidade.

Dois mil e vinte chegou cheio de surpresas com pandemia e isolamento social e aquele que se esperava ser um ano com marchas por mui-

tas cidades do país revelou-se um ano em que caminhamos de forma digital e onde as marchas se fizeram on line. O primeiro ano da marcha LGBTI+ de Aveiro substitui-se por uma programação nas redes sociais, tendo ajustado a programação desse ano às ações online. Em 2021, a marcha assinalou-se em formato concentração no Jardim do Rossio com centenas de pessoas, que decidiram marcar presença, gritar palavras de ordem, e aplaudir os diferentes discursos representativos de diferentes organizações.

Não nos esquecemos de onde viemos, do longo caminho que percorremos, sempre de olhos postos no futuro e na defesa das nossas conquistas. Não nos esquecemos de todos aqueles que sofreram para cá chegarmos: não nos esquecemos da Gisberta; nem das duas alunas da Escola de Vagos discriminadas por se beijarem; nem de todos os rostos anónimos que se escondem atrás do medo.

Este ano, a comissão responsável conta organizar a 4ª Marcha LGBTI+ em Aveiro em 2022, em data a anunciar, levando novamente a luta pela visibilidade LGBTI+ para as ruas aveirenses.

Amanhã Aveiro será uma cidade diferente e sabemos que em Aveiro tem uma Marcha LGBTI+ e é assim que fazemos história, mas mais importante, é assim que construímos uma sociedade que acolhe toda a diversidade que a torna verdadeiramente única.

CONTRIBUTO

ANTÓNIO SILVA

A incluir no ponto 1. A Guerra na Europa

Se há algo que esta guerra na Europa veio demonstrar é a dependência da Europa dos EUA.

A Europa ou opta por ter umas forças armadas próprias de carácter defensivo ou ficará dependente das guerras que interessem aos EUA. Foi assim no passado e é assim agora.

É assim que defendemos uma Europa neutral e desnuclearizada.

As suas forças armadas deverão contar com efectivos humanos e materiais financiados pelo orçamento comunitário afectos unicamente a esta tarefa, não podendo nomeadamente ser utilizados ao serviço da Nato. Tanto o material como os seus efectivos serão exclusivamente europeus, impedindo assim ser influenciado pelo sector armamentista extracomunitário.

A incluir no ponto 3. Vivendo na Europa Liberal

Há que alterar este estado de coisas porque como tem vindo a ser demonstrado isso significa uma Europa cumpridora da agenda expansionista e liberal das agências internacionais do pós-guerra. A Europa ou se reforça democratizando-se mais ou se extingue com consequências desastrosas nomeadamente para os países do Euro.

Por isso é fundamental uma política fiscal europeia nomeadamente no que diz respeito ao IVA, ao IRC e ao IRS, sendo a cláusula dos 3% do PIB alterada gradativamente por valores indicativos a gastar em Cultura, Saúde, Habitação e Apoios Sociais.

Finalmente como se tem verificado, não existem oligarcas bons e maus e a única forma de eficaz de sanções é acabar com as Off-Shores.

A incluir no ponto 5. Organização Partidária

Com o agravar da instabilidade mundial a habitação e a pobreza energética irão revelar aspectos de sobrevivência nomeadamente com o aumento de pessoas sem direito a habitação, ou/e em pobreza energética. Iremos também assistir ao aumento da fome e ao número de pessoas em risco de pobreza. Todos estes factores irão desencadear pressões no mercado de trabalho ao nível da precariedade, e de trabalho sem direitos.

ESTADO SOCIAL: RESPOSTAS PARA ONTEM

EDUARDO COUTO, HUGO MONTEIRO, JOÃO MATOS, MARIA JOSÉ ARAÚJO,
RENATA MALTA

Portugal, à semelhança dos demais países ocidentais, devido às várias razões históricas associadas à hegemonia do neoliberalismo na governação dos Estados, não tem um verdadeiro Estado Social. Por motivos ideológicos, os discursos maioritários, sobretudo, dos representantes dos órgãos governativos, não se parecem interessar pelos valores de Abril no que diz respeito à emancipação popular. Desde logo na escola e nos processos de escolarização.

Analisando a realidade portuguesa, consegue-se constatar que as políticas públicas na área social não passam de um mero amparo assistencialista, burocrático e limitado. Cingem-se, muitas vezes, ao registo caritativo, que não só não combate como sustenta a desigualdade endémica, fomentando o lucro privado. É impensável - e até macabro - que uma sociedade, composta por pessoas repletas de dificuldades habitacionais, de saúde, alimentares, sociais, etc., permita que haja quem obtenha mais-valia através da desgraça alheia.

Não vivemos numa democracia plena enquanto não resolvermos a situação social calamitosa que caracteriza tantas pessoas deste país: sem teto, sem comida, sem apoio, sem saúde e sem dignidade. Portugal, assim como outros países europeus, não tem acompanhado uma visão que dignifique o envelhecimento e o valorize com a devida dignidade. A implementação de medidas que combatam o abandono da comunidade idosa - reconhecendo-as como pessoas adultas de valor inestimável para as suas comunidades - é premente. É tempo de acabar com estigmatização da velhice, e o Bloco tem um papel determinante nessa luta!

O nosso país vive com uma significativa parcela de cidadãos e cidadãs abaixo do limiar da pobreza, mulheres vítimas de violência doméstica sem o devido apoio, e tantas outras desigualdades. O apoio social que queremos não pode ser um mero penso rápido que tenta esconder a desgraça alheia. Pelo contrário, lutamos por uma transformação emancipadora da sociedade.

É tempo do Estado chamar a si próprio a responsabilidade que tem com as suas gentes. As dificuldades são concretas e carecem de resposta urgente, por muito que haja quem as queira varrer para debaixo do tapete.

O Bloco tem a obrigação de abrir na sociedade Portuguesa um debate profundo sobre o papel dos apoios públicos, do reforço urgente dos trabalhadores da área psicossocial, de uma revolução na forma como as instituições de cuidados são geridas. É premente que se abordem temas

como este nas Escolas, que se garantam direitos laborais e salários dignos aos trabalhadores envolvidos em todo o processo de suporte social, é urgente uma reformulação na forma como o país olha para a comunidade local e para o coletivo.

48 anos depois da Revolução dos Cravos é tempo de se colocar de, uma vez por todas em causa o poder que a Igreja Católica, nas suas mais variadas facetas e formas conservadoras, tem no controlo de dinheiros públicos destinados ao “apoio social”. Vivemos num Estado Laico, que deve ser preservado e nunca menosprezado ou violado, em honra a todas e todos que lutaram pela República e pela Democracia ao longo da história portuguesa.

Marx e Freire deixaram-nos contributos vastos acerca de uma clara necessidade de consciencialização popular acerca da posição de classe de cada um e cada uma, de modo a que esta tenha a capacidade de se libertar das amarras da sua exploração. Urge consciencializar os desprezados do Capital. Temos a obrigação de lutar por uma sociedade que se rege por uma real participação comunitária plena, coletiva e solidária. Essa luta deve ser feita em todos os meios: nas ruas, com as comunidades, no parlamento, no poder local, em todo o lado. Como dita a tradição neste partido: é mesmo tempo de fazer mesmo a luta toda.

São mil e uma exigências por dignidade. Um ideal de dignidade que Abril nos trouxe mas que, como tantas outras promessas, ficou lá no fundo da gaveta. É tempo de abrir essa gaveta e arregaçar as mangas. Por um Estado Social verdadeiramente digno.

LGBTI+ E LUTA DE CLASSES

BEATRIZ VIEIRA , CATARINA FERRAZ E EDUARDO COUTO (AVEIRO)

A Homofobia e o preconceito são interclassistas e a discriminação é generalizada a todas as classes. Porém, a intensidade, a forma e o conteúdo da discriminação varia mediante a condição económica e social de cada uma e cada um. Fatores como sexo, género, etnia, nacionalidade, etc. são também um fator bastante variável no processo discriminatório.

A generalização do trabalho precário na comunidade LGBTI+ é uma realidade. Estas e estes trabalhadores sofrem por verem a sua força de trabalho ser mal remunerada e acrescido ao processo de exploração não vem explanado no seu código de trabalho ou contrato (quando ele existe) a devida proteção contra a homofobia no seu local de trabalho.

A Autoridade para Condições de Trabalho (ACT) sofre de um proble-

ma de desinvestimento oriundo dos governos do Partido Socialista e da Direita. O resultado da falta de meios de ação e fiscalização ACT é notório e tem causado danos, também, na comunidade LGBTI no que diz respeito a casos de preconceito dentro dos postos de trabalho.

O mundo sindical português apesar de ligeiros gestos de solidariedade com a comunidade LGBTI+ ou de escritos acerca desta temática nunca teve a capacidade de criar e potenciar solidariedade, ou ações de sensibilização, entre trabalhadores acerca de temáticas associadas à comunidade LGBTI+, identidade de género ou preconceito. Nem, tão pouco, de criar uma verdadeira luta agregadora contra as práticas homofóbicas do patronato.

Tendo em conta que vivemos num país com um patronato estruturalmente patriarcal, machista e transfóbico, muitas mulheres trans são obrigadas a vender o seu corpo contra a sua legítima vontade, pois a única forma de sustento para sobreviverem passa pelo trabalho sexual. Urge, portanto, criar mecanismos legais e políticas públicas que lutem pela devida integração, com direitos e salários dignos da comunidade Trans no mercado de trabalho.

O mercado capitalista não tem escrúpulo algum a obtenção de mais-valia, faz e sempre fez tudo ao seu alcance em nome dos lucros. O termo pinkwashing surge, então, para descrever a forma como as grandes empresas se aproveitam da luta e das bandeiras LGBTI+ para melhor lavarem a sua imagem ou apelarem à compra dos seus produtos/serviços usando as cores do arco-íris. Nós, socialistas e ativistas queer, devemos repudiar qualquer tentativa de lucro através das grandes empresas. O orgulho não se vende.

Só uma força que lute pelo socialismo é capaz de garantir os direitos concretos da comunidade LGBTI+, pois só com um verdadeiro Estado Social será possível garantir que o Serviço Nacional de Saúde está do lado da comunidade LGBTI+, com políticas de saúde pública adaptadas à realidade da comunidade; que a Escola e a Universidade Públicas abordam e incentivam debates acerca da comunidade; que há respostas sociais para jovens LGBTI+ sem teto e tantas outras medidas.

Lutemos então com uma bandeira arco-íris bem erguida no nosso punho, mas erguemos em conjunto, sempre, a bandeira vermelha - que nos orgulha tanto como o Orgulho que sentimos por esta comunidade

CONTRIBUTO

ALFEU FRADE

Refugiados de guerra

Haver maior acompanhamento durante os 2 primeiros anos de integração por parte do Estado, e existir um mecanismo de análise das suas capacidades e conhecimentos profissionais que facilite a equivalência dos seus conhecimentos da sua área/ carreira profissional do seu País de origem, á realidade portuguesa, de forma o mais rapidamente voltarem a exercer a sua profissão, e assim também colmatar algumas falta de profissionais no nosso País (Saúde, agricultura, investigação, etc..) . Esse mecanismo par além de análise e base de dados, servi-se também de elo entre instituições, escolas, universidades, empresas, e sociedade civil, e o próprio refugiado.

Ambiente

Taxa verde de IVA 10%

Criação de uma 4ª taxa de IVA, de forma a incentivar a sociedade a optar por soluções/ produtos mais verdes, e facilitar acesso destes ao publico em geral. Era uma forma de mudar os hábitos dos portugueses na hora da compra, pois estariam mais baratos, como influenciava as empresas a procurarem estas soluções. Falo por exemplo de quem quer optar uma alimentação Vegan/ Vegetariana, este género de produtos são mais caros que opção dita "normal", ou por exemplo quem queria comprar um detergente automóvel "amigo do ambiente", estes produtos são mais caros e ás vezes o dobro, que as soluções mais comerciais.

Criação de "muralha verde" a sul de Portugal

A semelhança de D.Dinis com o Pinhal de Leiria, criação/ reflorestação entre o Alentejo e o Algarve de um corredor verde de árvores autóctones, que impedisse o avanço " do Sahara" em termos ambientais, evita-se assim o avanço do deserto, das temperaturas, da erosão dos solos, e das poeiras do norte de África.

Telhados "Verdes"

Promover/ Publicitar pela opção de "telhados verdes" principalmente nas grandes cidades, sendo esses investimentos deduzíveis em IRS, de forma a diminuir a temperatura não só dos dos edifícios, como se irá traduzir na diminuição da temperatura média das cidades, e como a sua pegada ambiental.

Metro Mondego - Coimbra

Voltar ao projeto inicial do metro de superfície , que ligava Coimbra e a linha da Lousã, visto ser o projeto que mais pensou nos utilizadores, e

na própria orgânica da cidade de Coimbra, e no fluxo dos utilizadores de dentro/fora e fora/dentro da cidade de Coimbra.

Sendo este um projeto, um projeto altamente agregador e de proximidade entre populações limítrofes á cidade de Coimbra.

Fim dos cartões de refeição

Visto ser no fundo um mecanismo que só beneficia os retalhistas e bancos com a desculpa que assim não é tributado o subsidio de refeição na folha de vencimento, e pouca expressão tem para os utilizadores fora destas superfícies, graças ás elevadas taxas, outros negócios não aceitam este tipo de cartões, sendo que o “utilizador é obrigado” a usar sempre numa grande superfície comercial.

Propinas universitárias

Sendo que existe uma resistência á gratuidade das propinas , propor um período de transição de 10 anos em que as propinas são calculadas conforme o agregado familiar e o IRS do ano anterior, por meio de um escalão a definir.

Caso o estudante tenha Pais separados fazer calculo a apresentação do IRS do ano anterior de ambos os País.

Reverter aberturas de grandes superfícies ao domingo

De forma a permitir um oportunidade concorrencial entre as grandes e pequenas superfícies/ comercio local, encerrar ao domingo estas superfícies, sendo que haja impedimento de despedimento pela extinção destes turnos de trabalho, compensando o trabalhador destas superfícies com mais 1 dia de folga (visto muito só terem 1 dia de folga), pois é um trabalho altamente precário, de enorme pressão, horários abusivos, e com altas taxas de depressões e baixas medicas por consequência a essa precariedade.

Edifícios devolutos

Dar poder ao Estado de caso edifícios abandonados,, ou alto estado de degradação em que não se encontre os herdeiros ou parte deles, e que estes não haja um entendimento entre eles, um prazo de 2 anos para se encontrar uma solução após notificação. Fim deste prazo passar automaticamente para esfera do Estado, e o Estado tomar as devidas precauções caso haja algum risco á população, ou edifícios em redor.

Empresas estratégicas

Compra de participações nas empresas por parte do Estado em empresas de interesse nacional, monopólios naturais, patentes, que vendam ou gerem bens e serviços essenciais, como água, luz, Internet, produtos de 1ªnecessidade etc.. de forma ao Estado ter um controlo e algo a dizer, principalmente em situações de emergência e de forma a regular o mercado.

VOLTARÍAMOS A FAZER TUDO IGUAL... OU FARÍAMOS COMO OS JOGADORES DE XADREZ?

CARLOS VIEIRA

No fim do jogo há sempre certezas e treinadores de bancada a clamar que bem tinham avisado. Mas parece-me que o essencial que devemos discutir, aqui e agora, é isto: se pudessemos voltar atrás, voltaríamos a fazer tudo igual? Voltaríamos a correr o risco de perder 14 deputados e de perder metade da subvenção pública com consequências dramáticas para a actividade diária do partido, mas inevitáveis, como o despedimento de funcionários e assessores e o encerramento de sedes por todo o país, fragilizando a implantação bloquista à custo de muito esforço nos distritos do interior?...

Há camaradas que defendem que devíamos ter chumbado o Orçamento de Estado de 2019 e 2020, denunciando as pressões bipolarizadoras do PS, o que fortaleceria o BE e a esquerda. Mas, pergunto eu, se esses camaradas reconhecem que muitos dos anteriores eleitores do Bloco não compreenderam o chumbo do OE de 2022, como é que pensam que reagiria esse eleitorado em 2019 ou 2020 quando ainda estava fresco o papel da “Geringonça” na reconquista de algumas medidas perdidas com a Troika e o governo PSD/CDS?... Parece-me evidente que a única consequência dessa tática seria anteciparmos o desalento e o desapontamento dos eleitores.

É certo que era pouco previsível que surgissem sondagens a dar “empates técnicos” entre PS e PSD. E é verdade que se não fosse essa bipolarização artificial, o efeito do “voto útil” não se teria feito sentir e o BE poderia continuar a ser fundamental para uma maioria parlamentar de centro-esquerda. Mas será que não fomos ingénuos ao não ter previsto todas as jogadas possíveis de um “falso amigo” como Costa, que já tinha dado mostras de táticas maquiavélicas até dentro do seu partido?

No jogo de xadrez, como devem saber, há jogadas pré-determinadas, para as quais também já se estudaram as múltiplas respostas possíveis. Os grandes-mestres memorizam todas essas jogadas e variantes de abertura, defesa, meio-campo e ataque. Hoje em dia até já há aplicações para computador ou telemóvel, em que se podem simular várias jogadas e possíveis respostas do adversário, quase até ao infinito. Mas ainda se podem derrotar computadores no xadrez, com imaginação e ousadia táctica. Tal como um exército convencional pode ser derrotado por uma guerrilha que sabe usar táticas flexíveis e imaginativas.

Penso que foi isso que nos faltou: a capacidade de antecipar as várias

jogadas da direita e do “extremo-centro”, irmanados pelo ódio à esquerda.

Se tivéssemos antecipado a jogada que nos encostou à parede, teríamos respondido da mesma forma? Claro que o OE 2022 merecia ter sido chumbado. Claro que tínhamos razão. Mas tal como eu alertava os meus filhos, quando eram pequenos, que deviam ter todo o cuidado ao atravessar as passadeiras, mesmo com o semáforo verde, porque de nada lhes valeria serem atropelados dentro da legalidade e morrerem cheios de razão, também agora não me parece motivo de comprazimento o facto de termos tido razão no voto contra o OE2022.

Não quero ser “advogado do diabo”, porque não acredito em deuses e diabos, mas não posso deixar de pensar nos aderentes do BE que me confessaram ter votado PS com medo de um governo de direita aliado à extrema-direita. Eles recordaram-me a crítica de Lénine: “Um passo em frente, dois à rectaguarda!” Melhor seria um passo à rectaguarda para poder dar dois em frente. Como no xadrez (ou futebol) se não estiveres em posição de poderes atacar, jogas à defesa e pensas numa estratégia para o contra-ataque. Tudo menos sacrificar cavalos, torres e dama, deixando os peões indefesos a serem tomados, um de cada vez, até ao cheque-mate!

Um velho amigo, ferroviário, disse-me um dia: “A experiência é uma lanterna que só ilumina para trás!” Sabemos, desde Marx, que da segunda vez, as tragédias se repetem como farsas. Não queremos mais tragédias, mas também não queremos passar por farsantes.

Não é uma crítica, mas uma mera sugestão para memória futura!

A IDEALIZAÇÃO DA GERINGONÇA

CARLOS CARUJO

Um dos erros recentes da direção BE foi a idealização da geringonça. Independentemente de se concordar ou não com a sua pertinência na altura em que foi feita ou com o modo como foi decidida, a sua gestão tantas vezes auto-proclamatória foi uma das razões que nos conduziu a uma pesada derrota eleitoral.

De circunstância irrepetível dado um conjunto de variáveis extraordinárias, como nos tentavam convencer quando foi feita, a geringonça passou a ser o destino próximo que orientou a política do BE nas duas eleições seguintes. Perenizou-se e entranhou-se.

O discurso bloquista sobre a geringonça foi sendo de um “sim... mas” em que se fazia ouvir muito mais ruidosamente o “sim” do que o “mas”. Esta retórica implicava reivindicar o que de positivo tinha feito o governo como obra do BE para descartar o que era mau como sendo responsabilidade do PS. E introduziu a ideia perniciosa de que se o PS se fosse “verdadeiramente PS” (realmente social-democrata ou conseqüentemente de esquerda) podia ir mais longe, de forma a tentar provar que o BE devia “ter mais força” para obrigar o PS a ser aquilo que ele não pode nem quis ser. Ao mesmo tempo, o reivindicar destas “conquistas” não era em nada danoso para o PS e o “desmascarar” ou “jogar nas suas contradições” também lhe não fez moça. Por outro lado, o resultado desse “realismo” foi de minorizar as políticas que ficavam fora do quadro de possibilidades do PS. Como se duas camadas se introduzissem: as políticas de primeira ordem que seriam as que o PS podia encaixar e as políticas de segunda ordem que estariam fora desse horizonte e que por isso só poderiam existir como bandeiras. Estas, que são as decisivas, foram deixando de ser ouvidas.

A idealização da geringonça, claro, teve diferentes momentos. Mas uma vez construída impôs-se. A partir de 2019, esta idealização deixou de ser a da mera repetição à exaustão da recuperação de rendimentos e da derrota da austeridade (que, diga-se, continuou como austeridade light institucionalizada), um discurso que raramente reforçava o suficiente as limitações desse governo dentro do quadro das imposições liberais da União Europeia, já para não falar nas do capitalismo. Tornou-se uma idealização por contraste: “como foi bom o período anterior” versus “como é má a falta de vontade do PS de fazer uma nova geringonça”. Mais uma vez, sem fazer moça ao PS e sem conseguir criar um quadro alternativo a este beco sem saída.

Em vez de idealizar, era preciso centrar a mensagem no óbvio. A geringonça foi sobretudo um acordo revogatório que permitiu um período de desmantelamento de algumas medidas mais gravosas (e as leis do tra-

balho permaneceram) herdadas do governo da direita e do acordo que o PS também assinou com a troika, no âmbito de um quadro económico favorável, mas foi também um governo social-liberal, de baixo investimento público e de continuação de desinvestimento no Estado Social, um muito bom aluno de Bruxelas que cumpriu e superou as exigências do seu espartilho. Um governo que, pela sua natureza, não se poderia prolongar muito no tempo, não poderia resolver as contradições essenciais do país e que foi, para dizer o mínimo, uma perda de tempo face à urgência do combate ambiental.

Agora, o futuro da esquerda estará ligado à forma como lidar com esta idealização. Pode ser que haja a tentação de achar proveitoso continuar a idealização por contraste (“no tempo da geringonça é que era bom” versus “no tempo da maioria é tudo mau”). Pode ser que a direção se sinta obrigada a continuá-la para se auto-justificar sobre a linha seguida. Mas seria preciso coragem para mudar de rumo. O pior que podia acontecer seria o BE ficar preso a ela, reivindicando-a continuamente como solução, rendendo-se à perspectiva de apenas fazer o governo perder a maioria absoluta para negociar com ele outra geringonça. O futuro da esquerda está ligado à sua capacidade de mobilizar descontentamentos e esperanças e de se afirmar como a alternativa.

RUMAR, RUMAR, SEM IR CONTRA A CORRENTE?

CARLOS CARUJO, LISBOA

1. Que me recorde, o último “debate estratégico” que o BE fez, fora do espaço das suas convenções, foi há mais de quinze anos. Demasiado tempo para uma discussão tão urgente. Que me lembre, e as memórias valem o que valem, foi muito pouco esclarecedor: com base num texto que me parecia demasiado vago e num clima confrontacional com uma corrente que entretanto saiu do Bloco e se dividiu por três.

Mas creio que foi um dos momentos em que ganhou força uma ideia que é preciso escrutinar: a de que o espaço de crescimento do BE se encontraria no eleitorado de esquerda que vota PS. O escrito dizia apenas: “o Bloco não pode repetir a estratégia do PC porque significaria derrota, e alimenta o seu crescimento na disputa da influência da maioria contra a política do PS, com a coerência de uma política anti-capitalista”.

O dito ia muitíssimo mais longe. A tese subjacente, reelaborada ao longo dos tempos, seria de que a crise da social-democracia e o seu deslocamento à direita, a sua adaptação à terceira via e ao social-liberalismo, deixava campo aberto. Ao que se somava na altura um elemento conjuntural importante: as pessoas que tinham votado Alegre nas presidenciais anteriores estariam “mais distantes do PS do que do Bloco e rejeitam as políticas de Sócrates. Durante os próximos três anos, a disputa da con-

fiança dessas pessoas será um factor importante para determinar as próximas eleições”, acreditava-se. O resultado imediato não foi brilhante.

A consequência foi sendo que na tensão entre um discurso tateante nas orlas da social-democracia que pretendia explorar as contradições do PS, o princípio do “correr por fora” e a apresentação de uma alternativa de fundo ao centrão, o primeiro polo se foi reforçando cada vez mais.

E foi assim que o BE cresceu a falar para esse espaço, minguou em seguida para depois voltar a fazer o mesmo movimento. Navegando nas circunstâncias, o PS recuperou jogando os seus trunfos. Entretanto, a perspectiva de uma radicalização do espaço que votava no PS em direção a um anticapitalismo não se comprovou, o BE dizendo que falava para a maioria ou para a esquerda acantonou-se muitas vezes a falar para um nicho nas franjas do PS e deixou-se instalar a ideia de que um governo PS poderia ser de esquerda se devidamente influenciado por uma votação suficiente forte à sua esquerda.

Acredite-se no que se acreditar sobre a sua necessidade contextual, a geringonça foi transformada no coroamento desta estratégia e as consequências estamos a vivê-las agora. Nos últimos anos, isto contribuiu para tornar mais difícil a prevalência da ideia de que é urgente nada mais nada menos do que uma alternativa de sociedade.

2. As “notas” para um novo rumo estratégico conseguem a proeza de serem mais vagas do que o texto de há 15 anos. Não há nenhuma capacidade auto-crítica, não se perspectiva nenhuma mudança significativa, não se faz nenhuma reflexão de fundo sobre o papel do Bloco ou o quadro político atual. Diz-se que é um “rumo estratégico” mas é como se fosse uma qualquer resolução da Mesa Nacional.

A sua tese superficial, que se limita a dizer que a geringonça foi boa, a culpa de ter acabado foi do PS e o BE fez o que tinha de fazer, é um mero ato de defesa da direção que não aponta caminhos de futuro.

Sobre Europa, também muito pouco e menos do que se costuma dizer. Passamos do “desobedecer” a Bruxelas para a defesa de “uma Europa das solidariedades, construída sobre relações económicas equilibradas entre países e que recupere o melhor das tradições democráticas dos seus Estados sociais” que “responderá pela segurança e pela liberdade na Europa”. Como se o regresso ao “modelo social europeu” fosse possível ou fosse sequer o nosso projeto.

Para avançar seria preciso mudar de rumo e quebrar correntes. Sendo as condições para isso a desidealização da geringonça e a desconstrução do mito do crescimento sustentado a partir da sedução da base eleitoral do PS com a sua própria social-democracia.

ANÁLISE DA GERINGONÇA, A CRISE POLÍTICA CAUSADA PELO PS E AS LEGISLATIVAS 22

NUNO ALEXANDRE

A crise política e as eleições legislativas antecipadas foram causadas pelo Partido Socialista e também de certa forma pelo Presidente da República. O Governo do Partido Socialista, apresentou uma proposta de orçamento de estado que não respondia aos problemas do país e às necessidades do povo português. O setor das artes e da cultura, na proposta de orçamento do governo, só teria direito a 0,25% do OE que equivale a quase nada; O Reforço do SNS nem se viu; a valorização das carreiras dos profissionais de saúde também não se viu na proposta de orçamento; no que toca às leis do trabalho, o PS recusou tirar de lá as leis da troika; o custo de vida aumentou muito mais que os salários e as pensões e já por não falar de que o Governo disse que não se previa no OE nenhuma verba para o Novo Banco e pouco tempo depois acordamos com a notícia de que o Ministro das Finanças, João Leão havia fintado o parlamento e injetou no Novo Banco 317 milhões de euros. O Bloco votou contra o orçamento e bem. O Bloco teve e tem um compromisso com os seus eleitores, com as pessoas que confiaram no partido e não faria sentido o Bloco aprovar um OE que não respondia às necessidades e dificuldades dos portugueses e do país.

A avaliação que faço da legislatura 2015-2019, no período da geringonça, é uma avaliação positiva. A esquerda fez bem em entender-se e fizemos bem em afastar Passos Coelho e Paulo Portas. Com a força da maioria dos portugueses conseguimos derrubar o governo da troika e da austeridade e de facto o país melhorou durante a geringonça. Graças à força que os portugueses atribuíram ao Bloco foi possível aumentar salários, proteger pensões, manuais escolares gratuitos; baixar os impostos sobre o trabalho; passes dos transportes mais baratos e menos precariedade. E não se foi mais longe porque o PS não quis. Os portugueses gostaram da geringonça, e isso viu-se em 2019 porque a direita teve uma derrota histórica.

António Costa e o PS, já em 2019, andavam ansiosos por uma maioria absoluta. E agora decidiram criar uma crise política e convocar novas eleições para conseguirem esse objetivo. A verdade é que sim conseguiram. António Costa soube fazer o seu “malabarismo” muito bem. Os grandes grupos económicos, os patrões e os banqueiros mal souberam que o PS teve maioria absoluta fizeram logo uma festa. Vimos até vários banqueiros dizer que o novo governo de maioria absoluta iria trazer benefícios, mas a minha pergunta é traz benefícios a quem? Pois aos trabalhadores e ao povo português não é de certeza. Vimos também pelos resultados apurados destas eleições o crescimento da extrema-direita. O

Bloco deve continuar a lutar contra a extrema-direita e a denunciar todos os esquemas e aldrabices em que Ventura e o seu partido fascista estão metidos. Para além da maioria absoluta, combater a extrema-direita vai ter de ser um dos nossos objetivos durante estes anos.

O Bloco teve um mau resultado nestas eleições, mas camaradas baixar a cabeça à luta é que nunca. Vamos e temos de continuar a lutar. Vamos e temos de continuar a estar ao lado de todos os portugueses. Continuaremos a estar em cada rua, em cada fábrica e em cada empresa a ouvir os portugueses. Devemos continuar ao longo destes anos a fazer também mais iniciativas. A Luta vai ter de continuar. Não desanimemos camaradas. Vamos continuar a lutar por um país e uma sociedade mais justa e solidária onde o racismo; o fascismo; a xenofobia, a homofobia, o machismo e as discriminações não sejam toleradas. Vamos continuar a lutar por uma Europa mais solidária com os povos. Temos muito trabalho pela frente. Vamos à luta camaradas com a cabeça sempre levantada!

POR UMA ESQUERDA CONSEQUENTE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

ANTÓNIO SOARES, BÁRBARA PINTO, BEATRIZ VIEIRA, BEATRIZ SOUSA,
CRISTIANA CARVALHO CRISTIANA MESQUITA, EDUARDO COUTO, FILIPA
VIEIRA, FRANCISCA MATOS, GIL RIBEIRO, HELENA MARTINS, DANIEL SILVA,
DUARTE GRAÇA, TOMÁS NERY AMARAL, RITA CARDOSO

Apesar de se encontrar cada vez mais afastada da realidade concreta em que se insere, a academia continua a desempenhar um papel decisivo na reprodução e na transformação da nossa sociedade. Como tal, o movimento estudantil, refletindo o espírito geral dos sujeitos políticos que lhe dão corpo e forma, espelha as contradições sociais resultantes do desenvolvimento do sistema económico e social no qual se desenrola a sua ação.

Em Portugal, o estado inerte que tradicionalmente caracteriza o nosso movimento estudantil pós-revolucionário, para além de ter sido uma peça central no enfraquecimento das demais formas orgânicas de organização política dos trabalhadores, contribuiu, simultaneamente, para o reforço da hegemonia política e cultural com que o neoliberalismo tem vindo a influenciar o nosso Ensino Superior.

Da nossa parte, enquanto ativistas, este cenário deve-nos convidar a refletir sobre o atual estado de coisas e, conseqüentemente, a pensar e implementar estratégias transformadoras. Afinal de contas, como nos alertava José Mário Branco, “se soubermos ver nos sonhos o processo, os passos para trás não são um retrocesso”.

Forjada por um modelo organizativo excessivamente informal, e embalada pelo paralisante “elixir da eterna juventude”, a estratégia de navegação à vista não nos tem permitido disputar as associações de estudantes e demais espaços de representação institucional, nem muito menos galvanizar um movimento estudantil há demasiado tempo reduzido, em larga medida, às atividades lúdicas e ao desenvolvimento de competências.

Para que esta realidade mude, não podemos ficar condicionados por uma praxis conservadora, assente na mera distribuição de panfletos ou insequente pintura de novos murais. Precisamos de estruturar a nossa organização interna, no que aos jovens diz respeito, para dinamizar o movimento estudantil tanto no plano representativo, como no plano da organização coletiva e estruturação interna do movimento.

Por um lado, não nos podemos conformar a uma singela disputa institucional, apresentando listas para os órgãos das faculdades cuja ação reivindicativa se esfuma no dia imediato ao ato eleitoral. Temos que perspetivar a presença em órgãos universitários como ferramenta de um pro-

jeto de transformação, dando visibilidade às preocupações e lutas da comunidade estudantil.

Paralelamente, não podemos deixar de enfrentar o desnorte estratégico da esquerda em relação à organização do movimento estudantil, evidenciado pela postura parasitária em relação a novos movimentos que vão surgindo, a pulverização inconsequente de novos coletivos estudantis, a procura de uma horizontalidade associativa de cariz pós-político ou a incapacidade em construir novas maiorias sociais. É fundamental compreender o valor de uma estrutura sólida e da procura de uma base alargada para a construção de um coletivo estudantil, que se proponha a induzir a consciencialização política dos estudantes menos politizados.

Inicialmente, urge encetar um debate profundo, envolvendo qualquer camarada interessado neste tema, sobre aquilo que o BE pretende dos seus jovens militantes, enquanto membros ativos na construção de um projeto social emancipatório, no qual se assuma a alteração do cariz maioritariamente burocrático de alguns órgãos do BE, em órgãos de natureza verdadeiramente política, onde o trabalho desenvolvido não se esgota em cada mandato, e a promoção de alegados “quadros” não seja um fim em si mesmo.

Inserindo esta temática no plano geral de intervenção do BE, resta-nos constatar que a permeabilidade eleitoral do partido em relação às aclamadas “circunstâncias” resulta da incapacidade do partido em fortalecer as suas bases. Assegurar a resistência do BE, no longo prazo, passa por aqui: reforçar o papel pedagógico e de influência do nosso partido, enquanto agente político capaz de criar as condições para uma revolução no nosso movimento estudantil, transportando essa chama irreverente e insubmissa até às demais lutas sociais.

ECOFEMINISMO – CONTRA TODAS AS DISCRIMINAÇÕES, PELA DEFESA DO PLANETA, PELA PAZ

ANA SARTÓRIS, ANA SOFIA CORTES, ANTÓNIO RAMOA, ANTÓNIO RICARDO, ANTÓNIO SOARES LUZ, CARLOS MARQUES, CARLOS SILVA, DIOGO BORGES, ELISA ANTUNES, ESMERALDA MATEUS, GABRIELA MOTA VIEIRA, HIGINO MAROTO; ILDA AFONSO, JORGE MARTINS, JORGETE TEIXEIRA, JOSÉ LOPES, LUÍS GOMES, LURDES GOMES, LUÍS LOPES, MANUELA TAVARES, MARIA CONCEIÇÃO ANJOS, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, MÁRIO TOMÉ, PAULO GOMES, PEDRO AMORIM, ROSÁRIO VAZ, RUI CORTES, SÍLVIA CARREIRA E VITOR TOJEIRA

É a partir da década de 70 do século XX que o termo “Ecofeminismo” surge associado aos emergentes movimentos de defesa da Terra ligando a opressão sobre as mulheres aos maus tratos infligidos à natureza. Este conceito tem vindo a fazer cada vez mais sentido num mundo onde a saúde do Planeta se degrada assustadoramente e se torna urgente a tomada de consciência do que isso pode significar para a sobrevivência das espécies, entre elas a humana.

Às mulheres, ligadas à terra desde tempos ancestrais, provendo ao sustento das suas famílias através da recolção de alimentos, agricultura, pastorícia e até da caça, deve caber um papel decisivo na procura de um equilíbrio entre natureza e economia, na senda de um desenvolvimento sustentável que preserve o futuro. As mulheres têm nas mãos esse poder de defesa e transformação do mundo, opondo-se ao modelo patriarcal de opressão numa perspetiva ecológica e de desenvolvimento que procure novas respostas na preservação do meio ambiente e por melhores condições de vida.

O patriarcado, a colonialidade e a destruição do planeta estão ligados ao capitalismo, sendo que a crise ecológica planetária constitui o capítulo mais recente da história global deste sistema.

Mas as alterações climáticas não afetam de forma igual toda a população. As suas consequências atingem com maior violência as pessoas e as regiões que menos têm contribuído em termos das emissões de CO₂. Do mesmo modo, nos países ricos, são as populações racializadas e de baixo rendimento, e os grupos mais vulneráveis dentro destas populações, (mulheres e crianças em particular), que carregam os maiores fardos da degradação ambiental.

Numa visão histórico-materialista da mudança ambiental, a ecologia política feminista introduz uma visão clara de como esta situação decor-

re da interseccionalidade de opressão: classe, “raça”/etnia, colonialidade, género e espécie, que têm origem na convergência histórica do patriarcado com a sociedade capitalista.

A perspetiva ecofeminista socialista e interseccional pressupõe um horizonte de justiça social que tem de enfrentar não apenas as discriminações, exploração e alienação, mas também todas as formas de violência contra as mulheres e meninas, entre outras, doméstica, sexual, obs-tétrica.

Só a paz é propícia a um ambiente saudável, a uma vida com qualidade.

Não podemos ignorar o conflito armado que se trava na Ucrânia. Repudiamos veementemente a invasão deste país pelo exército russo, erguendo-nos contra todos os conflitos armados que surgem pelo mundo, insuflados pela ganância capitalista e sede de poder das grandes potências, que destroem o ambiente, as cidades, o património histórico, separam famílias, geram a fome e doenças, acendem ódios, afetam as vidas de milhares de seres, gerando outro flagelo que é a fuga das pessoas em ondas de refugiados, depois acumulados dentro de cercas de arame farpado, vivendo sem condições mínimas de salubridade e dignidade, sujeitos ao tráfico de seres humanos, às violações, à prostituição forçada.

As mulheres, as crianças e as pessoas mais velhas, LGBTQIA+ e racializadas são as mais atingidas numa sociedade patriarcal eivada de estereótipos machistas, onde a elas cabe a retaguarda e eles são enviados para sustentar as guerras, matar, destruir, morrer, dando azo ao aparecimento de nacionalismos de extrema direita numa perpetuação do ódio.

O sistema capitalista e patriarcal, nomeadamente o imperialismo norte-americano, alimenta-se da guerra, da corrida ao armamento, sustentada pela NATO ansiosa por alargar a sua área de influência, mas também por Putin ávido por ressuscitar uma Rússia imperial.

Erguemo-nos nas lutas pela igualdade de direitos, por uma sociedade justa, por melhores condições de vida, por um planeta despoluído, contra a dupla exploração da força de trabalho, contra o domínio do patriarcado, contra a violência a vários níveis, contra todas as discriminações.

ISSO PASSA-NOS COM A IDADE?

SAMUEL CARDOSO

Com os olhos postos no futuro, devemos pensar como queremos sair de uma situação política e social que nos deixa cada vez mais fragilizados e fragilizadas. Passar ao ataque implica disputar a definição dos termos dos debates, não nos deixando subjugar pelos media, com base num plano estratégico de transformação das relações e das formas de produção.

Demonstrar as insuficiências e contradições do centro e da direita é necessário, mas é preciso muito mais. É preciso a esquerda ter o seu próprio programa de transformação radical do mundo, é preciso falar dele e dar-lhe expressão política em tudo o que faz.

A titubeação social-democrata é um beco sem saída. Coloca a esquerda na posição frágil de discutir a melhor gestão dos problemas socioeconómicos sem lhes responder na base. Há, por exemplo, uma ponta de verdade na afirmação reacionária de que “se taxarmos fortemente as empresas privadas, elas poderão deixar de investir em Portugal ou fazer mesmo um boicote ao país”. A resposta deve ir bem para além da denúncia dessa possibilidade como a chantagem que é – a resposta deve ser a defesa da nacionalização de todos os setores estratégicos da economia e da construção de uma soberania alimentar e energética assente no poder popular.

A necessidade de ter uma proposta radical para a organização económica torna-se ainda mais premente num contexto em que os frágeis equilíbrios ambientais do planeta são colocados em causa pela destruição realizada em nome da “economia”, ou seja, da acumulação de capital. O ecossocialismo não pode ser uma proposta bonita para amanhã, tem de ser um plano de transição concreto para hoje. É preciso recolocarmos no nosso vocabulário de todos os dias termos como anti-capitalismo, socialismo, ecossocialismo, nacionalização, socialização, exploração, autosuficiência, substituição de importações, transição económica ou poder popular.

Não existirá nenhuma sociedade em que valha a pena viver que não tenha de passar por momentos de rutura, que não tenha de ser atravessada por uma revolução ou revoluções. As revoluções são difíceis e incertas, e podem vir a metamorfosear-se em algo totalmente diferente dos princípios com que foram sonhadas: as portas escancaradas à liberdade e ao sonho da Revolução de Outubro deram lugar ao estalinismo e ao enfraquecer da potência emancipatória da revolução socialista. Muito pode correr mal, e temos de aprender com os erros, mas sem nunca abdicarmos de lutar por viver e deixar a quem vier a seguir uma terra sem amos.

Há alguns dias morreu Alain Krivine, que brincou com a ladainha do “Isso Passa-te com a Idade” para nos dizer que a esperança num futuro

realmente diferente não é só uma história bonita em que acreditamos na juventude e da qual nos vamos afastando à medida que “crescemos”, mas é sim um compromisso de vida. Nas últimas décadas, a política virou à direita: a direita radicalizou-se, o centro direitizou-se, a esquerda social-democrata virou ao centro e a esquerda radical assumiu posições moderadas. Numa fase de regressão de direitos sociais, seria expectável que assim fosse. Invertermos esta tendência, reclamarmos tudo para quem tudo produz, exigirmos o fim do capitalismo e do colapso climático, é cada vez mais do mais elementar bom-senso.

Ou, como nos diz José Mário Branco, temos de tentar mais vezes. As que foram precisas.

Nos anos 20 do século do mesmo nome, para tentar deter o flagelo social da sífilis, que dizimava pobres e exércitos, o biólogo alemão Ehrlich fechou-se no laboratório.

Tentou uma experiência e falhou. Tentou duas, falhou.

Três, quatro, cinco, seis – falhou sempre.

Até que conseguiu um tratamento – chamou-se “tratamento Ehrlich 606”.

Mas ainda não conseguia curar a doença sem matar o doente. Então Ehrlich continuou, mais uma, e outra, e outra. A cura, finalmente conseguida, chamou-se “Ehrlich 914”.

Quantas vezes já tentámos nós?

— novecentas e catorze? ainda não!

— seiscentas e seis? ainda não!

mas talvez... quem sabe

dez? vinte?

qual é o preço da esperança?

EM DEFESA DO EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

JORGE MARTINS

A pandemia da CoViD-19 e a invasão russa da Ucrânia tornaram evidente a importância da UE. Com todos os seus defeitos, esta permitiu, nos seus quase 65 anos de vida, manter a paz e a prosperidade num continente que, na primeira metade do sec. XX, foi arrasado por dois mortíferos conflitos mundiais nele originados. Contudo, apresenta várias debilidades, desde logo porque os interesses de vários dos seus Estados e respetivas elites políticas, económicas e financeiras tendem a sobrepor-se ao interesse comum, de que a chamada crise do Euro, que levou à intervenção de “troikas” em vários países da UE, constituiu um triste exemplo. Também a falta de participação democrática dos povos no processo de integração tem contribuído para a alienação de grande parte destes, em especial das classes mais populares, vítimas das políticas austeritárias das instituições europeias. Daí resultam consequências nefastas, como o Brexit e o reforço de formações eurocéticas reacionárias de extrema-direita. Os erros estratégicos da UE, colocaram-na na dependência das três grandes potências imperialistas da atualidade. Assim, depende militarmente dos EUA para a sua defesa, da Rússia para o seu abastecimento energético e da China para grande parte da produção industrial dos bens que consome. A crescente agressividade russa, traduzida no seu ataque à Ucrânia, levou os países da UE a perceber que a sua dependência do gás natural e do petróleo russos a tornava refém do regime de Putin. A disposição de deixar, progressivamente, a dependência energética de Moscovo é positiva. Porém, a ameaça na fronteira leste tende a reforçar a NATO e, portanto, os EUA, ao mesmo tempo que, preocupada com a Rússia, vai deixando a China consolidar as suas posições no mundo.

Entretanto, a agressão da Rússia à Ucrânia levou os países europeus a decidirem-se por uma política de rearmamento, traduzida no aumento dos gastos com a defesa, com destaque para a Alemanha, que sempre havia recusado essa opção. Daí que, para manter a paz no continente, seja necessária a criação de uma política comum nesta área, de carácter exclusivamente defensivo, que evite choques entre os Estados membros e dissuada potências estrangeiras (em especial, a Rússia) de alguma aventura militar contra um ou mais dos países da UE. Este conflito mostrou, ainda, que a UE foi capaz de acomodar um grande número de refugiados ucranianos. É essencial que a mesma atitude seja tomada face a refugiados de outras cores e de outras geografias, que fogem, igualmente, de guerras mortíferas e perseguições políticas e religiosas de toda a ordem.

A UE defronta-se, igualmente, com outros desafios importantes, como as alterações climáticas, que exigem uma transição energética a curto

prazo. A necessidade de pôr fim à dependência energética da Rússia e de outros regimes autoritários, como a anacrónica monarquia saudita, poderá acelerá-la, mas é essencial minimizar os impactes que terá ao nível do emprego. Para fazer face a estes, a UE precisa de redefinir grande parte das suas políticas, em especial as que foram vertidas nos tratados de Maastricht e no tratado orçamental, embora este último não integre o acervo comunitário. Durante a pandemia, foi necessário suspender as rígidas regras aí previstas e o mesmo deverá acontecer na crise energética e alimentar que já aí está, exacerbada pela guerra e pelas sanções que impendem sobre a Rússia, embora o reaparecimento da inflação possa levar os “falcões” do ordoliberalismo a pressionar as instituições europeias no sentido do seu cumprimento estrito por parte dos Estados membros. No quadro do Eurogrupo The Left e do Partido da Esquerda Europeia, o BE deve assumir a defesa da alteração destas políticas que em nada contribuem para o bem-estar dos povos e para a adesão destes ao ideal de uma Europa livre, solidária e sustentável, de acordo com o que Miguel Portas designava por europeísmo de esquerda.

O FUTURO PODE SER O QUE NUNCA FOI

CLÁUDIA AFONSO, CRISTIANA MESQUITA, EDUARDO COUTO, JOÃO MATOS, JOÃO MONIZ, TIAGO PAIVA, TOMÁS NERY AMARAL, RENATA MALTA, VIRGINIA MATOS

O desaire eleitoral que a esquerda, em geral, e o Bloco de Esquerda, em particular, sofreu nas últimas eleições legislativas deve-nos convidar a refletir sobre o caminho traçado até aqui, procurando fugir às tradicionais justificações mecânicas de quem, derrubado pela realidade, ambiciona culpar as “circunstâncias”, esse conceito expurgado de significado político, pelo rumo eleitoral do nosso partido.

Face à encruzilhada histórica em que a esquerda internacional se encontrava aquando da fundação do BE, a necessidade de reinventar o movimento socialista, procurando não repetir os erros do passado, levou-nos a “empurrar com a barriga” as discussões de fundo sobre a organização do movimento, e a sua relação com os restantes sujeitos políticos do nosso campo social. Transformou-se, desta feita, a necessidade histórica de escapar das experiências do chamado “socialismo real”, num fator de imobilismo a longo prazo. A falsa dicotomia, criada, entre um sindicalismo arcaico e asfixiante, e uma organização laboral inorgânica e de “nicho”, condicionou a nossa visão sobre novas alternativas para esta problemática concreta.

A discussão sobre modelos de sociedade antagónicos deu lugar a um debate excessivamente técnico, em que o nosso projeto de superação do capitalismo foi secundarizado em detrimento de um modelo de partido assente na reivindicação dos detalhes e no mero sindicalismo do dia-a-dia.

Tornámo-nos, talvez, reféns de uma linha política que se ramificou em causas, paralisando a capacidade de pensar e de agir, tão necessária à concretização prática daquilo que dizemos ambicionar: um projeto progressista de sociedade. Hipnotizámo-nos pelos símbolos que implementam somente uma diversidade superficial nas organizações, cunhando eufemismos inofensivos para descrever uma realidade social tão dura e agreste que não estamos a conseguir interpretar e traduzir em respostas de alteração profunda da vida do povo português. Um ideário socialista que se atualiza face aos cursos mundiais, na exata medida dos seus princípios socialistas, feministas, ecologistas e antirracistas, não deve nunca sulcar caminhos que enfatizem as diferenças entre todas e todos nós, mas antes compreender que todas as opressões derivam de uma mesma opressão: a exploração do povo que trabalha.

Assim, e reconhecendo que nos cabe, hoje mais do que nunca, a exi-

gência de futuro, abandonando a administração defensiva do outrora conquistado, isto é, a garantia do pouco ou do mal menor. Este movimento transformador não será caucionado pelo retorno à lei laboral de Vieira da Silva, em vigor até à chegada da Troika. Essa mesma lei, recordamos, foi amplamente criticada pelo nosso partido aquando da sua implementação, no primeiro Governo Sócrates, justamente por assistirmos, então, a mais um recuo nos direitos, garantias e conquistas laborais de um século de liberdade crescente que nos foram apresentadas como uma prisão que impede os trabalhadores do pleno usufruto da riqueza que produzem.

Por isso lançamos a proposta da semana de quatro dias de trabalho integrada numa lógica de redução da jornada laboral para as 35 horas para todos. A redução da semana laboral, sem qualquer corte nos salários, é uma extensão do histórico projeto político do movimento operário organizado. É, acima de tudo, uma proposta de fundo que vai ao centro das relações sociais do capitalismo.

Relevante é também a premissa de que tal revolução só poderá ocorrer se o contexto laboral for assumido como lugar de politização. Ao contrário do defendido pela direita e pelo PS, a política não fica à porta do emprego. Importa que saibamos transformar aquilo que é visto como necessidade, num espaço de disputa e de alternativas. Lutemos, então, pelo socialismo.

REGIONALIZAÇÃO, UMA CAUSA DO BLOCO

JORGE MARTINS

No dia 2 de abril de 1976 foi aprovada a nova Constituição, que consagrou a arquitetura essencial do nosso regime democrático. Contudo, quase meio século depois, há uma disposição constitucional que continua por cumprir: a criação das regiões administrativas no Continente português. Tudo porque, depois de duas décadas sem que, por falta de coragem política ou de interesse por parte de quem nos governou, elas tivessem sido criadas, um acordo de revisão constitucional entre PS e PSD, assinado, em 1997, por António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa, passou a condicionar a sua instituição em concreto à sua aprovação em referendo nacional. Em 1998, um mapa das regiões pouco coerente do ponto de vista territorial foi referendado e “chumbado” por grande maioria. Para muitos, essa derrota significou o “enterro” da regionalização e o tema passou a ser tabu. Por isso, Portugal é um caso singular de centralismo no seio da UE, sendo, juntamente com a Bulgária, um dos países com mais de 4 milhões de habitantes que não possui um nível administrativo intermédio entre os poderes local e regional, exceção feita às regiões autónomas insulares.

Contudo, a perceção dos problemas causados pelo centralismo, que se reforçou após a consulta referendária, levou a que ele voltasse à agenda política, mesmo se os partidos do “centrão” mantêm a atitude que sempre tiveram relativamente à questão: são favoráveis, no discurso, quando estão na oposição, mas limitam-se a procrastinar quando chegam ao poder, entretendo-se com manobras dilatórias e falsas alternativas de cariz municipalista. Daí que, antes do “chumbo” do OE para 2022, que levou à antecipação das eleições legislativas, falava-se na possibilidade de realizar, em 2023, um novo referendo, à qual o PR não se oporia. Isto após uma revisão constitucional que alterasse o regime daquela consulta, que possui, cumulativamente, demasiadas condições para que a regionalização obtenha um resultado favorável.

O quadro político decorrente daquele ato eleitoral é bem menos favorável à causa regionalista que o anterior. Com maioria absoluta, o PS não terá que partilhar o poder com os parceiros à sua esquerda e não estará, por isso, tão interessado numa reforma administrativa que retirará algum poder ao governo central. Por seu turno, é muito provável que a nova direção do PSD, a eleger em finais desta primavera, seja bem menos favorável à causa regionalista que a de Rui Rio ou se revele, mesmo, sua opositora, em especial se assentar nos setores “passos coelhistas”. Algo que se torna mais provável com a extrema-direita a fazer um coro populista contra a regionalização, aliás já audível em alguns discursos do CH e de Ventura. A ele se soma o do CDS, que, apesar de extraparlamentar, adotou a mesma postura e poderá renascer com Nuno Melo. Ainda à direita, a IL mostra-se, em princípio, favorável, mas afirmou ir estudar melhor a

questão. Por seu turno, desconhece-se a posição do PAN, enquanto à esquerda, Livre, PCP e BE são favoráveis, só que estes dois últimos viram as suas representações parlamentares bastante reduzidas.

Por seu turno, os preconceitos enraizados pelo discurso populista em largos setores da população não são fáceis de desconstruir. O “chumbo”, no recente congresso da ANAFRE, de uma proposta a defender a regionalização, ao contrário do que acontecera no da ANMP, é disso exemplo eloquente e preocupante, mostrando a necessidade de uma campanha pedagógica, mas forte, para que essa desconstrução ocorra. O BE tem uma responsabilidade acrescida de marcar a agenda política neste particular, promovendo um conjunto alargado de debates com a sociedade civil, que culminaria na proposta de uma nova lei-quadro da criação das regiões administrativas. Simultaneamente, deverá pressionar PS e PSD para, em sede de revisão constitucional, removerem os obstáculos existentes à respetiva instituição em concreto.

IDEIAS CLARAS

JOSÉ MANUEL DIAS, ÉVORA

Ser anti-imperialista

A invasão da Ucrânia é uma agressão imperialista do “imperador” russo.

Face ao fracasso do sistema capitalista, gerido por uma oligarquia e perante o descontentamento do povo russo, encurralada pela NATO, a resposta é uma invasão e ocupação militar de um país independente por uma potência imperialista nuclear.

Esta situação só vai beneficiar outras potências imperialistas (EUA E China) também elas potências nucleares e com crises nos seus sistemas capitalistas que a qualquer momento e sobre um qualquer pretexto poderão agir da mesma forma.

Perante este quadro de uma crise global do capitalismo, a posição consequente da esquerda deve ser: condenação inequívoca da invasão; luta contra toda a ingerência imperialista no conflito; apoio ao povo ucraniano na luta pela saída de todas as forças militares do país; apoio a todas as iniciativas do povo russo que luta contra a guerra e exigência de um acordo de paz e defesa europeu por todos os estados (Rússia incluída) em que seja salvaguardada a integridade de cada país e a defesa contra qualquer agressão externa.

Ser antifascista

Face ao avanço da extrema-direita, a nível internacional e nacional, temos que desenvolver um combate implacável na rua e no parlamento contra todas as medidas que de mansinho se tentem introduzir tendo em vista a redução dos direitos dos trabalhadores, desempregados, minorias de qualquer natureza.

Para esta luta devem ser chamados todos os setores democráticos, numa frente ampla, sem qualquer sectarismo.

Ser anticapitalista

As diversas crises do capitalismo (a crise permanente) têm vindo a agravar as condições de vida de milhões e a engordar cada vez mais uma cada vez mais reduzida classe de parasitas. A globalização se por um lado possibilita o expansionismo económico, por outro provoca uma luta pela hegemonia entre as diversas potências pelos mercados extractivistas das matérias-primas, das comunicações, das fontes de energia e pela sofisticação do aparelho militar.

Esta luta desenfreada provoca uma degradação dos recursos e con-

duz a uma crise climática que por sua vez torna insuportável a vida animal. As vítimas são todos os seres vivos.

É o sistema capitalista o responsável por esta degradação e só há uma forma de alterar esta situação lutando por um sistema de desenvolvimento sustentável, respeitador do clima e das diversas formas de vida. Ou seja temos que ser contra o capitalismo.

Ser socialista

Devemos defender o socialismo como alternativa ao capitalismo sem qualquer ambiguidade. O que nos deve envergonhar são aqueles que arvorando-se em defensores do socialismo o meteram na gaveta (PS) e os que usurparam o poder não para destruir o sistema capitalista mas sim para reforma-lo e através da oligarquia dominante (ditatorial) subjugar o povo trabalhador e desta forma atraiçoar a luta de milhões de trabalhadores.

O caminho a que nos conduziu a procura de franjas do eleitorado do PS para crescer falhou ao primeiro embate. Não só não conseguimos diminuir a influência do PS (maioria absoluta) como o argumento que era através da melhoria das condições de vida que se afastava a direita do poder levou ao crescimento da direita e extrema-direita. Estas duas evidências provam por um lado que se não existem diferenças substanciais (acordo da geringonça) muitos eleitores optam pelo mais forte e perdemos aqueles que não se sentem defendidos perante uma crise que cada vez os torna mais excluídos das poucas benesses distribuídas.

Só uma luta esclarecida pelo socialismo pode evitar franjas significativas de trabalhadores, desempregados e minorias sociais caíam nos braços das forças da extrema-direita fascista e da direita fofinha. É nas empresas, bairros, ruas e organizações sociais que devemos centrar a nossa atividade, com apoio do grupo parlamentar e em unidade com outros partidos políticos da esquerda parlamentar e não parlamentar sem sectarismos. Quer nas lutas economicistas quer nos direitos devemos desmascarar o sistema capitalista como o responsável e apontar a solução socialista. Esta posição inicialmente pode ser radical e não mobilizar franjas do eleitorado PS, contudo é aquela que pode trazer uma consistência política alternativa.

Partido/movimento para quê?

Instrumento de luta

O partido/movimento não deve ser um fim em si mesmo mas antes um instrumento ao serviço da luta política em todos os seus domínios.

Deve estar embrenhado em todo o tecido social por forma a sentir o seu pulsar e estar ligado a realidade dos problemas concretos. Deve ser um ser atuante e catalisador do sentir dos seus membros respeitando as suas opiniões. Deve ter uma vida democrática de alta intensidade.

Suporte de apoio as representações partidárias

Deve ser um instrumento de apoio ao trabalho institucional do poder (parlamento, autarquias, etc.) mas o seu foco deve ser centrado no apoio a organização das lutas no terreno (empresas, ruas, bairros, associações, movimentos sociais). O partido/movimento deve estar permanentemente preparado para distinguir as lutas que pode encabeçar e aquelas que deve apoiar quando as situações políticas diversas assim o exigiam.

Escola de formação

O partido movimento deve promover a formação política de todos os seus membros pois só assim poderá garantir que todos estejam preparados para a luta e o confronto político.

Democrático

Deve ser exigente e rigoroso na defesa da democracia no seu funcionamento e no cumprimento dos estatutos.

Impedir que os seus membros não possam votar ou ser eleitos a não ser por sanções disciplinares já decididas.

MOVIMENTOS SOCIAIS NÃO SÃO MEROS INSTRUMENTOS DO PARTIDO

JOSÉ ANTÓNIO GUERRA

Movimentos sociais podem desenvolver-se de várias formas, ou não. Pode ser uma luta num bairro ou pode ser a luta toda contra o governo e o estado.

Uma e outra vez, já se tornou evidente que quando os partidos começam a tentar controlar os movimentos sociais (compostos por gente de diferentes partidos e sem partido que se une por uma causa), acabam sempre a afastar uns e ser afastado noutros. Resultado: derrotas em grande parte dessas lutas.

É importante que os aderentes (ou militantes), militam ativamente nos movimentos sociais, que aí estejam como militantes socialistas ativos.

Um partido organizar-se para intervir num movimento social não é solidariedade, mas sim oportunismo, sem beneficiar a luta que se trava, ou o partido que de uma forma pouco socialista tenta controlar o que devia ser um espaço de discussão, debate e aprendizagem comum.

Só na diversidade a unidade terá sentido.

Os movimentos sociais merecem respeito.

O nosso partido parece tóxico com os movimentos sociais que lhe parecem servir só para aparecer na mídia como único protagonista das lutas comuns.

Destacar funcionárixs em movimentos sociais só para fazer número e alterar decisões de assembleias, não é socialismo, mas controleirismo.

Está na hora de um balanço sério sobre a nossa intervenção em movimentos sociais. Em quantos participamos, quantos aderentes participaram, que funcionárixs participaram. Que resultados obtemos?

CONTRIBUTO

ANTÓNIO CASTELA, LISBOA

A ação sindical das organizações de Trabalhadores, nomeadamente, os sindicatos diferencia-se pela sua ligação nos próprios locais de trabalho aos profissionais que representam, distinguindo-se assim do das organizações externas, generalistas, transversais que, também por outros motivos não tidos agora aqui, acabam, como se constata, mais afastadas da realidade sentida e vivida nos locais de trabalho.

É ao nível do local de trabalho que melhoram se expressam as necessidades e as expectativas daqueles que, individual ou coletivamente, para si e para as suas famílias, anseiam ver satisfeitas as carências de sobrevivência, de saúde, de educação, de formação, de justiça, de segurança, etc..., que os Estados Sociais têm, por princípio solidariamente, como dever constitucional.

Mas na realidade o Estado não é homogéneo. Ele é constituído por agrupamentos sociais diversos que intervêm nas diferentes estruturas políticas e administrativas da organização estatal, na representação e defesa dos interesses específicos dos seus membros, interesses díspares e até antagónicos e por isso tendentes ao litígio e ao conflito entre eles.

As organizações de Trabalhadores, particularmente as organizações sindicais, são a expressão de excelência das estruturas representativas e de defesa solidária dos interesses coletivos e específicos dos Trabalhadores. Mas também elas estão sujeitas à pressão daqueles vários interesses societários, dando lugar ao aparecimento de organizações de espectros políticos diferenciados, alguns até inimigos dos interesses dos Trabalhadores.

Mas se assumimos que é ao nível do local de trabalho que se expressam as necessidades e expectativas dos Trabalhadores, é também no próprio local de trabalho que em primeiro lugar se desenvolvem os litígios pela falta de concretização destes anseios e pela forma como os mesmos se refletem nas medidas e nos instrumentos de política que ali se desdobram, litígios que requisitam a intervenção solidária, coletiva e organizada dos Trabalhadores associados nas suas organizações, sindicais e outras, para reivindicar aquilo que é comum nos seus interesses.

É neste contexto que as organizações dos trabalhadores, particularmente os sindicatos, são determinantes para, em primeiro lugar, tratar dos conflitos que se desenvolvem nos locais de trabalho com os seus associados – todo o problema tratado, mesmo que temporariamente não resolvido, cria credibilidade na ação e demonstra a razão de ser da solidariedade coletiva e da organização como instrumento de defesa dos interesses comuns.

Mas é também no contacto direto com os Trabalhadores, na sua auscultação, no seu esclarecimento e informação, que estas organizações podem, e devem, desenvolver uma segunda, mas tão mais importante ação – a da sensibilização, consciencialização e formação dos Trabalhadores e da opinião pública em geral para a expressão e os mecanismos de domínio por parte do Poder dos possidentes, da exploração do Trabalho e da satisfação das necessidades políticas e sociais de toda a sociedade.

O Bloco, os seus militantes, como militantes organizados num partido político com uma visão de esquerda da organização política social da sociedade, têm também intervenção no Trabalho e com os Trabalhadores, desde logo porque também o são e também estão associados nas suas diversas organizações.

E nesse sentido o Bloco deve intervir não só no quadro da organização legislativa, ou no apoio direto às manifestações de luta dos Trabalhadores, mas também diretamente na sua organização, nomeadamente a sindical, e na organização das suas lutas.

Para isso, não podem os militantes ativistas nas organizações de trabalhadores agirem isoladamente. Precisam de organização por sectores de atividade para debaterem e encontrarem respostas comuns para problemas comuns, independentemente da organização do trabalho em que se encontrem associados.

É por isso, que proponho que sejam ativadas e eleitas as Coordenadoras do Trabalho distrital de Lisboa e nacional.

CONTRIBUTO

LUÍSA SANTOS, AMÉRICO CAMPOS E NELY AZEVEDO

Após a pesada derrota nas últimas eleições, o que importa agora é refletir sobre o caminho que devemos seguir no futuro.

Propostas para melhorar a nossa estratégia política:

Precisamos de ter uma posição clara em relação à União Europeia.

Na União Europeia devemos lutar pelos mesmos objetivos que lutamos em Portugal: Democracia, Liberdade e Socialismo.

Se a Democracia e Liberdade são dados adquiridos na generalidade do espaço europeu, embora com algumas nódoas persistentes em alguns países do Leste, a luta pelo Socialismo está tanto ou mais atrasada na União Europeia, como está em Portugal. Isso não nos deve impedir, em conjugação com a Esquerda Europeia, de lutar por uma Europa dos trabalhadores, em oposição à Europa capitalista que temos hoje. Mas não nos iludamos, estamos condenados a pertencer a este espaço político-geográfico e não existe qualquer alternativa credível no horizonte.

A ameaça imperialista russa tende a consolidar o projeto político europeu, como alternativa à barbárie. Resta-nos lutar por dar um cariz mais de esquerda a esse projeto.

Portugal entrou mal no Euro e isso tem condicionado o anémico desenvolvimento económico do nosso país. Mas sair agora seria catastrófico para os trabalhadores, em especial para os que contraíram empréstimo para a habitação. A moeda substituta seria desvalorizada pelo menos 50%, o que significa que os trabalhadores passariam a ganhar nominalmente metade do salário e passariam a pagar o dobro pelas casas. Como isso inviabilizaria a sua capacidade de pagamento, os bancos iriam à falência e a economia entraria em colapso e demoraria muitos anos a recuperar.

Sendo assim, só nos resta exigir mais contrapartidas de Bruxelas, para compensar as perdas da economia com a entrada para o euro, extemporânea e mal calibrada.

A agressão do regime fascista russo à Ucrânia lançou o pânico em muitos países próximos, que receiam serem as próximas vítimas do imperialismo russo.

Neste contexto, Putin prestou uma preciosa ajuda à NATO, que estava bastante descredibilizada, antes desta guerra. Agora ficou bastante mais legitimada aos olhos de muitos europeus, que vêm nela a última barreira contra as hordas fascistas russas.

Por isso, vai ser mais difícil, para nós, denunciar o carácter imperialista da NATO, bem como o armamento de muitas potências europeias, em especial a Alemanha, bem como o reforço da posição dos EUA na defesa europeia.

Isso não nos deve impedir de lutar contra o imperialismo da NATO e dos EUA. Em contrapartida, devemos depender de nós, europeus, e não dos americanos para nos defendermos das ameaças externas, designadamente do imperialismo russo.

Por outro lado, precisamos de atualizar a nossa posição sobre o PCP.

O PCP despreza o Bloco na razão inversa do seu amor por Putin.

O ditador russo reúne em si alguns dos maiores defeitos da espécie humana. É psicopata, assassino, defensor do capitalismo selvagem, nacionalista, czarista, fascista e estalinista.

É por causa desta costela estalinista, que os ditos cujos gostam dele.

A invasão da Ucrânia mudou o mundo e também mudou a política em Portugal. A partir de agora, quanto mais nos aproximarmos do PCP mais teremos a perder.

Claro que o PCP, na sua imensa insensatez, vai facilitar o nosso afastamento, pois o que eles querem do Bloco é distância.

Em suma, infelizmente não poderemos contar com o PCP para os combates de esquerda que temos pela frente e teremos de adaptar a nossa estratégia a esse facto.

Melhorar e aprofundar o trabalho local.

Só o enraizamento e organização locais podem dar garantias de contacto com a população e perceção das lutas sociais que se vão travando um pouco por todo o país.

Além disso, o Bloco só terá profundidade e consistência quando tiver mais organização local.

PROPOSTAS PARA MELHORAR O NOSSO FUNCIONAMENTO E OS NOSSOS RESULTADOS

AMÉRICO CAMPOS E LUÍSA SANTOS

1. Desmascarar as práticas liberais e sociais-democratas do PS. Só um Bloco mais forte poderá ser determinante no futuro do país. Temos de aspirar a sermos mais do que um parceiro menor do PS, temos de ambicionar substituir o PS como alternativa democrática de esquerda socialista.

O espaço político, tal como a Natureza, tem horror ao vazio. O vazio deixado no espaço socialista pela traição do PS tem de ser ocupado por nós. Para isso, temos de moderar o nosso discurso, para podermos chegar a mais pessoas, mas sem abdicar do socialismo, deixado órfão pelo PS.

Neste balanço entre os nossos princípios socialistas e a vontade popular residirá o segredo do nosso sucesso. Ou seja, as nossas propostas têm de ser aceites pelo povo para serem operacionalmente ativas.

Temos de nos preparar para uma oposição de esquerda ao PS, apresentando propostas alternativas à política capitalista que o PS irá apresentar, agora que não depende da Esquerda para governar.

A nossa estratégia é desgastar o governo e, com isso, recuperar e ampliar o nosso eleitorado natural.

2. Precisamos de disputar o setor intelectual, que é muito importante para ampliar a nossa base eleitoral num setor prestigiante.

O Livre tem apoios muito significativos neste setor, designadamente nos docentes universitários, superando o Bloco, por nosso descuido.

Em 2015, o Livre fez uma aliança com o Tempo de Avançar, onde pontificavam Ana Drago e Daniel Oliveira. Este setor afastou-se, como é público, de Rui Tavares.

É tempo de nos reaproximarmos destes ex-aderentes, bem como de Ana Gomes e outros seus apoiantes.

Se formos bem-sucedidos, estaremos a ampliar a nossa base de apoio em faixas onde o Livre tem prosperado.

3. O Bloco precisa de apresentar uma estratégia de desenvolvimento do país. Entre outras, devemos defender as seguintes 12 medidas favoráveis ao desenvolvimento económico:

3.1. Mais investimento privado e público, em especial deste, com o objetivo de aumentar o emprego e a produtividade;

3.2. Melhorar a qualificação de trabalhadores e empresários;

3.3. Fiscalizar com eficiência a fuga de capitais para paraísos fiscais e penalizar as empresas que a praticam;

3.4. Apoiar as empresas exportadoras;

3.5. Aumentar os salários, mínimos e intermédios, bem como as pensões, para dinamizar a procura interna;

3.6. Apostar mais na tecnologia e no conhecimento;

3.7. Ampliar a rede ferroviária nacional;

3.8. Diminuir o IVA da eletricidade, em especial para as empresas produtivas;

3.9. Usar os bancos do Estado (CGD e Banco de Fomento) para financiar empresas produtivas que contribuam para o desenvolvimento económico, respeitem o clima e os direitos dos trabalhadores

3.10. Favorecer a criação de empresas que desenvolvam o aproveitamento de energias renováveis;

3.11. Substituir o mais possível os veículos privados por transportes públicos. Tanto uns como outros devem ser, cada vez mais, feitos por veículos elétricos ou a hidrogénio, em detrimento dos veículos que usam combustíveis fósseis.

3.12. Na atual fase de transição, em que a maioria dos veículos ainda usam combustíveis fósseis, não podemos ignorar o aumento sistemático e exagerado dos combustíveis.

4. Continuar a dar importância ao trabalho parlamentar, em estreita ligação com as lutas sociais e laborais.

Alguns camaradas dizem que devemos privilegiar as lutas sociais e laborais, que seriam mais importantes que o trabalho parlamentar. É clara a importância dessas lutas, mas elas têm de estar articuladas com os nossos deputados, que deverão estar em contacto com o povo, ouvir os seus anseios e tentar encontrar soluções, no quadro parlamentar.

É preciso não esquecer que o Parlamento é o palco político preferencial onde poderemos confrontar o PS com a sua falta de socialismo e com as nossas propostas para desmascarar essa falta.

RESGATAR A PLURALIDADE, A DESCENTRALIZAÇÃO E A DEMOCRACIA INTERNA PARA A MOBILIZAÇÃO PARTICIPATIVA

ANTÓNIO RAMOA, ANTÓNIO RICARDO, FRANCISCO AMORIM, JORGETE TEIXEIRA, JOSÉ SANTANA HENRIQUES, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, MÁRIO TOMÉ, NUNO MONTEIRO, PAULO GONÇALVES, PEDRO AMORIM, PEDRO DIAS, PEDRO SOARES, RICARDO SALABERT, ROGÉRIO FERREIRA, RUI CORTES, SÉRGIO FILIPE, SÍLVIA CARREIRA, SOFIA LUNA, TEODÓSIO ALCOBIA, TIAGO CARVALHO E VÍTOR TOJEIRA

O secretariado nacional optou pela realização de uma Conferência Nacional para discutir o “Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda”, o que denota que tem consciência de que os aderentes e militantes sentem a necessidade de alterar o rumo estratégico do partido para o que será necessário, obviamente, fazer previamente o balanço político do anterior “rumo estratégico”, ao contrário do que tem sido defendido pelo secretariado nacional, agarrando-se à justificação da brutal derrota eleitoral, antecedida das perdas eleitorais nas legislativas 2019, nas presidenciais e autárquicas de 2019, por razões circunstanciais.

A orientação política que conduziu o partido aos resultados de 30 de janeiro, reforçada pelas alterações no quadro político internacional e nacional e o agravamento da situação social, económica e ambiental, é razão para a necessidade de discutir o rumo estratégico do Bloco de Esquerda. Sem desvalorizar qualquer outra forma de debate prevista nos Estatutos, o “Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda” só poderá ser definido no âmbito de uma Convenção Nacional, na base de um processo de discussão organizado em todo o partido e de eleição democrática proporcional de delegados entre todas as moções que se apresentem para proporem a “Definição do Rumo Estratégico”. Quem alega que a Convenção vira o partido para dentro, está em contradição com a evidência do que se tem passado em convenções anteriores, onde sempre existe uma ampla comunicação das renovadas propostas do Bloco ao país e o seu reforço político junto da opinião pública. Torna-se insensato e temeroso considerar negativa a realização da maior reunião pública do Bloco, o órgão máximo da democracia bloquista.

A Conferência Nacional, por evidente incompatibilidade estatutária e democrática, não pode definir o novo rumo estratégico do Bloco, mas deverá, a partir de um balanço político sério e de fundo, ser a rampa de lançamento da exigência fundamentada de que a necessária definição de um novo rumo venha a ser feita em instância própria, ou seja, a Convenção Nacional. Esse novo rumo deve incluir o resgate da pluralidade, da promoção da cooperação entre sensibilidades, da descentralização

e do inteiro respeito pelos órgãos estatutários, dos núcleos à comissão política, do trabalho de enraizamento na base e da democracia que torne a vida interna do Bloco mobilizadora e inspiradora, expurgada de intriga, ataques pessoais e exclusões. A usurpação das funções da Comissão Política pelo secretariado nacional – que não é um órgão estatutário e por isso não se obriga a ser representativo da pluralidade da Comissão Política e da Mesa Nacional – é um grave sintoma da democracia limitada que se verifica no Bloco.

O Bloco corre o risco de ver todo o seu importantíssimo património político, cultural e moral ser alienado com a continuidade da política de aproximação ao PS numa estratégia de participação, agora a mais longo prazo do que em 2015, num governo neoliberal de fachada social democrata, sujeito aos tratados da UE, em vez de reforçar a capacidade do Bloco para contribuir para o desenvolvimento do movimento social e da luta dos trabalhadores com a finalidade de promover uma profunda alteração do quadro político e a afirmação dum projeto popular ecossocialista. Os tempos que se seguem vão ser de luta não só contra a maioria PS e a guerra imperialista, mas, e por isso mesmo, pela recondução do Bloco à sua matriz fundadora.

É FUNDAMENTAL RETIRAR CONSEQUÊNCIAS DOS RESULTADOS ELEITORAIS

GORETE PIMENTEL, LUÍS MOUGA LOPES, LUÍS PEREIRA, LUÍS SILVA, LURDES GOMES, MANUEL CANELAS, MANUELA FONSECA, MANUELA TAVARES, MÁRCIA CRUZ, MARIA CONCEIÇÃO ANJOS, MARIA DA LUZ LOPES, MARIA ELISA ANTUNES, MARIA JOSÉ MAGALHÃES E MÁRIO FONSECA

Num partido de esquerda que pretende responder à vontade popular, não retirar consequências dos resultados eleitorais obtidos configura uma atitude de arrogância política inadmissível. É essencial retirar conclusões do ciclo de derrotas, ter uma atitude autocrítica que será popularmente valorizada e começar a construir um caminho de polarização à esquerda, porque quem não polariza perde sucessivamente. Um Bloco mobilizado na afirmação do seu programa e claro na definição das suas linhas vermelhas não significa qualquer atitude isolacionista. O que isolou e fragilizou a resistência à bipolarização foi o afunilamento do discurso nas alianças com o PS.

Tudo isto foi sendo paulatinamente desvalorizado nos últimos anos, aproximadamente desde meados da legislatura 2015-2019 quando o Bloco optou por não confrontar o PS com o desafio de um caderno de encargos com novos objetivos até ao final da legislatura, quando começava a ser evidente que António Costa já preparava o golpe contra a esquerda. Em vez disso, a opção de então foi ir às Legislativas de 2019 com um programa único: uma nova aliança com o PS. Em 2022 repetiu-se. Os resultados desta linha são conhecidos.

As prioridades afirmam-se com determinação e não se submetem nem podem depender de acordos de governação. Ganham amplitude na defesa da dignidade das condições laborais e na exigência de revogação da legislação que as diminui, no reforço do investimento nos serviços públicos, em especial no depauperado SNS, na proposta de um serviço nacional de habitação pública que garanta transversalmente o direito à habitação e impeça os despejos de famílias sem alternativa habitacional, nas respostas à emergência climática sem deixar os trabalhadores para trás, na urgência da Regionalização como instrumento para a descentralização, aprofundamento da democracia com comunidades empoderadas, economias locais com circuitos curtos de produção e distribuição. A crítica à UE neoliberal não pode ficar subsumida nos apelos para alianças de maioria, desde logo a exigência da libertação do garrote da dívida e do sistema financeiro sobre a capacidade de aplicação dos recursos públicos.

Na previsão de quatro anos de maioria absoluta do PS, o Bloco deve assumir-se como oposição parlamentar influente, mobilizadora e não apenas fiscalizadora, tendo como objetivo principal deslocar a sua ação polí-

tica para fora, exprimir anseios e reivindicações dos movimentos sociais, organizar a intervenção no movimento laboral, lutar por uma transição energética que diminua a emissão de GEE, promova a democratização da produção e o autoabastecimento de energia, a formação de comunidades energéticas locais, privilegie e apoie as agendas e iniciativas de base e locais.

O objetivo da construção de uma sociedade socialista e ecologicamente justa – ecossocialista – tem de ser desenvolvido e estar presente na comunicação do Bloco. Ficar pela lista de reivindicações imediatas é redutor e insuficiente. O Bloco deve apresentar-se como elemento-chave para uma alternativa à esquerda, enquadrada por um projeto de sociedade de superação do capitalismo, contra a exploração e todas as formas de desigualdade e discriminação, antirracista e anti neocolonial, pela igualdade e pela eliminação da violência doméstica e de género, defensora dos direitos LGBTQI+, que mobilize jovens, trabalhadores/as e todos os setores mais avançados nas lutas pela justiça social e ambiental.

OS NOVOS DESAFIOS DO BLOCO DE ESQUERDA

JORGE MARTINS

As últimas eleições legislativas e autárquicas saldaram-se por uma hecatombe eleitoral do BE, a que se soma o fracasso da candidatura presidencial da Marisa. Este ciclo de derrotas eleitorais tem fundas razões estruturais, não podendo ser explicado só pela bipolarização e/ou o medo da extrema-direita.

Internamente, o partido foi-se fechando, tornando-se centralista e burocrático. A divisão de lugares de poder entre as duas principais tendências (RA e EA) conduziu a uma progressiva oligarquização do partido, centrada nos órgãos dirigentes, no grupo parlamentar e num conjunto de funcionários e dirigentes distritais e concelhios que foram desenvolvendo uma forte cultura aparelhística. O trabalho local foi negligenciado e a participação dos aderentes desprezada, levando à desmotivação e abandono de muitos. A “cristalização” de muitos camaradas no aparelho conduziu, também, ao envelhecimento do partido, que viu reduzir-se a sedução que, antes, exercia sobre os mais jovens. Estes, que aderem ao Bloco cheios de sonhos, rapidamente se desencantam, pois não são acolhidos como devem e defrontam-se com formas de fazer política anacrónicas, que lhes dão pouco ou nenhum espaço de participação e onde a sua voz não é ouvida.

Externamente, o BE, ao “apostar todas as fichas” num acordo com o PS, adotou uma linha estratégica que o tornou refém daquele. Se a “geringonça” foi o caminho certo em 2015, os seus limites e perigos para o partido ficaram à vista quando, em 2017, o PS não quis a atualização dos acordos que a permitiram. E, em 2019, quando aquele recusou um acordo escrito, o BE devia ter declarado, sem ambiguidades, o fim daquela e a passagem à oposição. Não o fazendo, colocou-se à mercê da estratégia de Costa, como se viu na votação do OE-2022, em que o partido ficou “entre a espada e a parede”, com a consequente penalização eleitoral.

O novo ciclo político que agora começa, com uma maioria absoluta do PS, ocorre numa conjuntura económica e social difícil, já que, finda a pandemia, começou a guerra e regressou a inflação. Porém, o BE não deve pensar que a insatisfação com as políticas do novo executivo lhe fará reganhar, automaticamente, a popularidade perdida. Existe uma parte do voto de protesto que tende a ir para a direita e a extrema-direita e temos de disputá-lo. O Bloco deve refletir sobre o que correu mal, regressar a uma organização que reforce a democracia interna, privilegie o trabalho local e a articulação com os diversos movimentos sociais, adotando uma linha estratégia que afirme o BE como força de esquerda autónoma, suficientemente diferenciada do social-liberalismo centrista do PS e da ortodoxia anacrónica do PCP.

Para o efeito, o partido deverá, em sede de Convenção, limitar os mandatos dirigentes e eliminar a promiscuidade entre a condição de dirigente e de funcionário, em especial, agora, que o número destes se irá reduzir, devido à quebra da subvenção estatal, e reforce os poderes das assembleias distritais e concelhias, em especial nas escolhas das candidaturas às legislativas, regionais e autárquicas. Simultaneamente, deve privilegiar o trabalho local, não o confundindo com trabalho autárquico. Os aderentes devem apoiar e/ou promover e participar sem controlar em comissões de trabalhadores, associações de moradores, de estudantes, de jovens, coletivos de precários, feministas, LGBTQIA+, antirracistas, ambientalistas, animalistas e ONGs defensoras dos Direitos Humanos, numa perspetiva internacionalista. E deve ser oposição, simultaneamente frontal, mas propositiva, ao novo governo e à maioria absoluta do PS, não se limitando à crítica fácil, mas apresentando sempre propostas alternativas. Porém, a polarização à esquerda não implica uma radicalização ideológica, com adoção de uma linguagem assente numa vulgata marxista anacrónica, que apenas contribuiria para afastar o partido de grande parte do seu eleitorado potencial.

REINVENTAR A UTOPIA

NUNO PINHEIRO

A derrota eleitoral de janeiro levou muitos comentadores a vaticinar a morte do Bloco, recentes ataques quer a dirigentes do Bloco, quer a infundada confusão criada à volta das posições sobre a Ucrânia, mostram que as notícias sobre a morte têm sido ligeiramente exageradas. Uma vida interna rica e novos aderentes também são uma prova de vida. Temos a capacidade de intervenção diminuída, muitos camaradas ficaram numa situação difícil, mas a organização mantém-se. Temos pela frente uma travessia do deserto, saibamos aproveitá-la.

Houve fatores externos para esta derrota eleitoral que também reflete a aceitação do Bloco junto da população em geral, não podem ser menorizados. Porém preocupam-me mais os internos, já que é sobre esses que podemos intervir. Há aqui uma oportunidade para mais que renovar, reinventar o Bloco e não é uma questão de rolar cabeças.

Um partido cresce quando se abre, o Bloco é um bom exemplo, cresceu enormemente ao abrir-se em relação às organizações que o constituíram. Nos últimos anos temos mostrado isso? Temos mostrado abertura? Creio que temos feito o contrário. Repetir os mesmos candidatos em eleições diferentes é um sinal de falta de abertura e de falta de pessoas capazes (o que não é verdadeiro). Do ponto de vista da linguagem escrita ou gráfica também se nota alguma estagnação. Pior é alguma falta de inovação ideológica e até dificuldade de posicionamento e definição política. A volatilidade do eleitorado também mostra uma falta de identificação dos eleitores com o Bloco.

Temos, felizmente saídas. A guerra na Ucrânia poderá servir para mostrar que somos a esquerda democrática e defensora da liberdade. Como sabemos, uns não são democráticos, outros pouco de esquerda têm (e isso vai ser notório nos próximos tempos). Vamos estar contra a corrente quando surgirem os ventos da militarização. Nesta questão temos dado uma resposta pública correta, esta tem sido muitas vezes distorcida pela imprensa. No entanto, é uma questão que necessita de debate interno, um debate que, talvez por razões de unidade interna, nunca se fez. Não só por causa da Ucrânia necessitamos debater os regimes que seguiram a revolução russa, começando pela própria União Soviética.

A “Travessia do deserto” deve servir para consolidar e clarificar posições políticas (continuamos a não precisar de ser monolíticos), para a formação políticas dos militantes, para nos tornarmos, ou voltarmos a ser, a força política intelectualmente dominante, para ser o lado de onde sopra a mudança na sociedade portuguesa. Não devemos ambicionar a menos que isso.

A travessia do deserto não pode significar desaparecimento, pelo

contrário, o objetivo deve ser manter o que existe e crescer. Para isso devemos ter iniciativas, em especial pequenas iniciativas locais, organizadas com uma coordenação nacional, que nos permitam chegar a mais pessoas, também são importantes para manter a atividade.

Também é importante tratar da formação política dos militantes, em especial dos mais jovens. Grandes iniciativas como o “Socialismo ...” são importantes, mas é relevante ter um plano de formação que funcione regularmente e que possa ser mais personalizado e próximo do que as essas ações. Pode-se chegar, conforme as condições materiais o permitam e obriguem; a uma escola, mesmo se for possível a uma fundação. A partir da conferência deve funcionar informalmente, para em sede de convenção ser formalizada como estrutura.

O debate interno deve ser uma constante, com boletins periódicos, que o permitam manter para além das conferências e dos canais de tendências internas. Formação e debate permitir-nos-ão ser mais fortes no futuro.

Falta de recursos e despedimentos, obviamente uma situação dramática para muitos camaradas, não havendo uma destruição, há um sério downsizing do aparelho. Muito trabalho que era profissional agora terá que ser voluntário. Façamos disto uma força, usemos os talentos e capacidades dos nossos militantes, mas também pensemos aqui numa forma de alargamento ao pedir colaborações externas.

Parecem e são questões práticas, mas são parte do reinventar o Bloco, do afirmar o Bloco como única força democrática anticapitalista, anti-imperialista, antirracista, ecologista e anti discriminações. De afirmar o Bloco como força revolucionária, inventor da utopia, portador dos ventos de mudança na sociedade portuguesa. Reinventar o Bloco é necessário, porque reinventar o Bloco é reinventar a utopia. Isso é um trabalho de tod@s. Não há outra força que o possa fazer na sociedade portuguesa.

RESGATAR O PARTIDO PELA BASE

ANA SOFIA LIGEIRO E BRUNO CANDEIAS

O estado do partido

Os últimos processos eleitorais corroboram a ideia de que o Bloco de Esquerda é um partido/movimento que se acantonou na disputa institucional com um excesso de parlamentarismo, desligando-se da sua base e do movimento social como alicerce para a transformação revolucionária.

Nos seus 22 anos de existência o BE demitiu-se de desenvolver trabalho local, não ganhou experiência e globalmente não o sabe fazer. Esta debilidade deve ser ultrapassada numa perspetiva ecossocialista, alicerçada na construção coletiva do partido, com enfoque na conceção democrática das decisões tomadas de baixo para cima, numa democracia interna de alta intensidade.

A hegemonia proveniente do acerto entre tendências cristaliza a organização e reativar a dinâmica interna depende do alargamento da base do partido. Este trabalho de reanimar o partido tem de ser feito com o contributo de todas as sensibilidades, de todos os aderentes. É na sua pluralidade que o partido/movimento preconizará a sua estratégia de trabalho local.

O trabalho local é vital dentro do partido

O trabalho local é fundamental na aproximação do partido à população. É este trabalho que permite o enraizamento do partido e a perceção da realidade para responder aos problemas reais das pessoas em cada local.

O trabalho local estimula a autonomia das estruturas de base. Estas estruturas do partido entendem-se como veículos de influência, agentes de movimento e de iniciativa política, o que ajudará a ultrapassar períodos de refluxo.

Uma maior autonomia relativamente ao parlamento permite o desenvolvimento de uma agenda política autónoma, adaptada à escala de trabalho da estrutura partidária e ao território a que corresponde, este reposicionamento e ligação à população, e ao terreno, repercute-se no reforço do trabalho autárquico.

Confundir trabalho local com trabalho autárquico é encerrar o partido dentro das estruturas de poder do aparelho de estado. Só a geração de movimento na base do partido permitirá manter, mas também atrair gente nova para o partido, formar e enquadrar aderentes e só dessa forma se impedirá a sua sucessiva perda de influência e protagonismo no debate político.

O trabalho local é um desígnio

O Bloco de Esquerda tem de ser um partido popular, que recuse o fechamento sobre si próprio, imune ao medo da força das bases e do caráter transformador que assumirão com a ampliação da consistência do trabalho local.

O caráter plural e democrático que vemos no BE torna o trabalho local uma das suas mais importantes e imediatas tarefas. Tem de ser encetado o esforço de articular as questões nacionais ao nível local, mas a iniciativa política a este nível deve também alimentar a reflexão e o posicionamento do partido, na sua estrutura nacional, nas matérias que forem sendo suscitadas.

É necessário equilibrar a relevância do trabalho e a discussão política com a importância incontornável da organização partidária. O estímulo do pensamento crítico ao nível local, animado pelo espírito do trabalho em rede, fortalecerá a base do partido e permitirá combater a desmobilização que afeta as enfraquecidas estruturas de base.

É o reforço do trabalho de base, e a aproximação de mais pessoas às correspondentes estruturas, que amplia a influência do partido. Esta recusa do centralismo e o citado envolvimento dos aderentes, por uma melhor e mais democrática organização partidária, provoca a necessidade de criação de núcleos, nas freguesias, no bairro, ou onde houver aderentes e de uma rede de sedes que sejam espaços vivos, de cultura, convívio e aprendizagem.

A pertinência do trabalho local passa também pela aproximação, ou integração, dos aderentes nas lutas e nos movimentos sociais, feministas, culturais, laborais, ambientais, etc. É este envolvimento na cidadania quotidiana que permitirá a conexão do partido com as realidades locais, alimentando lutas e movimentos sem os capturar, e disputar a hegemonia cultural.

REFLEXÕES PARA UMA TECNO-POLÍTICA E UM EIXO DE RENOVAÇÃO PARA O BLOCO DE ESQUERDA

PEDRO CELESTINO

A tecnologia tem um impacto imenso na nossa vida, sendo uma admirável fonte de progresso. Com impacto na sociedade e na política muito além das redes sociais e das suas influencias eleitorais ou propangandística. Vemo-lo de uma forma cada vez mais acentuada, seja nos computadores, na medicina, nos transportes, na comunicação, na alimentação, energia, software, nos meios de produção cada vez mais automatizados e em praticamente tudo o resto. No entanto também têm consequências nefastas visíveis: isola-nos com “feeds personalizados”, uberiza e precariza o trabalho, dificulta a capacidade e organização e sindicalização de teletrabalhadores, medicina que “trata” mas não cura os “clientes” recorrentes... O nível tecnológico está directamente relacionado com o desenvolvimento e qualidade de vida, e o avanço deste está a acelerar a um ritmo cada vez maior.

No entanto raramente vemos a política a preocupar-se com a tecnologia e isto deveria ser um ponto particularmente importante para a esquerda, pois a grande maioria da tecnologia que hoje enforma o mundo e a nossa vida, é propriedade (intelectual) privada. Apesar de o conhecimento aberto ser uma preocupação da esquerda e quase todo o investimento no conhecimento ser público (desde do sistema educativo à investigação científica) a componente mais prática, a tecnológica, é raramente ponto de interesse ou investimento. Excepto na chamada investigação de risco, depois do conceito estar comprovado aí sim, o capital privado interessa-se e avança com o desenvolvimento tecnológico bem protegido pelas leis da propriedade privada. Socializar custos e prejuízos enquanto se privatiza ganhos e lucros continua a ser um modo de operação preferencial do capital.

A esquerda deve pensar na tecnologia como um meio para alcançar os fins de prosperidade e igualdade social a que se propõe e consequentemente deve pensá-la como um bem público tal como a ciência, a saúde ou a educação e procurar garantir o livre acesso à mesma e ao progresso que desta pode provir, não deixando o desenvolvimento da tecnologia nas mãos do privado que apenas a procura desenvolver no sentido de obter mais lucros, independentemente da utilidade geral.

Penso que o BE deve pensar a tecnologia sobre duas perspectivas, uma interna e outra externa.

Externamente o BE deveria insistir na tecnologia pública em várias frentes.

No uso progressivo de tecnologia pública já existente sempre que possível especialmente nas matérias estatais (o exemplo mais simples, é software livre como Linux). Na contratação pública de software ou de outras soluções tecnológicas, devem ser desenvolvida com licenças públicas (ideia semelhante às do <https://publiccode.eu/pt/>). No investimento direcionado directamente para soluções tecnológicas de utilidade pública (energia, alimentação, digital...). Condições de fácil sindicalização no teletrabalho. Combatendo a força e restrições legais que a propriedade privada tem em geral na nossa sociedade. Entre outras hipóteses

Internamente são vários os pontos sobre o quais podemos reflectir.

Primeiro fazer maior uso da tecnologia disponível como forma de nos organizar-mos internamente, de forma a permitir uma comunicação interna mais constante, inclusive entre a coordenação e a base do partido. As reuniões híbridas (em pessoa e em teleconferência simultaneamente) podiam ser uma mais valia nas quais, não se perdem as vantagens existentes em nos encontrarmos e socializar-mos pessoalmente, mas ao mesmo tempo permitem descentralizar os debates e encurtar horas de caminho (reconhecendo que necessita de algum investimento e novos hábitos/organização). Utilizar as redes para “renovar” as caras do partido, demonstrando que existem muito mais pessoas a construir as nossas ideias para além daquelas em que a comunicação social se foca. Poder organizar e direccionar propaganda física para aspectos específicos da nossa política, através de uma reorganização da nossa presença digital e de propaganda física direccionada (como folhetos com QR code e link específicos). São algumas das possibilidades.

Sem espaço para mais, espero que estas linhas incentivem um debate político sobre tecnologia e renovação dentro do BE, o Fórum Socialismo seria um bom começo.

NENHUM DOS OBJETIVOS ELEITORAIS APONTADOS PELO BLOCO FOI ALCANÇADO

JOÃO RICARDO PINHEIRO, JOAQUIM LUÍS SIMÕES, CARLOS MARECOS, JORGE MARTINS JORGE MENDES, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ MANUEL DO CARMO, JOSÉ SANTANA HENRIQUES, LAURA RAMALHO, LEANDRO PIRES E LUÍS GOMES

Para as Legislativas antecipadas, o Bloco precisava de se ter preparado e ter sido, há muito, claro e frontal no seu projeto de sociedade, programa e política de alianças, com uma linha coerente com o chumbo dos Orçamentos do Estado, em vez de se ter deixado diluir num “geringoncismo” serôdio. Compromisso futuro exigiria definição e clarificação de linhas vermelhas: reversão das medidas anti laborais da legislação, aumentos dos salários e das pensões dignos, serviços públicos valorizados e um plano social para a transição energética – não aceitar perda de emprego e de direitos em nome de uma falsa descarbonização. Seriam as linhas vermelhas que confeririam identidade, recusavam o tacticismo, confrontavam o PS e a direita, e fortaleceriam o Bloco e a esquerda na resistência às pressões bipolarizadoras.

A capacidade explicativa para a derrota eleitoral baseada no voto contra o OE é, só por si, muito limitada. Repare-se que o PAN, que não votou contra o OE, não conseguiu evitar com isso perder metade dos eleitores e acabar reduzido a uma deputada. Se o essencial dependesse de um apoio à proposta de OE, o PAN teria tido um bom resultado eleitoral. O problema não foi rejeitar um OE, mas enfatizar como grande objetivo eleitoral conseguir um acordo com o mesmo partido que apresentou a proposta de OE que o Bloco tinha acabado de recusar. Os sinais foram contraditórios e a campanha não conseguiu responder à perplexidade e incompreensão criadas em amplos setores da população.

A bipolarização (artificializada) pressionou o voto útil, à esquerda e à direita, mas só teve efeitos críticos à esquerda. Não era inevitável que esse fenómeno tivesse de atingir tão duramente a esquerda, como não atingiu a direita. Nas legislativas de 2002 (Ferro Rodrigues vs. Durão Barroso) e de 2015 (Passos Coelho vs. António Costa), em que o chamado voto útil exerceu forte pressão sobre os eleitores à esquerda e à direita, o Bloco resistiu e cresceu. Em 2015 obteve o melhor resultado de sempre. Agora, em 2022, não teve essa capacidade de resistir à bipolarização e perdeu 14 dos 19 deputados que tinha. A campanha do Bloco voltou a afundar-se na discussão sobre a reedição de um qualquer novo tipo de “geringonça” que tem vindo a potenciar a concentração de votos no PS, como os estudos de opinião já indicavam antes das sondagens que davam “empate técnico” entre PS e PSD.

Todos os objetivos eleitorais apontados pelo Bloco não foram alcançados: manter-se como 3º partido, impedir uma maioria absoluta do PS, derrotar a extrema-direita e conseguir sentar António Costa à mesa das negociações para um acordo de legislatura. A derrota eleitoral expôs a falência de uma linha política que propiciou a via de António Costa para capitalizar os louros da “geringonça”, alimentar a chantagem para secar a esquerda e conquistar a maioria absoluta que perseguia desde 2018. A derrota eleitoral à esquerda é o corolário de uma sucessão de perdas eleitorais ao longo do ciclo político iniciado em 2019. A explicação não pode ser encontrada apenas em fatores conjunturais e nas circunstâncias que envolveram cada ato eleitoral. Tal não seria um balanço sério. Também não se resolve com a demissão deste ou daquela dirigente. O problema é mais profundo e prende-se com a própria linha política que determinou a forma de comunicação e com a centralidade dada à ansiedade de concretizar um acordo com o PS para os próximos quatro anos. Estes fatores trouxeram a esquerda até esta nova derrota e não podem deixar de ser avaliados com profundidade, humildade e coragem, para uma necessária e inadiável mudança de rumo. Compete à Convenção Nacional fazê-lo, constituindo uma grave entorse à democracia interna poder considerar que uma Convenção é substituível por uma Conferência sem representação democrática e proporcional das propostas e sem capacidade deliberativa.

O BLOCO DE ESQUERDA E A NOVA CONJUNTURA INTERNACIONAL

JORGE MARTINS

O cobarde ataque das tropas da Rússia à Ucrânia, iniciado no dia 24 de fevereiro, após meses de intimidação, marca uma viragem na política europeia e mundial. Com a invasão do país vizinho, a quem já havia subtraído a Crimeia, em 2014, Putin subiu mais um passo na subversão da ordem internacional fundada no respeito pela soberania e pela integridade territorial dos Estados, com renúncia à alteração de fronteiras pela força. Se o presidente russo sair vencedor desta sua aventura militar, as relações internacionais e as formas de resolução dos conflitos recuarão quase 80 anos, podendo levar outros Estados a adotar a mesma estratégia. Neste momento, a Rússia constitui uma ameaça clara para a paz na Europa e no mundo. Putin é um nacionalista, que pretende recuperar os territórios que integraram o antigo Império Russo e a extinta URSS, quanto mais não seja colocando nos estados vizinhos governos pró-russos. E há semelhanças sinistras entre as justificações que deu para atacar o país vizinho e as que Hitler utilizou nos anos que precederam a 2ª guerra mundial.

Se há algo que distingue a esquerda é a defesa dos mais fracos frente aos mais fortes, dos princípios e valores face ao cinismo da chamada “real politik”. Ora, neste conflito, a Ucrânia é o elo mais fraco e não há “mas” que justifiquem a agressão militar russa.

Logo, são inaceitáveis as posições “campistas”, isto é, que, por mero reflexo antiamericano, considera os inimigos dos EUA nossos amigos ou, pelo menos, aliados objetivos, por mais abjetos que sejam. Lamentavelmente, é essa a posição do PCP e de algumas pessoas de esquerda, entre as quais alguns (poucos) camaradas. Há, também, à esquerda, quem procure justificar as ações de Putin com o alargamento da NATO para o leste da Europa, esquecendo que este foi fruto, essencialmente, da vontade dos Estados e povos vizinhos da Rússia, que têm fartas razões históricas para temer o seu enorme vizinho, cuja vocação imperial data do sec. XVI, esquecendo, igualmente, que, até 2014, existia um Conselho NATO-Rússia, que possibilitava aos russos estarem presentes, como observadores, nas cimeiras e nos exercícios militares da aliança ocidental.

Todas essas pessoas argumentam, ainda, com anteriores agressões militares dos EUA noutras partes do mundo, que, aliás, mereceram a justa condenação de todos nós. Só que não se pode justificar um crime com outros crimes semelhantes, pelo que as nossas críticas ao hegemonismo imperialista dos EUA na cena política internacional, de que a criminosa guerra no Iraque foi um dos mais eloquentes exemplos, não nos pode impedir de criticar, de forma igualmente firme e sem ambiguidades, o expansionismo imperialista russo, que ameaça os Estados vizinhos e res-

petivos povos.

Daí que, mesmo sendo crítico da existência da NATO, cuja substituição por uma política de segurança comum europeia, de caráter defensivo, preconizo, insistir, no momento atual, na sua dissolução é contraproducente, pois seria dar “luz verde” a Putin para reanexar os estados bálticos e reganhar influência na Europa de Leste. O mesmo seria a insistência na saída de Portugal da organização, que seria muito mal compreendida pela opinião pública nacional. Logo, o BE deverá manter as suas críticas a todos os imperialismos, não caindo no erro de, contra o unipolarismo (e, por vezes, unilateralismo) dos EUA, advogar o multipolarismo, ou seja, a promoção de novos polos imperialistas, pois as várias potências tenderão a chocar, aumentando as probabilidades de guerra, como se viu nos acontecimentos que conduziram à 1ª guerra mundial. Logo, a alternativa que o BE tem de defender é o multilateralismo, com o reforço da ONU e de organizações regionais multilaterais, como a OSCE, o Conselho da Europa, a União Africana ou a UNASUR, e o reforço, na sociedade civil dos diferentes países, de organizações que promovam a paz e os Direitos Humanos.

UM TRAÇO COMUM NO CICLO DE PERDA DE INFLUÊNCIA POLÍTICA

BRUNO CANDEIAS, CARLOS MARQUES, CARLOS MATIAS, CONSTANTINO PIÇARRA, DAVIDE SILVA, DIOGO SANTOS, FERNANDO BESSA RIBEIRO, FILIPA COSTA, FRANCISCO AMORIM, FRANCISCO PASCOAL, GABRIELA MOTA VIEIRA, HIGINO MAROTO, JOANA PATRÍCIO, JOÃO CARVALHO, JOÃO MADEIRA

Um novo quadro político internacional e nacional exige novas soluções. O Bloco tem de desempenhar um papel central na mobilização popular para a resistência à austeridade e aos retrocessos sociais e ambientais. Responsáveis governamentais da UE já dão como certa a travagem nas medidas de transição energética, para proteger os lucros das empresas que utilizam combustíveis fósseis. O lóbi da energia nuclear também se agita, quer aproveitar a irresponsável Taxonomia Verde aprovada pela Comissão Europeia, e colocar-se como alternativa energética. A situação mudou, há um novo quadro político internacional e nacional, e a resposta do Bloco tem de considerar a nova situação, incorporar as lições da falta de ligação aos movimentos e às lutas sociais, de uma linha baseada na procura de acordos com o PS que conduziu a sucessivas derrotas eleitorais. É preciso urgentemente envolver todo o partido no debate sobre as respostas imediatas, não só nas instituições, mas sobretudo na defesa dos serviços públicos, nas lutas para alterar a legislação laboral e enfrentar os ataques aos direitos e aos rendimentos dos trabalhadores nos diversos setores, no público e no privado, na exigência de medidas urgentes de adaptação às alterações climáticas e de descarbonização da economia garantindo postos de trabalho, de defesa da descentralização participada e de combate às assimetrias territoriais. Compete à Convenção Nacional definir um novo rumo num quadro de mudanças profundas catalisadas pela guerra na Europa.

As recentes eleições Legislativas de 30 de janeiro constituíram o culminar de um ciclo de eleições iniciado em 2019 em que o Bloco colocou como objetivo central, invariavelmente, constituir-se como parceiro privilegiado para uma maioria parlamentar de suporte à governação PS ou até parceiro de um governo enquadrado pelos tratados da UE. Os resultados são conhecidos: perdas eleitorais sucessivas, diminuição da representatividade e menores condições para a luta política de oposição, de apoio aos movimentos e de combate à direita e à extrema-direita. Esta sucessão de derrotas torna evidente que não podem ser assacadas responsabilidades apenas e de forma superficial a cada uma das conjunturas. Há um traço comum: a linha política de permanente apelo a uma aliança com o PS com diluição das bandeiras que foram essenciais na afirmação do Bloco.

O Bloco, que até à legislatura 2015-2019 procurou ligar-se a algumas das grandes lutas sociais e marcar com propostas que o identificavam, tornou-se cada vez mais orientado para a ação parlamentar e para intermináveis negociações de suporte a um governo que oscilava entre a direita e o chamado centro-esquerda. Para muitos eleitores havia a percepção de o Bloco fazer parte de uma coligação de governo, afastando-se das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Deixava de “correr por fora” e concentrava-se política e organizativamente, com a desvalorização das organizações locais bloquistas, degradação da democracia interna, da participação e da pluralidade, em “correr por dentro”, concretizando a linha de que as mudanças só são alcançáveis nas instituições e na estrita submissão às suas regras. A ideia de que assim deslocaria o PS para a esquerda e alcançaria melhorias para a população criou uma espécie de cultura “geringoncista” que diluiu a radicalidade identitária que fez crescer o Bloco, retirando acutilância às bandeiras políticas do Bloco e impedindo-o de polarizar à esquerda. Este foi o traço comum da linha do Bloco no ciclo político que terminou com as Legislativas 2022 e que resultou numa profunda derrota eleitoral.

Votar contra o OE 2022 foi um passo insuficiente, uma vez que toda a linha política era incoerente e ziguezagueante face à insistência no essencial da orientação que punha no centro da ação do BE um acordo para apoio à governação PS. Chegou a ser pedido ao PS, em plena batalha eleitoral, um “acordo forte” e um “acordo de legislatura a ser assinado dia 31 de janeiro” – sem qualquer suporte em linhas vermelhas bem definidas, sem apoios nos movimentos e nas lutas sociais. Neste quadro e após a clarificação de António Costa de que não queria fazer um acordo à esquerda, muitos eleitores de esquerda rejeitaram aquela linha contraditória. Equacionaram que se tudo se resumia a apoiar um governo de centro-esquerda, e perante a ameaça da extrema-direita, a opção mais lógica e que entenderam mais segura foi votar no que consideraram ser o centro-esquerda de facto. A insegurança nas vidas de largos sectores da população, o aumento da pobreza e das dificuldades de acesso a serviços públicos, agravaram este quadro que não teve resposta consistente à esquerda.

A manobra defendida pelo secretariado nacional de que o Bloco teria de continuar a defender a “geringonça”, não se afirmar como oposição e fazer parte da viabilização do primeiro OE, pelo menos, para ganhar os eleitores do BE e só depois poder eventualmente confrontar o PS, demonstrou-se uma infantilidade tática e um erro de consequências graves.

LIMITES DO GERINGONCISMO

JOÃO PATROCÍNIO

Há um acontecimento definidor da recente política de esquerda que é visível, mas difícil de precisar: esse acontecimento é o fim da geringonça. É inútil estarmos a querer perceber em que momento preciso se deu este fim – se este se dá nos votos contra os Orçamentos de Estado do segundo governo PS, no chumbo do último destes OE, nos comentários que antecipavam a convocação de eleições, ou no próprio processo eleitoral que culminou na maioria absoluta de António Costa. Esta análise é inútil e esconde uma retórica profundamente errada por parte do Bloco. Essa retórica é a defesa intransigente da geringonça. Romantizar o passado em vista de uma estratégia de futuro é não apenas um salto lógico incoerente, mas é também limitativo das opções a tomar no médio e longo prazo. Paira por todo o Bloco o discurso que se envergonha de ser crítico e que coloca no PS o ónus da decisão política, condenando o Bloco à mera reação do que acontece na política tradicional. Defender a geringonça e atacar a manipulação de Costa são duas faces de uma mesma moeda: a dificuldade que o Bloco tem de fazer uma política de esquerda autónoma e emancipatória.

Provavelmente estaremos até abril e, mesmo no decorrer da Conferência, a debater se a geringonça foi ou não uma boa ideia, se foi causa da maioria absoluta, se reforçou a esquerda ou se lhe cortou as pernas. O problema começa aqui. A procura de soluções radicais que caracteriza um partido-movimento como o Bloco de Esquerda não se coaduna com o engodo em que se caiu de fazer girar todo o discurso em torno de uma solução governativa assumidamente temporária e irrepetível. De repente, a geringonça era a grande solução para o mito da “união das esquerdas”. Ao passo que o PS percebeu desde o início que só faria acordo enquanto precisasse, o Bloco tornou-se mais papista que o Papa, defendendo politicamente uma solução meramente instrumental e enquistada à partida. Não há geringonça boa ou má, não há acordos melhores do que outros. As “vitórias” negociais do Bloco sempre foram migalhas. Concentrar-nos nas migalhas e desistirmos tacitamente do bolo é uma derrota para a política radical.

Ataca-se o PS e defende-se o Bloco com uma mesma base. Trabalhar nesta base é limitar de forma decisiva as opções para o médio e longo prazo. De que serve defender o acordo à esquerda se este é irrepetível? De que serve especular sobre uma nova geringonça se sabemos os resultados? A narrativa da direção do Bloco é a de que correrá melhor para a próxima, desde que a correlação de forças seja mais favorável, seja lá o que isso for. Estreitamos a visão de um futuro que não conta mais com a esquerda radical, apenas com deputadas e deputados com poder de influência. Foi para isso que se fez o Bloco?

O rumo estratégico para esta Conferência admite a transferência de votos do Bloco para o PS, mas desculpabiliza o primeiro e remete as culpas para o segundo. São apontadas duas razões: a adesão ao “discurso” do PS e a chantagem do “voto útil”. Sacode-se a água do capote e finge-se que está tudo bem com a estratégia dos últimos seis anos. Esta atitude é insuficiente e esconde um medo profundo de se fazer uma verdadeira autocrítica e de ter a coragem para mudar de rumo.

Nesta Conferência temos que nos desfazer de uma vez por todas da reação às supostas contradições do PS. Precisamos de recentrar o nosso discurso nas opções de fundo: o ecossocialismo, a defesa de quem trabalha e a luta contra as muitas formas de opressão. Recentrar o discurso nas opções de futuro implica deixarmos para trás o trauma do fim da geringonça, implica pararmos de discutir se a geringonça foi “boa” ou “má” e implica sobretudo libertarmo-nos das formas de fazer política tradicionais que o Bloco sempre almejou combater.

O QUADRO POLÍTICO NACIONAL E INTERNACIONAL MUDOU DRASTICAMENTE

ADELINO GRANJA, ADRIANO ZILHÃO, ALBERTO GUIMARÃES, ALEXANDRE CARNEIRO, ANA CRISTINA RIBEIRO, ANA FILIPA ISIDORO, ANA SOFIA CORTES, ANA SOFIA LIGEIRO, ANTÓNIO DELGADO, ANTÓNIO LOURO MIGUEL, ANTÓNIO RICARDO, ANTÓNIO SOARES LUZ, BENTO CORREIA E MANUEL CARLOS SILVA

Nada ficará como antes depois da brutal invasão da Ucrânia pela Federação Russa

Após a crise financeira de 2008 e da crise que dura há mais de dois anos provocada pela pandemia da Covid-19, com graves consequências sociais, económicas e sanitárias, o mundo virou todas as atenções para a guerra desencadeada em território europeu pelo confronto entre blocos agressivos, o russo e o imperialista norte-americano, secundado pela União Europeia (UE) e pela NATO, ameaçador da segurança de nações e povos. Na Ucrânia foram envolvidos meios humanos e militares nunca vistos desde a Segunda Guerra Mundial, milhares de mortos russos e ucranianos, uma nova vaga de milhões de refugiados, uma intolerável ameaça de desastres nucleares, uma previsível crise económica que voltará a massacrar socialmente os mais explorados, com unidades industriais, como refinarias, a serem atacadas (na Donbass e noutras regiões ucranianas) com tremendos impactes na poluição das águas superficiais e subterrâneas, com incêndios que libertam massivamente substâncias altamente poluentes e devastam enormes áreas florestadas e protegidas. A nossa solidariedade com o povo ucraniano, martirizado por esta guerra iníqua entre potências, é inequívoca. A guerra quase faz esquecer a emergência climática que não desapareceu, antes se vai tornando irreversível, está a destruir sistemas ecológicos e já se tornou o pano de fundo do nocivo produtivismo e da crise do capitalismo. Os fatores de instabilidade da globalização capitalista neoliberal agravaram-se e demonstram conduzir ao abismo.

A situação política mundial mudou

Na Europa foi prometido um futuro de paz, mas a ilusão caiu por terra com o fragor próprio de uma nova guerra. O mito da globalização, apresentado como uma interdependência com vantagens comparativas equilibradas, ruiu com a evidência das disputas entre blocos políticos, económicos e militares em plena afirmação, recorrendo a meios violentos de grande escala por zonas de influência e controlo. A guerra na Europa, tendo como palco o inadmissível ataque militar à Ucrânia, não é apenas um limitado conflito regional. Expressa o declínio da economia e do mundo unipolar dominado pelos EUA/NATO, que submeteu a Europa e

militarizou os limites da fronteira com a Federação Russa, e da ascensão de potências hegemónicas a nível global em que, nesta fase, sobressaem os Estados da Rússia e da China. Em vez do estímulo a uma política de defesa da paz e do direito internacional, de respeito pelos direitos humanos e de promoção de todas as formas de cooperação, de conjugação de objetivos para enfrentar a crise climática, o desemprego e a degradação das condições de vida das populações, o palco da guerra na Europa promove e incentiva uma nova corrida armamentista e uma política agressiva entre blocos, em choque com a aspiração dos povos à paz e à segurança.

A lógica armamentista voltou a ganhar força na Europa

Esta lógica já é apresentada, sem pudor, pela corrente atlantista dominante na UE como um desígnio estratégico prioritário. É a lei do mais forte, da militarização do confronto entre blocos, da submissão aos interesses dos EUA e da respetiva concepção da defesa europeia no quadro da NATO, com a imposição do aumento das despesas militares sobre quaisquer outras despesas públicas. Esta lógica não evitou a guerra, precipitou-a. A nível nacional, para além da disponibilização de meios para a região enquadrados na NATO e do envio direto de armas para a Ucrânia, o ministro da Defesa aproveitou a boleia da guerra para reafirmar o consenso entre os governos do PS e do PSD, que transformou as Forças Armadas numa espécie de corpo expedicionário ao serviço das estratégias imperiais da NATO e dos EUA, com o aumento do financiamento militar já no próximo Orçamento de Estado, que se fará inevitavelmente à custa do investimento no SNS, na habitação, na cultura ou nos direitos e rendimentos dos trabalhadores. A onda militarista, a pressão conservadora que agrava as desigualdades e a austeridade sobre os trabalhadores aproveitam a insegurança provocada pela guerra para fazerem caminho.

O espectro da austeridade adensa-se

Com o aumento generalizado dos preços provocado pela escassez de produtos, nomeadamente alimentares, a crise energética e a especulação, o espectro da austeridade adensa-se. Cerca de uma semana após o início da guerra, os produtos petrolíferos já atingiam valores históricos máximos e o preço da eletricidade no Mibel batia um novo recorde em Portugal e Espanha. A erosão sobre os salários decorre do crescimento da inflação e da pressão da legislação laboral que favorece a precariedade, sobretudo dos mais jovens, condiciona a contratação coletiva e a atualização dos rendimentos do trabalho. As políticas públicas em Portugal não acompanharam, em muitos casos até agravaram, as dificuldades levantadas pela crise da pandemia que subsiste e a pobreza voltou a aumentar. Mais 400 mil pessoas caíram abaixo do limiar da pobreza (60% do rendimento mediano), com aprofundamento do fosso entre ricos e pobres. As consequências económicas da guerra sobrepõem-se às da pandemia e provocam o agravamento da situação. O patronato português já anunciou o despedimento de um milhão e cem mil trabalhadores nos próximos anos. A incógnita sobre o comportamento do BCE torna o quadro do financiamento dos Estados potencialmente explosivo. A necessidade de

uma forte intervenção pública para combater o empobrecimento não é compatível com a política que o governo PS, agora com maioria absoluta, adotou para garantir o défice sujeito ao anunciado regresso aos limites do PEC e à ortodoxia do serviço da dívida. Os setores mais vulneráveis da sociedade, os trabalhadores, a juventude presa na teia da precariedade e dos baixos salários, mulheres, minorias étnicas e imigrantes vão ser duramente atingidos pelo crescimento das desigualdades e do empobrecimento, numa economia fortemente dependente dos combustíveis fósseis.

CONTRIBUTO PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

ALEXANDRE CAFÉ, CATARINA LOURENÇO, ANTÓNIO CASTELA, AMÂNDIO DELFINO E IDALINO DIAS

Em 1999 apresentamo-nos às eleições legislativas afirmando “É tempo de ser exigente”.

No manifesto eleitoral assumia-se então que a “renovação da esquerda é um processo longo. As esquerdas acumularam défice de pensamento crítico muito variados, confrontaram-se com desenlaces históricos que muitos ainda não digeriram e recuaram perante a violência de uma ofensiva neo-liberal em escala planetária”.

Passados 23 anos o diagnóstico mantém-se, agravado quer pela continuidade da falta de pensamento crítico, quer pela penúria de uma estratégia política independente que não se confine a ser a “oposição da crítica construtiva”, quer pela incapacidade da afirmação de uma alternativa política, social e de governação de esquerda, quer pela realização de uma organização participada, de debate democrático, tendente à concretização de uma vontade coletiva representante de um cada vez mais alargada conjunto de militantes e simpatizantes.

Por isso, sim, continua a ser tempo de ser exigente.

Exigimos um regresso à matriz fundadora do Bloco de Esquerda!

No manifesto fundador começar de novo chamava-se à atenção e criticava-se que a “militância, que incorporava em si a ideia de participação e cidadania activa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das actividades políticas e sociais”.

Hoje verifica-se que nem o Bloco fugiu à tendência. Aquela crítica pode ser devolvida à atual direção e às estruturas cristalizadas do aparelho partidário que mais parecem interessadas em manter a sua sobrevivência mostrando uma completa incapacidade para a mais pequena auto-crítica, justificando os resultados eleitorais com circunstâncias externas.

A derrota eleitoral que o Bloco de Esquerda sofreu a 30 de Janeiro, é o culminar de um ciclo de derrotas, motivadas pelas questões levantadas acima e que agora se querem reduzir a uma crise financeira.

A própria ideia de sustentar o Bloco com financiamento público, é sinal evidente da burocratização do aparelho.

O Bloco, para o futuro, deve procurar autofinanciar-se com os seus militantes e simpatizantes, sendo necessário cativá-los para a participação partidária. Em Vila Franca de Xira é este o nosso compromisso.

Em todo este processo de cortes há perguntas que estão por respon-

der, até pelo secretariado distrital. A exigência pela transparência leva-nos a insistir na obtenção destes esclarecimentos que muito têm a ver com a política e organização interna.

- Qual a posição do Bloco de Esquerda relativamente ao processo de integral profissionalização da actividade política, social e partidária?

- Qual a exigência mantém do Bloco de Esquerda relativamente à transparência da gestão dos seus trabalhadores e funcionários perante os seus aderentes? Nomeadamente:

- Quais os critérios e fundamentos que presidiram ao despedimento de funcionários, após os cortes no financiamento?

- Qual o custo financeiro dos despedimentos, nomeadamente, em indemnizações?

- Quantos funcionários foram despedidos?

- Quantos assessores foram dispensados?

- Qual é o número de funcionários que vão ficar a trabalhar com as bases a partir de 1 de Maio?

- Qual é o número de assessores que vão ficar a trabalhar com as bases a partir de 1 de Maio?

- Quantos funcionários havia no apoio ao trabalho da distrital e quantos existem agora?

- Quantos deputados passaram a funcionários?

- Quantos deputados voltaram para os seus postos de trabalho?

- Quais foram as áreas afetadas por esses despedimentos?

- Porque razão as Coordenadoras do Trabalho distrital e nacional não funcionam e quais datas e os moldes para a sua reativação?

Exigimos que haja transparência com a gestão das sedes. É imprescindível a divulgação entre todas as concelhias, dos custos das várias sedes e os montantes das contribuições, com as rubricas detalhadas, postura que se deverá manter no futuro. Os dados necessários à manutenção e organização adequada do partido devem estar disponíveis em qualquer altura.

A confiança ganha-se quando todas as partes se envolvem de forma clara.

CONTRIBUTO

JOAQUIM MANUEL FRANCO CHAGAS

O Bloco parece ter-se envergonhado de ser um partido revolucionário, anticapitalista, socialista. Nesta Conferência deve deixar bem claro que prossegue estes princípios.

O Bloco deve afastar-se claramente de ligações ao PS e ao poder instituído, renunciando a participações em pastas governativas. O Bloco será poder quando conseguir que o povo português o queira.

O Bloco deve reafirmar que os interesses dos trabalhadores de todo o mundo são os mesmos/iguais, interesses esses que nada têm a ver com as práticas dos vários imperialismos nem com nacionalismos capitalistas.

Face à novidade do teletrabalho, que veio para ficar e levou à desvalorização ou destruição dos sindicatos e outros órgãos dos trabalhadores, o Bloco deve lutar pelo reforço da sindicalização e pela revitalização das comissões de trabalhadores e sindicais.

A luta contra a precariedade deve ser uma bandeira do Bloco.

Deve ser promovida a criação de núcleos organizados de activistas do Bloco em todas as áreas fulcrais (saúde, educação, banca, seguros, p.ex) bem como nas empresas de maior dimensão (EDP, GALP, TAP, VW, etc...)

Deve ser dada maior ênfase ao trabalho político entre os jovens, eventualmente criando-se organização juvenil.

RUMO ESTRATÉGICO DO BLOCO DE ESQUERDA

CARLOS COSTA

1º- A estratégia do bloco de esquerda, para o futuro passa por reorganizar as sedes do BLOCO de ESQUERDA, mais ativa no campo de divulgação das políticas, conforme aprovado na convenção do Bloco.

2º-Todos os militantes que concorrerem nas listas para as CCC, e aprovadas por maioria, são eleitas para o mandato de dirigentes das sedes de concelhia, tendo a responsabilidades acrescidas de cumprir o dever de cumprir as suas propostas de apresentação da sua candidatura.

3º-Os militantes eleitos para exercer o cargo nas CCC, têm o dever de desenvolver junto dos militantes da concelhia a que pertencem, convocatórias de esclarecimento e apresentação de trabalho realizado.

4º Os eleitos para as CCC, têm o dever de realizar ações de convocar os militantes das concelhias, e pedir para quem estiver disponibilidade de criar grupos de trabalho político

De várias áreas, para dar apoio aos camaradas eleitos para as câmaras municipais, e junta de freguesias.

5º-Os camaradas dirigentes das CCC, devem de participar nas ações de campanha e na atualização do mupis, e a colagem de cartazes, distribuição de folhetos do BE, juntos das populações do concelhos, caso; mercados, mercadinhos semanais, e outras formas de fazer a distribuição dos mesmos folhetos, pedindo aos militantes do grupo de trabalho e outros que estejam disponível de participar, nas ações de trabalho.

6º-Para que as sedes do Bloco de Esquerda, não se torne de um simples armazém de acumulação de propaganda política de folhetos e cartazes que ficam a um canto das sedes, essas mesmas são enviadas da sede nacional do Bloco de Lisboa, e acabem para ir para o lixo ou para a reciclagem. É importante que os dirigentes das CCC, ponham as mãos à obra e colorem nas colagens de cartazes nos mupis e a sua atualização e controlo dos mesmos predicamentos se ainda se encontra no mesmo lugar, (não foram roubadas), como também fazer o trabalho de distribuição de folhetos informativo do Bloco com os camaradas disponíveis a colaborar nestas e outras ações a realizarem.

7º- Todos os eleitos nas listas do Bloco, para as câmaras, juntas de freguesia, assembleia da República, parlamento Europeu, devem de regularizar o seu pagamento, (contributo), de acordo com os estatutos, do partido BE, que nesta fase é muito necessária, por perda de fundos provenientes dos eleitos, devido ao mau resultado das últimas eleições.

UM ADIAMENTO INADIÁVEL... E ILEGAL

ANA MASSAS; ANA VIEIRA DE CASTRO; CARLOS A BRITO; CRISTINA HERCULANO; DANIEL BAPTISTA; FERNANDO ALMEIDA; JOAQUIM BASTOS; JOAQUIM CLARO; JOSÉ RIBEIRO; JOSÉ SEMEDO; MARGARIDA RODRIGUES; MIGUEL OLIVEIRA; PAULA PEREIRA; PAULA ROSA; PEDRO PEREIRA NETO; RODRIGO TRANCOSO; TÂNIA PINTO; TOMÁS R CALMEIRO

A proposta de realização de uma Conferência Nacional, decidida na sequência da estrondosa derrota do Bloco em relação aos objetivos declarados para as eleições legislativas, constitui-se como uma forma, canhestra, de adiar o que deveria ser inadiável: a necessária alteração quer da estratégia do Bloco, quer das táticas, quer dos e das protagonistas, quer dos métodos e mecanismos de comunicação.

Mas nada disso será efectuado nesta Conferência Nacional, dadas as suas próprias limitações estatutárias. É, portanto, uma forma bonita de procrastinar ao mesmo tempo que se atira uns quantos grãos de poeira aos olhos daqueles e daquelas que ainda pensam que isto é democracia interna.

Não brinquemos com coisas sérias. Não haverá nenhuma alteração na forma arbitrária com que o Secretariado Nacional, ou o que está por detrás de tal órgão (o único não representativo dentro do partido), conduz os destinos do movimento, porque o objetivo não é mais que um exercício de tudo mudar para que tudo fique na mesma.

Mesmo que existam recomendações; à Mesa Nacional de alteração do rumo estratégico; estas carecem de legitimidade, porque a orientação política do Bloco, assim como a composição dos seus órgãos representativos, são decididos em sede de Convenção, e apenas em sede de Convenção poderão ser alterados. Não que, no passado, não se tenham verificado fenómenos idênticos e, obviamente, tão ilegítimos como estes que agora nos são propostos.

É clara a nossa posição:

a) Realize-se uma Convenção, de preferência de Refundação do Bloco, que permita uma verdadeira devolução das regras de democracia directa aos e às aderentes;

b) Alargue-se a participação a todos e a todas os e as aderentes, sem qualquer espécie de limitação, porque cada um e cada uma é o seu próprio comité central;

c) Que não existam quaisquer definições prévias de áreas temáticas

- qualquer indicação corresponde, de facto, a uma limitação das discussões, quando o que se necessita é uma análise o mais abrangente possível.

A Alternativa Novo Curso e a Moção N - Por uma Revolução Tranquila, demarcam-se formalmente desta forma de fazer as coisas dentro do Bloco e pugnam por uma verdadeira devolução da palavra a cada aderente.

Pelo Bloco de Esquerda, exige ser ouvido/a.

INTERROGAÇÕES

VÍTOR RUIVO

Aqui reproduzo, com bastantes cortes para respeitar o limite de caracteres, como contributo para a estratégia do Bloco no plano mundial, as interrogações que enviei para a CP da MN, no passado dia 1 deste mês.

“- Porque não apresentou o BE e o Grupo da Esquerda uma Resolução em que pusesse claramente as suas posições próprias? Porque seria rejeitada e a que foi aprovada não teria nenhuma alteração?”

- Mas se a que foi aprovada, mesmo com essas alterações, mantém o texto apresentado na página do PE, o voto contra do BE aos pontos referidos tem pouca relevância prática, para além de se ter oposto a eles [desde quando a UE teve pejo em desrespeitar as próprias resoluções?]. Pois a Resolução mantém todo o objectivo de reforçar o apoio e a intervenção da NATO e as alterações incluídas são inócuas face a esses objectivos. E o que ressalta é que o BE aprovou uma resolução que mantém todo esse conteúdo, junto com a escumalha direitista, liberal e social-liberal que domina o PE...

- Além disso, votar esta Resolução significa dar o aval à UE, aos seus governos mais direitistas e belicistas, considerando que têm autoridade moral para exercer sanções contra outros países, invocando o direito internacional, quando eles próprios têm tantas vezes infringido esse direito, e sido cúmplices activos das invasões dos EUA e da NATO, ou agentes directos de intervenções militares em numerosos países na Europa, na África, na Ásia...

- Por outro lado, o BE, para além dos protestos em que participou, em muitas situações calou-se completamente, como na 67ª sessão parlamentar da NATO, que decorreu de 8 a 11/10/21 na nossa AR e nunca requereu para os crimes de Israel sobre o povo palestiniano, para os crimes

no desmantelamento da Iugoslávia, no Kosovo, nas invasões ao Iraque, na América Latina, nos bombardeamentos ao Líbano, na oposição aos bloqueios criminosos sobre Cuba e sobre a Venezuela, etc., nenhum tipo de sanções destas...

- Julgo que também a abstenção dos eurodeputados do BE ao pacote de ajuda financeira da UE à Ucrânia é pouco consequente, pois não concorda com ele por ser nos termos das condicionantes ideológicas de endividamento e subordinação do país aos ditames do FMI e da UE, que o BE rejeita tanto em Portugal como para os outros países. Mas acaba a abster-se e, na prática, pactuar com a sua aplicação. Não é como se cá tivesse voltado a abster-se no OE 2022?

- Naquilo que, em minha opinião, se torna cada vez mais urgente e mais importante, o BE ainda não fez nada: a criação e o crescimento de um movimento internacionalista e independente de quaisquer grandes potências e imperialismos, que tenha como objectivo central a luta pela Paz e pelo desarmamento. Pela recusa de quaisquer invasões e agressões a terceiros países, defendendo a resolução diplomática e pacífica de todos eles. Pelo fim do fabrico e da venda do armamento de guerra e pela redução dos gastos militares em cada país... Paradoxalmente, quem me parece que mais tem levantado este combate são algumas organizações pacifistas, religiosas, mais ou menos sociais democráticas ou apartidárias, como, por exemplo, a Detente Now! e outras...

- Só este movimento e a sua ampliação e força a nível mundial, como tem vindo a acontecer com o movimento contra as alterações climáticas e a destruição da Natureza (ainda que este viva numa incerta rejeição do “capitalismo verde”...), no apoio a cada país atacado e oprimido, e no global da cena internacional, pode ser a saída para que surjam condições para a aplicação de justas sanções, para uma crescente libertação da ONU da manipulação a que está sujeita pelos criminosos vetos no Conselho de Segurança, pela efectiva aplicação das suas resoluções, por um Tribunal Internacional independente dessa manipulação, etc.

- Será a partir daqui que o BE agirá neste sentido? Começará agora a reivindicar para os EUA e a NATO o mesmo tipo de condenações e sanções que agora levanta com tanto entusiasmo contra a criminosa invasão russa?”

COMO AVANÇAR?

VÍTOR RUIVO

Aqui reproduzo, com os cortes indispensáveis, os comentários que enviei para a CP da MN, em 11/02/22, em torno da Resolução após a derrota eleitoral nas legislativas.

“- (...) Como e quando, nas horas adversas, o eleitorado manterá o voto em nós se nunca perceber porquê?

Julgo que a “fiscalização absoluta” que o BE quer fazer ao próximo governo só terá efeito prático se as lutas populares ultrapassarem a blindagem que o PS pretende. Por isso é na dinamização dessas lutas que tem de estar o centro da nossa acção. Como antes deveria ter sido e não foi. Elas e o desgaste do governo pelas medidas austeritárias que tome é que poderão reverter a influência eleitoral que perdemos.

- A intervenção parlamentar “competente e combativa”, agora mais difícil, só será eficaz se contribuir para essas lutas e a elas apelar. Coisa que nunca fazemos. Os pacotes legislativos contra a precariedade, pelo SNS, etc., precisam de ser desdobrados pela acção de todo o partido, em todo o país, o que não acontece na maioria dos núcleos.

- Como nos ligaremos localmente aos problemas mais graves que o povo sofre, como nos organizaremos para essa ligação, como ajudaremos às lutas? Tal não acontece na grande maioria dos núcleos como se vê pelos resultados autárquicos sempre muito diminutos, mesmo quando o BE tem bons resultados nas legislativas. Esta questão, fundamental para a afirmação do nosso projecto e para a fixação do eleitorado, não é minimamente abordada na resolução. Pior ainda, tem sido praticamente ignorada pela CP, MN, CNT, etc.

- Agora que o governo é maioritário, é ainda mais importante fazer lutas directamente contra os monopólios, a Banca, os donos das PPPs, as medidas da UE, aqueles de quem o governo é servidor...

- Completamente de acordo que o BE procure promover “uma ampla aliança política e social pela salvação do SNS e contra a privatização da Saúde”. Como diz a resolução “a esquerda não tem força para impor a negociação de medidas necessárias”. Na AR poderá ser uma voz por essa exigência, mas só a mobilização em luta conjunta na rua e outras acções comuns dos profissionais, sindicatos, utentes, partidos, permitirá travar o processo privatizador e diminuir a actual parasitagem da medicina privada sobre a pública.

- É importante ter em conta que a acção conjunta desses colectivos raramente ou nunca se tem concretizado com todos juntos. Mesmo nas manifs é “cada um por si”. Para tal aliança ter sucesso é preciso diálogo franco e preparação conjunta das acções...

- Para além das iniciativas centrais é muito importante que distrital e localmente também se verifique esse trabalho. O que não tem ocorrido até hoje entre essas várias entidades, incluindo o Bloco.

- O mesmo se pode dizer das lutas climáticas e outras que na maioria dos distritos têm pouca expressão e pouca participação do BE, e ainda menos na sua preparação.

- um passo em frente será também a “popularização entre os jovens [e não só] da alternativa socialista ao capitalismo”, indispensável para a renovação e continuidade da razão de ser do Bloco.

- A resolução afirma a retoma do conjunto de iniciativas anuais que têm sido realizadas e um encontro nacional LGBT. Mas não está previsto qualquer encontro laboral/sindical. No entanto, esta área de intervenção é a mais deficiente do BE, desde sempre, e a que mais precisa de ser dinamizada. [Nela e noutras devemos pressionar o PCP à acção conjunta...].

- Por um lado, porque é determinante para as condições de vida da população, a que é mais atacada pelos poderes económicos através da degradação salarial, da precariedade e dos abusos patronais. Por outro lado, é a luta que é transversal a todas identidades e movimentos e aquela onde eles se irmanam para a sua realização completa face ao poder capitalista. Por isso, este se esforça por fragmentar esses movimentos, falsamente os apoiando através de visões liberais que os afastam da visão de classe oposta à hegemonia capitalista.”

ABSTENÇÕES I

VÍTOR RUIVO

Dando seguimento a anteriores contributos sobre a abstenção em Portugal, as suas causas e como deve o BE agir juntos dessa população, remeto este sintético estudo sobre a abstenção em todas as eleições nacionais realizadas desde o 25 de Abril de 1974.

Corresponde à minha preocupação com o crescente aumento da abstenção, sobretudo em jovens eleitores e outras camadas populares que cada vez mais veem a política e os políticos todos como a mesma m... e para quem os partidos são todos iguais, ao serviço dos tachos e da corrupção...

Em minha opinião, o Bloco tem, desde sempre, subestimado o trabalho junto destes sectores, aos quais dá uma ajuda concreta e directa muito insuficiente, e donde não capta votos. Como se viu nas últimas eleições onde quem mais os captou foi o Chega e o PS...

Como tenho defendido nos contributos para anteriores Convenções e nas opiniões enviadas à CP a propósito da rejeição do OE 2022, da presente quebra eleitoral, e nuns comentários à última Resolução da MN, não serão as propostas na AR, nem os nossos discursos e artigos, que captarão a atenção e o voto desses sectores. Só a militância activa diária junto deles, na ajuda concreta aos seus principais problemas o conseguirá fazer... mas para isso, muito terá que mudar na organização e no modo de intervir do nosso partido...

BLOCO DE ESQUERDA - IV CONFERÊNCIA NACIONAL

Data	Inscritos	Votantes	Ass. República		Autárquicas		Presidenciais		Parl. Europeu		Referendos		Abst. +B+N
			Abst.	B + N	Abst.	B + N	Abst.	B + N	Abst.	B + N	Abst.	B + N	
30/01/2022	10.820.337	5.647.496	47,81%	2,11%									49,92%
26/09/2021	9.323.688	5.002.047			46,35%	4,08%							50,43%
24/01/2021	10.864.327	4.262.672					60,76%	2,04%					62,80%
06/10/2019	10.810.674	5.251.064	51,43%	4,87%									56,30%
28/05/2019	10.786.049	3.314.423							69,27%	6,93%			76,20%
01/10/2017	9.411.442	5.173.063			45,03%	4,55%							49,58%
24/01/2016	9.741.377	4.740.558					51,34%	2,16%					53,50%
04/10/2015	9.682.553	5.408.805	44,14%	3,75%									47,89%
25/05/2014	9.702.657	3.283.610							66,16%	7,47%			73,63%
29/09/2013	9.501.103	4.998.005			47,40%	6,82%							54,22%
05/06/2011	9.624.133	5.588.594	41,93%	4,09%									46,02%
23/01/2011	9.656.797	4.492.297					53,48%	6,19%					59,67%
11/10/2009	9.377.343	5.533.824			40,99%	2,97%							43,96%
27/09/2009	9.514.322	5.683.967	40,26%	3,11%									43,37%
07/06/2009	9.704.559	3.568.943							63,22%	6,61%			69,83%
11/02/2007	8.832.990	3.851.613								IVG	56,40%	1,93%	58,33%
22/01/2006	8.836.237	5.531.265					37,40%	1,85%					39,25%
09/10/2005	8.840.223	5.390.571			39,02%	3,68%							42,70%
20/02/2005	8.785.762	5.713.640	34,97%	2,93%									37,90%
13/06/2004	8.748.600	3.394.356							61,20%	3,96%			65,16%
17/03/2002	8.716.949	5.433.924	37,66%	1,94%									39,60%
16/12/2001	8.738.906	5.254.180			39,88%	3,68%							43,56%
14/01/2001	8.746.746	4.453.011					49,09%	2,88%					51,97%
10/10/1999	8.673.822	5.363.906	38,16%	1,99%									40,15%
13/06/1999	8.681.854	3.467.085							60,07%	3,27%			63,37%
28/06/1998	8.496.089	2.709.503								IVG	68,11%	1,64%	69,75%
14/12/1997	8.922.182	5.362.609			39,90%	3,82%							40,72%
08/11/1997	8.243.030	3.965.853							Region. 2ª perg.		51,89%	3,06%	54,95%
Idem	8.640.026	4.157.527							Region. 1ª perg.		51,88%	4,16%	56,04%
14/01/1996	8.693.636	5.762.978					33,71%	2,30%					36,01%
01/10/1995	8.906.608	5.904.854	33,70%	1,92%									35,62%
12/06/1994	8.565.822	3.044.001							64,46%	3,10%			67,56%
12/12/1993	8.530.297	5.408.119			36,60%	3,46%							40,06%
06/10/1991	8.462.357	5.735.431	32,22%	1,93%									34,15%
13/01/1991	8.202.212	5.089.768					37,84%	3,54%					41,38%
17/12/1989	8.121.045	4.946.196			39,09%	3,52%							42,61%
18/06/1989	8.121.564	4.149.756							48,90%	3,08%			51,98%
19/07/1987	7.930.668	5.676.358	28,43%	2,18%									30,61%
Idem	7.787.603	5.639.650							27,58%	2,53%			30,11%
16/02/1986	7.612.633	5.937.100				2ª volta	22,01%	0,91%					22,92%
26/01/1986	7.612.633	5.742.734				1ª volta	24,62%	1,13%					25,75%
15/12/1985	7.593.968	4.852.563			36,10%	3,20%							39,30%
06/10/1985	7.818.981	5.798.929	25,84%	2,51%									28,35%
25/04/1983	7.337.064	5.707.695	22,21%	2,57%									24,78%
12/12/1982	7.184.966	5.131.483			28,58%	3,72%							32,30%
07/12/1980	6.920.869	5.840.332					15,61%	1,03%					16,64%
05/10/1980	7.179.023	6.026.395	16,06%	2,28%									18,34%
16/12/1979	6.761.457	4.987.734			26,23%	2,65%							28,88%
02/12/1979	7.249.346	6.007.453	17,13%	2,72%									19,85%
12/12/1976	6.460.528	4.170.494			35,45%	4,38%							39,83%
27/06/1976	6.467.480	4.881.125					24,53%	1,30%					25,83%
25/04/1976	6.564.667	5.483.461	16,47%	4,70%									21,17%
25/04/1975	6.231.372	5.711.829	8,34%	6,95%		Constit.							15,29%

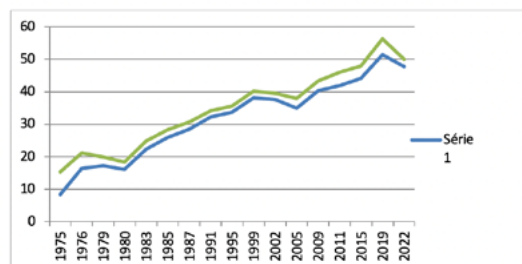
Nota – os números de Inscritos, Votantes e percentagens, nas passadas eleições legislativas, naturalmente, não incluem os eleitores do círculo da Europa ainda em fase de votação.

ABSTENÇÕES II

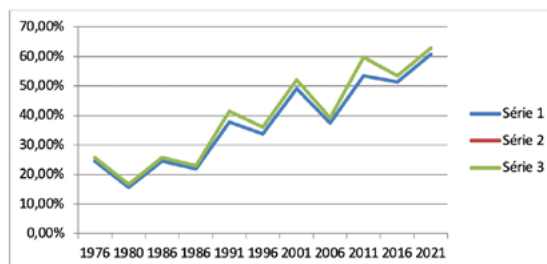
VÍTOR RUIVO

Dando Estes gráficos correspondem ao estudo feito para o conjunto de todas as eleições nacionais realizadas em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974 até hoje, que é reproduzido no contributo “Abstencões I”.

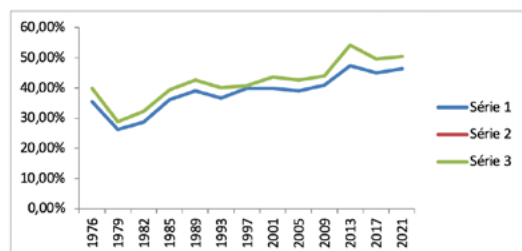
Legislativas - Abstencão e soma com os B + N



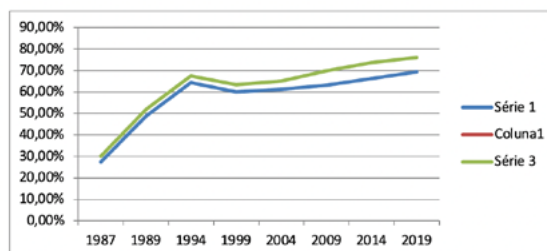
Presidenciais - Abstencão e Soma com os Brancos e Nulos



Autárquicas - Abstencão e Soma com os Brancos e Nulos



Parlamento Europeu - Abstencão e Soma com os Brancos e Nulos



Nota - Devido à minha ignorância informática, as legendas dos gráficos não estão devidamente completadas, do que peço desculpa. Ainda assim, é fácil entender que as linhas azuis correspondem aos valores da Abstencão e as verdes a esses valores somados aos Brancos e aos Nulos.

ASSUMIR POR INTEIRO O RESPEITO PELAS PESSOAS LGBTI+

JÚLIA MENDES PEREIRA, GONÇALO RUSSO, CONCEIÇÃO SOBRINHO, TIAGO RESENDE E JO RODRIGUES

No atual contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia, a comunidade LGBTIQA+ não esquece quem é Putin, nem a extrema-direita que este representa: temos bem presente a chamada “lei antipropaganda LGBTI+” aprovada em Moscovo em 2013, e que tem servido para perseguir pessoas e ativistas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Intersexo, Queer, ou Assexuais, de que é representativo o campo de concentração que o regime de Putin mantém desde 2017 na Chechénia. Não esquecemos que desde essa época várias pessoas LGBTIQA+ têm requerido asilo a Portugal e a outros estados europeus, procurando refúgio e segurança para viverem as suas vidas com plenos direitos. Não esquecemos, também, que foi nestas medidas do regime de Putin que se inspiraram outros líderes da extrema-direita para legislarem contra a população LGBTIQA+, tendo a “lei antipropaganda” sido replicada pelo regime de Orbán na Húngria, ou pelo governo trumpista do estado da Flórida, nos EUA. Não esquecemos também das “zonas livres de LGBTI” na Polónia, que suscitaram uma forte resposta da União Europeia a favor da igualdade. No atual contexto de guerra, sabemos quem são as pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, de que são exemplo, entre outras, as pessoas trans ucrânianas que têm sido impedidas de abandonar o país. É por isso urgente, em linha com as propostas eleitorais assumidas pelo Bloco de Esquerda nas últimas legislativas, a optimização do reconhecimento legal de identidades LGBTQI como fundamento para atribuição de asilo e proteção em Portugal, garantindo as melhores condições de acolhimento.

Face ao balanço da geringonça, embora o acordo estabelecido em 2015 entre o Bloco de Esquerda e o PS não tenha abrangido a promoção e a defesa dos direitos das pessoas LGBTIQA+, a maioria parlamentar de esquerda que se manteve até 2021, tendo no Bloco a terceira força política, permitiu o reconhecimento e a conquista de importantes direitos, como é o caso do direito à autodeterminação de género e à proteção das características sexuais, ou fim da discriminação nas dádivas de sangue. Este facto foi assumido na moção aprovada na última Convenção, que afirma que «os avanços ao nível da autodeterminação de género e do respeito

pelas diferentes orientações sexuais precisam de ser aprofundados, nomeadamente na relação dos serviços públicos com esta população». No plano parlamentar, urge dar continuidade a este processo, nomeadamente através da criminalização das chamadas terapias de conversão, ou da proteção de crianças e jovens trans e intersexo nos sistemas de ensino. Durante o anterior ciclo político, Portugal conseguiu ver implementado o primeiro Plano Nacional de Ação contra a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais, permitindo desencadear novas estratégias de políticas públicas nesta área, que têm de continuar a ser aprofundadas. Mais: o acordo entre o Bloco de Esquerda e o PS para a governação da cidade de Lisboa em 2017-2021, permitiu a aprovação do primeiro Plano Municipal LGBTI+ no país, e em diversos municípios as e os autarcas do Bloco conseguiram aprovar “zonas de liberdade LGBTI+”. Estas iniciativas têm de se manter e aprofundar, traduzindo-se em mudanças efetivas para a vida das pessoas LGBTIQA+ em todos os territórios do país.

Estas e outras prioridades do setor LGBTIQA+, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à saúde, deverão ser discutidas no primeiro Encontro Nacional LGBTIQA+ do Bloco de Esquerda, a decorrer em junho ou julho de 2022, acompanhando os movimentos sociais e o alargamento das mobilizações do Orgulho LGBTI, contribuindo para colocar a igualdade e combate à discriminação no centro da política!